



Diário Oficial DO MUNICÍPIO DE PALMAS SUPLEMENTO

ANO VIII SUPLEMENTO AO DIÁRIO Nº 1.870

PALMAS - TO, SEXTA-FEIRA, 3 DE NOVEMBRO DE 2017

SUMÁRIO

Página

Atos do Poder Executivo 1

Atos do Poder Executivo



CARLOS HENRIQUE AMASTHA
Prefeito de Palmas

CINTHIA RIBEIRO
Vice-Prefeita

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E SERVIÇOS REGIONAIS

Coordenação Geral da Revisão do Plano Diretor

RICARDO AYRES
Secretário de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE PALMAS

Coordenação Técnica

EPHIM SHLUGER
Presidente do Instituto de Planejamento Urbano de Palmas

IAPURÊ OLSEN
Secretário Executivo do Instituto de Planejamento Urbano de Palmas

MARCUS VINICIUS MENDES BAZONI
Coordenador de Projetos Urbanísticos do IPUP

Equipe técnica/Relatoria

DANIELA DA ROCHA FIGHERA
Arquiteta e Urbanista
Advogada
Relatora da Revisão do Plano Diretor

DANIEL BARTKUS RODRIGUES
Geógrafo

GIOVANNI ALESSANDRO ASSIS SILVA
Secretário Executivo da Fundação de Meio Ambiente

LOANE ARIELA SILVA CAVALCANTE
Engenheira Ambiental

MARCOS VINÍCIO CARDOSO
Geólogo

RAQUEL GONÇALVES FRANÇA
Engenheira Agrônoma

TATIANE GOMES DE BRITO COSTA
Engenheira Ambiental

Revisor da base cartográfica

HITALLO RICARDO PANATO PASSOS
Procurador do Município

MÁRCIA PANATO PASSOS
Advogada
Relatora da Revisão do Plano Diretor

MARLI RIBEIRO NOLETO
Arquiteta e Urbanista
Relatora da Revisão do Plano Diretor

MÔNICA RODRIGUES DA SILVA
Coordenadora das Câmaras Técnicas
Diretora de Monitoramento

ROSANA DELMUNDES BEZERRA
Arquiteta e Urbanista
Relatora da Revisão do Plano Diretor

TAYNARA CRISTINA M. BRANDÃO
Assistente Jurídica
Relatora da Revisão do Plano Diretor

LINHA TEMÁTICA: MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS
Coordenador

EVERCINO MOURA JÚNIOR
Presidente da Fundação de Meio Ambiente

Equipe técnica

ADRIANO SILVA PINTO
Engenheiro Ambiental

BRUNA DE ALMEIDA
Bióloga

GIORDANE MARTINS SILVA
Arquiteto e Urbanista

MOBILIDADE E TRANSPORTE

JOSÉISA MARTINS VIEIRA FURTADO
Arquiteta e Urbanista

DESENVOLVIMENTO RURAL

ROBERTO SAHIUM
Secretário de Desenvolvimento Rural

CIDICLEI ALCIONE BIAVATTI
Jornalista
Técnico em Agropecuária

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

WANDERSON LOPES OLIVEIRA
Engenheiro Ambiental

LINHA TEMÁTICA: DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

LUCÍDIO GOMES AVELINO FILHO
Superintendente de Urbanismo da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais

USO DO SOLO E ORDENAMENTO TERRITORIAL

CINTIA CRISTINA DE MIRANDA VIGARINHO
Arquiteta e Urbanista

CLÁUDIA FERNANDA PIMENTEL DE OLIVEIRA
Arquiteta e Urbanista

ROBSON FREITAS CORREA
Arquiteto e Urbanista
Diretor de Planejamento do IPUP

VANESSA CHAGAS MITT SILVA
Arquiteta e Urbanista

COLABORAÇÃO TÉCNICA

ANDRÉ LUÍS CAMARGO CASTRO
Arquiteto e Urbanista

DENISE DE MORAES RECH
Arquiteta e Urbanista
Diretora de Projetos Urbanísticos do IPUP

ERALDO LUIS LOPES CARVALHO
Arquiteto e Urbanista

GEDHEON LAMARTINE DE SOUSA GARRIDO
Estagiário

LAUDELINO ABRUNHOSA RESENDE DE SOUSA
Arquiteto e Urbanista

WANELLYSE SOUSA MENEZES
Arquiteta e Urbanista
Assessora Técnica

RARIANY MONTEIRO
Internacionalista
Diretora de Inclusão Social e Produtiva da Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ESTRUTURA FUNDIÁRIA E HABITAÇÃO

ELIAS MARTINS NETO
Arquiteto e Urbanista
Superintendente de Regularização Fundiária da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais

LÚCIO MILHOMEN CAVALCANTE PINTO
Arquiteto e Urbanista

EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS E SERVIÇOS PÚBLICOS

ALEXANDRE PAIXÃO
Arquiteto e Urbanista

LINHA TEMÁTICA: FISCAL E GOVERNANÇA

JOÃO MARCIANO JÚNIOR
Auditor do Tesouro Municipal
Superintendente de Administração Tributária

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E PROPOSTAS	8
2.1 MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	8
2.1.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS	8
2.1.2 MEIO AMBIENTE	11
2.2 ORDENAMENTO TERRITORIAL	22
2.2.1 MACROZONEAMENTO	22
2.2.2 REGIÕES DE PLANEJAMENTO	27
2.2.3 ZONEAMENTO URBANO E RURAL	38
2.2.3.1 VEIORES DE CRESCIMENTO	41
2.2.3.2 CENTRALIDADES	42
2.2.3.3 ÁREAS ESTRUTURANTES	43
2.2.4 PARCELAMENTO DO SOLO	45
2.2.5 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	47
2.2.5.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE INTERESSE PÚBLICO	49
2.3 MOBILIDADE URBANA	52
2.3.1. SISTEMA VIÁRIO	52
2.3.2 SISTEMA DE TRANSPORTE	54
2.3.3 SISTEMA CICLOVIÁRIO	55
2.3.4 ACESSIBILIDADE / CALÇADAS	56
2.3.5 ESTACIONAMENTOS	57
2.4 PAISAGEM URBANA	58
2.5 POLÍTICA HABITACIONAL	63
2.6 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	65
2.7 DESENVOLVIMENTO RURAL	68
2.8 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	72
2.9 DESENVOLVIMENTO SOCIAL	75

1. INTRODUÇÃO

Tendo em vista que o Estatuto da Cidade prevê a obrigatoriedade de revisão do Plano Diretor em até dez anos, por iniciativa do Poder Executivo, consoante o artigo 40, § 3º, a Prefeitura Municipal de Palmas está empreendendo sua atualização, através de um processo participativo e inovador, criando as bases para uma gestão mais moderna e eficiente, prevenindo seu constante monitoramento por parte da administração municipal e consequente ambiente propício para o efetivo controle social.

Ao longo da etapa de Diagnóstico para a Revisão do Plano Diretor, além das leituras comunitárias, setoriais e técnicas, foram incorporados os subsídios gerados pelo Plano de Ação Palmas Sustentável, elaborado em 2013 (Programa ICES - parceria Prefeitura Municipal de Palmas com o IDOM, Instituto Polis, Caixa Econômica e BID) e as Câmaras Técnicas, realizadas pelo IPUP, com vistas a ampliar o pensamento sobre a cidade, trazendo acadêmicos de nossas universidades e especialistas com expertise nas diversas áreas, que são objeto do Plano Diretor, bem como as contribuições feitas na 2ª Audiência Pública, realizada em 22.07.2017.

Para ampliar o processo participativo e a divulgação dos resultados da Audiência Pública de Diagnóstico, a Prefeitura Municipal, em conjunto com a Comissão de Revisão do Plano Diretor e o Conselho de Desenvolvimento Urbano e Habitação da Cidade de Palmas, ainda organizou, de 05 a 19.08.2017, cinco reuniões comunitárias regionais – Regiões Centro, Agrolinas, Taquaruçu/Buritiana, Norte/Leste e Sul - com a finalidade de, junto com a população, desenhar o Retrato Positivo de Palmas, a partir de potencialidades, tendências, vocações, oportunidades, manifestações de identidade, soluções identificadas e visão de futuro. Ao longo desse percurso está sendo possível aprofundar, com segurança, os temas abordados, considerando as peculiaridades de cada porção do território municipal e identificar como as comunidades as vivenciam.

A formulação das Diretrizes Estratégicas e Propostas é a 4ª etapa prevista no Plano de Trabalho aprovado. A partir de uma macrovisão sobre o território de Palmas, são apontados seus elementos estruturadores, regiões de planejamento, os vetores de crescimento e adensamento, as centralidades existentes e as potenciais, indispensáveis a uma política que atenda as exigências do desenvolvimento sustentável do Município, nas dimensões ambiental, social e econômica. São abordados nessa etapa, além do ordenamento territorial, as políticas setoriais que objetivam proporcionar uma melhor qualidade de vida aos palenses, a ampliação da competitividade econômica do Município, a harmonia com o meio ambiente, com a paisagem urbana e a adaptação às mudanças climáticas. Os instrumentos adequados e um sistema eficiente de monitoramento e controle, a serem definidos mais adiante, ainda como parte integrante da Revisão da Lei do Plano Diretor, ora em vigor, complementarão as ferramentas necessárias, para que a administração municipal utilize com eficiência, esse que é o mais importante instrumento da política urbana, em prol do interesse público.

No presente Relatório Preliminar de Diretrizes Estratégicas e Propostas, estão abordados os temas: Ordenamento Territorial (Macrozoneamento, Regiões de planejamento, Zoneamento, vetores de crescimento, centralidades, eixos estruturantes, Parcelamento do Solo, Uso e Ocupação do Solo), Desenvolvimento Econômico, Mudanças Climáticas, Paisagem Urbana, Habitação e Regularização Fundiária, Mobilidade Urbana, Desenvolvimento Social (Saúde, Educação, Ação Social, Segurança Pública, Juventude).

Os temas Mudanças Climáticas e Paisagem Urbana, em particular, foram reconhecidos como de importância estratégica para a resiliência aos impactos atuais e futuros do clima no Município, com caráter transversal em relação aos outros temas e interseccional na perspectiva das ações de governo.

2. DIRETRIZES ESTRATÉGICAS E PROPOSTAS

2.1 MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

2.1.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

OBJETIVO 1

- Elevar a qualidade do ambiente urbano e rural, por meio da preservação e recuperação dos recursos naturais, do uso de energias e tecnologias sustentáveis e da promoção e manutenção do conforto ambiental;
- Integrar as estratégias de mitigação e adaptação às mudanças climáticas com outras políticas públicas municipais, estaduais e federais, em especial as de ordenamento urbano, meio ambiente, competitividade econômica, transporte, energia, saúde, saneamento, indústria, agropecuária e atividades florestais;
- Conscientizar a população quanto às causas e efeitos das mudanças climáticas e capacitá-la para minimizar as vulnerabilidades a que estão expostas frente aos impactos da mudança do clima;
- Fomentar, promover, desenvolver e aprimorar atividades e processos tecnológicos que resultem na redução das emissões de GEE;
- Adotar medidas mitigadoras e de adaptação às mudanças climáticas, reconhecidas como de importância estratégica para a resiliência aos impactos atuais e futuros da mudança do clima no Município, de caráter transversal e interseccional em relação à ação governamental.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Estabelecer ações transversais entre Mudanças Climáticas e Meio Ambiente.

- Reestruturar o mosaico da paisagem do município de forma a conectar as áreas especialmente protegidas e remanescentes florestais da zona rural com as Áreas Verdes e demais fragmentos vegetados da zona urbana, por meio de corredores ecológicos formados pelas as APP's dos córregos que cortam o município no sentido Leste - Oeste, de forma a propiciar maior resiliência aos ecossistemas urbanos e rurais para enfrentar as mudanças climáticas e para a manutenção e recuperação dos serviços ambientais, além de contribuir como elementos de conforto ambiental, desenvolvimento econômico, qualificação urbanística, produção agrícola de baixo impacto e atividade turística;
- Estabelecer instrumentos para a proteção e conservação de maciços de vegetação nativa visando: (1) Redução das emissões derivadas de desmatamento, queimadas e degradação do cerrado; (2) Aumento das reservas florestais de carbono; (3) Gestão sustentável do cerrado; (4) Conservação do cerrado;
- Estabelecer instrumentos para arborização e reflorestamento - AR (*Afforestation and Reforestation*) para a área urbana e para as áreas de pastagens e demais solos alterados sobrepostos ao mosaico de áreas verdes;
- Planejar e executar a arborização e paisagismo da área urbana de modo a aproveitar os elementos arbóreos já existentes e a criar a conexão com o mosaico verde do município;
- Priorizar a arborização ao longo das calçadas, calçadas comerciais e de grande fluxo, pontos de ônibus, praças, play grounds, e academias ao ar livre;

- Identificar novas áreas de importância ambiental próximas a córregos e áreas de proteção ambiental, especialmente nas áreas de maior adensamento urbano, buscando prioritariamente a conservação dos aglomerados arbóreos ainda existentes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Estabelecer ações transversais entre Mudanças Climáticas e Paisagem Urbana.

- Implementar a arborização dos espaços públicos considerando o agrupamento/arranjo adequado dos elementos arbóreos e outros critérios que garantam um paisagismo funcional que cumpra com o objetivo de diminuir a radiação solar e de amenizar o microclima local;
- Priorizar o conforto ambiental dos espaços urbanos, buscando a redução da radiação solar nas superfícies e a maximização da ventilação natural, fazendo uso de recursos naturais e técnicas e materiais construtivos sustentáveis;
- Definir gabarito para ordenar a verticalização da cidade, de forma a não prejudicar a ventilação e a paisagem urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Estabelecer ações transversais entre Mudanças Climáticas e Ordenamento e Uso Do Solo.

- Incentivar o aumento de áreas permeáveis na zona urbana, mediante a aplicação de critérios e restrições urbanísticas e, também, pela adoção de técnicas e materiais construtivos sustentáveis que permitam a infiltração de água e retardem seu escoamento;
- Induzir a implantação de centralidades sustentáveis, o adensamento onde há capacidade de suporte viário e de transportes, com qualidade ambiental e urbanística.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Estabelecer ações transversais entre Mudanças Climáticas e Drenagem Urbana.

- Priorizar as ações estruturais e não estruturais relacionadas com a Macro e Micro Drenagem;
- Priorizar a drenagem natural em detrimento a drenagem artificial.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Estabelecer ações transversais entre Mudanças Climáticas e Obras/Edificações.

- Na legislação específica incentivar as boas práticas para construção sustentável;
- Incentivar nas novas obras e edificações: a redução e otimização do consumo de materiais e energia, a preferência ao uso de materiais e métodos construtivos de menor capacidade de reflexão e absorção de calor, a redução dos resíduos gerados, a preservação do ambiente natural e a melhoria da qualidade do ambiente construído;
- Induzir o uso das práticas de construção sustentável, principalmente nas edificações públicas municipais;
- Incentivar a adaptação gradual das edificações existentes em função dos efeitos decorrentes das mudanças climáticas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Estabelecer ações transversais entre Mudanças Climáticas e Parcelamento Urbano.

- Criar diretrizes para os projetos urbanísticos das quadras ainda não ocupadas, com o objetivo de prever grandes áreas arborizadas, com espécies nativas de sombra que se conectem, sempre que possível, com o mosaico verde do restante do município.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Estabelecer ações transversais entre Mudanças Climáticas e Mobilidade Urbana.

- Implantar medidas para melhoria do transporte público visando a otimização de rotas, a racionalização dos fluxos dos ônibus e a ampliação da integração intermodal;
- Priorizar intervenções no espaço público com foco nos pedestres e ciclistas, de forma a garantir que as calçadas, travessias e a infraestrutura cicloviária sejam consideradas nos projetos;
- Incentivar a troca gradual da matriz energética, priorizando o uso de combustíveis renováveis e energias limpas;
- Garantir em todas as estações e terminais a acessibilidade universal, segura e confortável, adequadamente dimensionada para a demanda;
- Desenvolver projetos de infraestrutura cicloviária, garantindo sua inserção no cotidiano da cidade como um modo efetivo de transporte.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Estabelecer ações transversais entre Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Econômico/Inovação.

- Incentivar a substituição das fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis por energias renováveis (biomassa, solar, eólica, hídrica), na matriz energética de Palmas, de forma a melhorar sua competitividade e reduzir a emissão de GEE;

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS

CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA
Prefeito de Palmas

ADIR CARDOSO GENTIL
Secretário da Casa Civil do Município

IDERLAN SALES DE BRITO
Diretor do Diário Oficial do Município



ESTADO DO TOCANTINS
CASA CIVIL DO MUNICÍPIO
IMPRESA OFICIAL

<http://diariooficial.palmas.to.gov.br>
Av. JK - 104 Norte - Lote 28 A

Ed. Via Nobre Empresarial - 7º Andar - Palmas - TO
CEP - 77006-014 Fone: (63) 2111-2507
CNPJ: 24.851.511/0001-85

- Incentivar adoção de atividades e tecnologias de baixa emissão de GEE e o desenvolvimento de novos padrões sustentáveis de produção e consumo de forma a promover a transição para uma economia de baixo carbono;
- Promover o aproveitamento econômico do gás metano produzido no Aterro Sanitário e dos subprodutos do tratamento dos esgotos (biogás e lodo) para a geração de energia limpa, o que contribuirá, também, para a redução da emissão dos GEE na atmosfera.

2.1.2 MEIO AMBIENTE

OBJETIVO 1

Promover medidas de adaptação do Município, para enfrentamento das alterações climáticas, com foco na conservação dos mananciais hídricos superficiais e subterrâneos, fauna e flora do município, e gestão adequada dos espaços com potencial ocorrência de impactos ambientais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Criar o Sistema Municipal de Infraestrutura Verde (SisMIV), que visa identificar, classificar, preservar, recuperar, implementar e conectar as áreas de interesse ambiental do Município, buscando uma melhor gestão do patrimônio ambiental por elas constituído, respeitando as vocações e as características físicas, ambientais, sociais, econômicas, históricas e culturais de cada uma das áreas contempladas pelo Sistema e de seus respectivos entornos, de forma a promover a reestruturação do mosaico da paisagem, além de propiciar maior resiliência aos ecossistemas urbanos para enfrentar as mudanças climáticas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Estabelecer, como integrantes do Sistema Municipal de Infraestrutura Verde (SisMIV), as seguintes categorias e subcategorias:

- ÁREAS ESPECIAIS DE RELEVANTE INTERESSE AMBIENTAL (AERIAS)

CONCEITO:

Espaços territoriais do Município de Palmas e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, de propriedade pública ou privada, instituída pelo Poder Público, destinadas à conservação e à preservação da natureza, a melhoria da qualidade de vida e a mitigação dos efeitos da fragmentação dos ecossistemas, com limites definidos e sob condições especiais de administração e uso.

ABRANGÊNCIA:

São compostas pelas Áreas Ambientalmente Protegidas (AAPs); Áreas Verdes Urbanas (AVUs); Corredores Verdes e Áreas Ambientalmente Controladas (AACs):

- Áreas Ambientalmente Protegidas (AAPs)

CONCEITO:

Espaços territoriais do Município e seus recursos ambientais, criadas por iniciativa do Poder Executivo, com características de relevante valor ambiental, sendo compostas, em regra, pelos remanescentes florestais contíguos às APPs, com o objetivo de promover a conservação e estabilidade do solo, a recarga do aquífero e a proteção dos mananciais. Estendem-se para as AAPs os mesmos usos e restrições aplicados nas APPs previstos na Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012.

- Áreas Verdes Urbanas (AVUs)

CONCEITO:

Espaços territoriais urbanos do Município de Palmas e seus recursos ambientais que apresentam cobertura vegetal arbórea (nativa e/ou introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas), criadas por iniciativa do Poder Executivo Municipal ou indicadas e averbadas nas plantas e memoriais descritivos de loteamento e glebas, destinadas à preservação e conservação dos ecossistemas naturais, manutenção dos recursos ambientais, proteção dos recursos hídricos, melhoria da qualidade de vida, recreação e lazer, manutenção ou melhoria paisagística, proteção de bens e manifestações culturais. Quanto ao enquadramento das AVUs dependerá de estudos técnicos ambientais futuros.

ABRANGÊNCIA:

Praças; Parques urbanos; Parques Lineares Urbanos; Jardim botânico; Horto Florestal; Bosques; Áreas Verdes Não Edificantes; Áreas Verdes Edificantes; Áreas verdes do Sistema Viário.

- Corredores Verdes

CONCEITO:

Formações vegetais, naturais ou não, que têm por objetivo permitir a interligação entre as diversas áreas do Sistema Municipal de Infraestrutura Verde do município, com usos e ocupações restritos e de baixo impacto, promovendo a proteção e a continuidade e o fluxo gênico da flora e da fauna.

- Áreas Ambientalmente Controladas (AACs)

CONCEITO:

Espaços territoriais do Município e seus recursos ambientais, de propriedade pública ou privada, com tratamento ambiental diferenciado conforme atividade desenvolvida, para controle e monitoramento de impactos ambientais, com objetivos e limites definidos e sob condições especiais de administração e uso.

ABRANGÊNCIA:

Estação de Tratamento de Água – ETA; Estação de Tratamento de Esgoto - ETE; Estação elevatória de água e esgoto; Aterro Sanitário; Depósito de resíduos sólidos desativado; Cemitério; Jazida Mineral; Mina de água mineral; Área destinada para depósito de Resíduos de Construção Civil - RCC.

- FAIXAS VERDES

CONCEITO:

Para aumentar a proteção dos principais mananciais do município serão criadas Faixas Verdes adicionais e contíguas às suas Áreas de Preservação Permanente - APPs, onde serão permitidos usos que serão definidos por regulamentação posterior, mas que se voltarão prioritariamente à garantia da prestação de serviços ambientais.

A formação das Faixas Verdes se dará junto aos cursos d'água que sejam usados para ao menos um dos seguintes usos: abastecimento de água, diluição de efluentes, produção agrícola, destino turístico e aqueles que sofrem pressão de adensamento populacional.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Alterar os usos das Unidades de Conservação criadas pela Lei Complementar nº 155, de 28 de dezembro de 2007, conforme segue abaixo:

- I. UC Água Fria: passa a ser parte AVU (Parque Linear Urbano Água Fria) e parte AAP;
- II. UC ARNOS: passa a ser parte AVU (Parque Urbano ARNOS) e parte como AAP;
- III. UC Sussuapara: passa a ser AVU (Parque Linear Urbano dos Povos Indígenas) e parte como AAP;
- IV. UC Brejo Comprido: passa a ser parte AVU (Parque Linear Urbano Brejo Comprido) e parte AAP, mantendo os usos e limites do atual Parque Cesamar que se encontra nessa área, da forma como foi regulamentado;
- V. UC Prata: passa a ser AVU, sendo que a definição do tipo será realizada por meio de estudos posteriores, e seus limites deverão abranger as áreas de veredas existentes no local;
- VI. UC Entorno do Lago: passa a ser AVU Entorno do Lago;
- VII. UC Tíuba: passa a ser AAP Tíuba;
- VIII. UC Machado: passa a ser parte AVU (Parque Linear Urbano Machado) e parte AAP;
- IX. UC Santa Bárbara: passa a ser parte AAP e parte Faixa Verde Santa Bárbara;
- X. UC Taquari: passa a ser parte AAP e parte Faixa Verde Taquari;
- XI. UC Santa Fé: passa a ser parte AVU Santa Fé e parte AAP;
- XII. UC Taquaruçuzinho: passa a ser AVU, até que sejam realizados estudos buscando o enquadramento em Unidade de Conservação;
- XIII. UC Parque Municipal do Lajeado: passa ser AVU, até que sejam realizados estudos buscando o enquadramento em Unidade de Conservação.

- Os limites das Áreas Verdes Água Fria, ARNOS, Brejo Comprido, Sussuapara e Entorno do Lago manterão aqueles já definidos pela Lei Complementar nº 155, de 28 de dezembro de 2007. As outras áreas obedecerão os limites previstos no Mapa XX anexo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Criar as Áreas Ambientalmente Protegidas (AAPs) delimitadas no Mapa XX em anexo, sem prejuízo de outras que poderão ser criadas posteriormente.

- Ampliar para 42 metros a largura mínima das Áreas de Preservação Permanente (APPs) de qualquer curso d'água natural perene e intermitente das áreas urbanas do Município de Palmas, excluídos os efluentes, desde a borda da calha do leito regular, visando garantir a preservação dos recursos hídricos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Criar as seguintes Áreas Verdes Urbanas - AVUs, conforme Mapa XX em anexo:

- I. AVU Brejo do Canela - definir seus limites em legislação específica considerando a preservação a partir do leito do Brejo Seco;
- II. AVU Jardim Laila - definir seus limites em legislação específica considerando a preservação a partir do leito do Córrego Bota e Tira, abrangendo toda a extensão do loteamento Jardim Laila, por onde o Córrego corre, e conectando o Córrego Taquari com o Cipó;
- III. AVU Bela Vista - definir seus limites em legislação específica considerando a preservação a partir do leito do afluente do Córrego Santa Bárbara, que percorre pela extensão do Loteamento Taquaralto 4ª etapa - Bela Vista;
- IV. AVU Distrito de Taquaruçú, do tipo Parque Linear Urbano - definir seus limites em legislação específica considerando a preservação a partir do leito do afluente do Ribeirão Taquarussu, que corta o perímetro urbano da cidade;
- V. AVU Taquarussu Grande, do tipo Parque Linear Urbano - definir seus limites em legislação específica considerando a preservação em parte da margem esquerda do Ribeirão Taquarussu, entre o setor Bertaville e a TO-050, em sentido Leste/Oeste.

- Nas Áreas Verdes Urbanas criadas não serão permitidos nenhum outro tipo de uso e ocupação externo usos ou ocupações que contrariem a finalidade de preservação e conservação ambiental até a conclusão dos estudos ambientais que determinarão as categorias de AVUs

- Nas Áreas Verdes Urbanas será permitida a implantação de mobiliário e equipamentos comunitários para esporte, lazer e recreação, e equipamentos necessários à sua segurança, com coeficientes de aproveitamento e taxas de ocupação que considerem seus atributos e vulnerabilidades físicas e biológicas e não descaracterizem sua finalidade ambiental e paisagística.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Criar as seguintes Corredores Verdes Urbanos, conforme Mapa XX em anexo:

- I. Na Região Leste (Macrozona de Ordenamento Condicionado): área paralela aos fundos da Área de Serviço, a ser implementado junto a TO-050, formando uma barreira natural contra novos parcelamentos e atividades de alto impacto ambiental;
- II. Na Região do Distrito de Taquaruçú Grande (conhecido como 'Machado', na saída para Aparecida do Rio Negro): área paralela aos fundos da Área de Serviço Regional deste Distrito;
- III. Na Orla do Lago da UHE Lajeado (Área urbana de Palmas): área ao longo da orla do Lago, iniciando na praia da Graciosa e terminando no limite Sul do Município;
- IV. No entorno das áreas urbanas dos Distritos de Buritirana e Taquaruçú como barreira natural à ocupação urbana e buscando inibir avanços irregulares em áreas rurais ou ambientalmente protegidas. Será incentivada a agricultura de baixo impacto notadamente hortaliças e orgânicos, entre outras atividades similares, resguardando as diretrizes da Infraestrutura Verde para tais.

- Os Corredores Verdes terão 150 metros de largura. Caso haja a necessidade de alteração da largura estabelecida para conformação com a ocupação do território, esse deverá ser justificado tecnicamente, por meio de estudos a serem apresentados junto ao órgão que executor da Política Municipal de Meio Ambiente.
- Os corredores verdes poderão ser dotados de equipamentos de apoio ao desenvolvimento do turismo ecológico e às atividades de lazer e recreação da população, quando estes estiverem localizados em propriedades rurais e/ou contíguas às APPs de cursos d'água.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Definir e implementar as Áreas Ambientalmente Controladas (AACs)

- As Áreas Ambientalmente Controladas serão objeto de estudo para definição de Zonas de Amortecimento, Usos e Atividades em suas Áreas de Influência, com previsão de monitoramento e controle da operação das atividades realizadas nessas áreas.

- Até que as Zonas de Amortecimento sejam definidas, deverá ser garantido o monitoramento e fiscalização ambiental dessas áreas, com emissão de relatórios e submissão destes junto ao Conselho Municipal de Meio Ambiente.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Criar as Faixas Verdes no curso principal dos seguintes córregos, conforme Mapa XX em anexo:

- I. Córrego Água Fria;
- II. Ribeirão Taquarussu Grande;
- III. Ribeirão Taquarussuzinho;
- IV. Córrego Taquari;

- V. Córrego Santa Bárbara;
VI. Cursos d'água existentes no Distrito do Taquarussu Grande.

- A largura das faixas verdes serão definidas por Lei posterior, a partir da realização de estudos específicos. Até que os estudos sejam realizados, será mantida uma faixa mínima de 50 (cinquenta) metros, a partir do limite das APPs dos cursos d'água definidos nesta Lei.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9

Faço parte do SisMIV as áreas prioritárias para conservação, devendo ser objeto de estudo específico para criação de Unidades de Conservação do município, conforme Mapa XX em anexo:

- I. Roncador (Distrito de Taquarussu);
- II. Buritirana (Distrito de Buritirana);
- III. APM 06 e APP 01 da ARSO 151.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10

Suprir o déficit arbóreo do Município através da regulamentação e da implementação do Plano de Arborização.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11

Criar e implementar o Plano de ação para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas.

OBJETIVO 2

Fortalecer o Planejamento e a Gestão Ambiental e promover a integração e a cooperação com as demais instâncias governamentais e com os municípios circunvizinhos de Palmas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Manutenção de Base de Informações Ambientais.

- Manter atualizado, no âmbito do Cadastro Municipal de Informações para o Planejamento, a situação de conservação do patrimônio ambiental do Município, visando orientar e agilizar a fiscalização e a aplicação das penalidades cabíveis diante de eventuais infrações contra o meio ambiente.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Fortalecer a Educação Ambiental, através da rede municipal de ensino, associações de bairro e outras entidades civis atuantes no Município.

- Promover ações de Educação Ambiental junto às comunidades locais, visando a conscientização quanto a proteção das Áreas Verdes, Áreas de Preservação Permanente (APPs), mananciais, córregos, nascentes, entre outras ambientalmente sensíveis, inclusive quanto ao impacto das queimadas no meio ambiente e na saúde da população.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Fortalecer as ações para implementação da coleta seletiva em Palmas.

- Reforçar a implementação do Programa Coleta Palmas, estabelecendo parcerias entre o poder público municipal e pessoas físicas e jurídicas voltadas à coleta seletiva e reciclagem de materiais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Fortalecer a governança voltada às ações ambientais, através de gestão compartilhada com o Estado, União e municípios vizinhos.

- Constituir parceria entre o Município e o Estado na gestão da APA Serra do Leão e o Parque Estadual do Leão e dos recursos hídricos, de forma a obter maior controle e gestão, visando evitar ocupações irregulares e usos que ameacem a integridade ambiental das mesmas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Fortalecer a fiscalização ambiental e o monitoramento das Áreas Especialmente Protegidas no Município, com a participação das comunidades do seu entorno.

- Promover a capacitação contínua de guardas, fiscais ambientais, bem como a população no entorno dessas áreas, visando coibir a ocupação irregular e o uso indevido nas APPs, UCs e áreas ambientalmente sensíveis.
- Promover a integração entre fiscalização urbanística e ambiental;
- Garantir que qualquer projeto urbanístico e sua eventual alteração seja submetida à manifestação do órgão municipal de meio ambiente.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Proteger os recursos hídricos, por seu valor para abastecimento humano e uso econômico.

- Criar programa de Gestão de recursos hídricos em âmbito municipal e estruturar a gestão municipal para executar planejamento/ gerenciamento/ monitoramento dos recursos hídricos no Município.
- Criar Plano de Monitoramento de Qualidade de água para consumo humano em área rural para os córregos diretamente afetados com a produção de soja e milho em larga escala.
- Reforçar a participação no Comitê de Bacias do Entorno do Lago.
- Promover o Diagnóstico Ambiental e o monitoramento constante das bacias hidrográficas, abrangidas pelo Município de Palmas.
- Adotar/considerar as bacias hidrográficas como unidade territorial de planejamento, na definição de políticas de gestão de uso, ocupação e recuperação dos solos e componentes ambientais.
- Promover estudos e levantamentos sobre as redes de macro e microdrenagem do Município.
- Readequar os pontos de lançamento de drenagem existentes, de forma a garantir a dissipação de energia, antes de lançamento no leito dos córregos.
- Destinar espaços para instalação de obras civis como bacias de decantação e demais dispositivos dissipadores de energia para os pontos de lançamento de drenagem urbana, evitando o assoreamento dos córregos.
- Promover estudos para ampliar as condições de infiltração das águas pluviais no solo.
- Propor "perímetro de proteção dos poços" para os poços de abastecimento de água, evitando a presença de empreendimentos que poderiam causar contaminação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Implementar instrumentos que viabilizem a aplicação da Gestão Ambiental.

- Aplicar instrumentos que viabilizem pagamento pela prestação de serviços ambientais: transação monetária que compense um esforço para manter um serviço ecossistêmico em funcionamento, com prioridade para a remuneração dos produtores de água em área urbana e não urbanas, a exemplo do Programa Pro Nascentes.
- Reavaliar os critérios utilizados para Compensação Ambiental, de forma a minimizar o impacto de empreendimentos e atividades poluidores, em função do grau e da reversibilidade possível, considerando, minimamente, algumas práticas

de compensação já existentes, como: (i) compensação por dano ambiental irreversível; (ii) compensação para supressão de Área de Preservação Permanente; (iii) compensação de Reserva Legal; (iv) compensação para supressão de Cerrado e (v) compensação para implantação de empreendimentos causadores de significativo impacto ambiental.

• Regularizar e implementar os instrumentos:

- IPTU Ecológico: Concede desconto no Imposto Predial e Territorial Urbano para imóveis que adotarem medidas de sustentabilidade, podendo receber o benefício proprietários de imóveis residenciais e não residenciais que adotem medidas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.
- ISSQN Ecológico: Concede desconto no Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza para construções novas e reformas de edificações que adotarem medidas de sustentabilidade, podendo receber o benefício proprietários de imóveis residenciais e não residenciais que adotem medidas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente.
- Estudo de Viabilidade Ambiental (EVA): No processo de licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades com menor potencial de degradação ambiental o Executivo poderá exigir previamente a elaboração de estudo de viabilidade ambiental. O estudo de viabilidade ambiental deverá analisar, no mínimo, os possíveis impactos ambientais dos empreendimentos e atividades, considerando sua abrangência, características e localizações específicas.
- Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV: Para empreendimentos que causem alterações das características urbanas do entorno, a exemplo de Shoppings Centers, Estádios, Centros de lazer, e grandes conjuntos habitacionais e/ou de serviços, etc.
- Avaliação Ambiental Estratégica – AAE: Visa reduzir seus impactos estratégicos ao Meio Ambiente Urbano, como Planos de Transporte, de Saneamento, de Habitação e grandes intervenções Urbanas.
- Termo de Compromisso Ambiental: Compensar autorizações para supressão de vegetação e/ou recuperar o Meio Ambiente em decorrência de atividades que causem degradação ambiental, como o parcelamento do solo para fins de urbanização, entre outros.
- Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Ambiental: Tem por objetivo precipuar a recuperação do meio ambiente degradado, mediante a fixação de obrigações e condicionantes técnicas que deverão ser rigorosamente cumpridas pelo infrator em relação à atividade degradadora a que deu causa, de modo a cessar, adaptar, recompor, corrigir ou minimizar seus efeitos negativos sobre o meio ambiente.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Fortalecer o Conselho Municipal de Meio Ambiente, por meio do Fundo de Meio Ambiente, com a aplicação dos instrumentos previstos para a Gestão Ambiental.

- Os recursos oriundos da aplicação dos instrumentos desta lei serão revertidos para o Fundo Municipal de Meio Ambiente.

OBJETIVO 3

Garantir a prestação dos serviços ambientais no Município.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Estudar mecanismos de remuneração dos serviços ambientais ecossistêmicos por parte da iniciativa privada e das empresas, com prioridade para os produtores de água em área urbana e não urbana, a exemplo das iniciativas envolvidas no Programa Pro Nascentes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Reforçar a implementação do Programa Pró Verde, estabelecendo parcerias entre o poder público municipal e pessoas físicas e jurídicas para adoção de áreas verdes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Manter contínuo monitoramento da qualidade dos serviços ambientais prestados.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Introduzir na gestão do Meio Ambiente do Município o conceito de ativo ambiental, com vistas à valoração dos benefícios financeiros privados provenientes de investimentos públicos, que possam ser captados para o bem coletivo.

OBJETIVO 4

Estabelecer controle contínuo sobre a ocupação urbana, no parcelamento e uso solo, e também no exercício das atividades, tanto na área urbana quanto na rural, para assegurar a preservação ambiental, o proteção dos recursos naturais e a qualidade do ambiente paisagístico.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Promover uma regulação do parcelamento urbano e rural, de modo a salvaguardar os recursos naturais dessas áreas.

- Criar diretrizes de Uso e Ocupação do Solo e Parcelamento do Solo Urbano que garantam a proteção das Áreas Especialmente Protegidas, conforme definido em legislação federal.
- Revisar a legislação de Parcelamento Urbano de Palmas, no intuito de que as áreas verdes doadas ao Município, na aprovação dos projetos urbanísticos, incluam a vegetação remanescente existente na gleba.
- Criar normas de Parcelamento do Solo Urbano mais rígidas do que as existentes com o objetivo de coibir o microparcelamento irregular do solo rural para fins de urbanização.
- Criar instrumentos de planejamento do uso do solo rural, de forma a evitar a ocupação irregular e proteger os mananciais que abastecem as áreas urbanas e rurais.
- Definir diretrizes de parcelamento de solo com respeito à instalação de elevatórias em Áreas Públicas Municipais, APPs, Áreas Verdes, entre outras, de forma a evitar possíveis conflitos com a população residente em seu redor.

OBJETIVO 5

Evitar a ocorrência de desastres naturais/ambientais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Criar programa permanente de prevenção e resposta a desastres naturais/ambientais.

- Garantir a gestão de risco de desastres através da Defesa Civil municipal, em dispositivo legal, com quadro específico de servidores e receitas para viabilidade do programa.
- Investimento em tecnologia para maior eficiência na prevenção dos desastres naturais/ambientais, como a reativação da Sala de Situação para o monitoramento contínuo.
- Fortalecer o Programa de Brigadistas Voluntários.

OBJETIVO 6

Evitar ocorrências de poluição sonora.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Rever a legislação referente a ruídos.

- Atualizar a legislação municipal referente à emissão de ruídos, com o objetivo de torná-la autoaplicável e mais efetiva.

2.2 ORDENAMENTO TERRITORIAL

2.2.1 MACROZONEAMENTO

CONCEITO

O macrozoneamento traduz-se na conformação de diversas parcelas do território destinadas a determinadas ocupações, diferenciadas quanto à capacidade de

adensamento, necessidade de preservação ou de destinação às atividades agrícolas ou rurais, com o propósito de orientar a implantação da infraestrutura e de serviços, e, dessa forma, reduzir os custos de administração da cidade.

OBJETIVOS

- Adotar visão estratégica sobre o território municipal, transpondo a dualidade existente entre o urbano e o rural, divisão territorial utilizada para fins administrativos e tributários;
- Estabelecer diretrizes estratégicas e ações adequadas às diferentes regiões da cidade, quanto ao adensamento, uso e ocupação do solo, características e condicionantes ambientais e locais, mobilidade urbana, oportunidades de emprego e renda e qualidade de vida da população;
- Implantar políticas públicas de desenvolvimento urbano, objetivando uma identidade regional.

PROPOSTA

Criação de macrozonas, respeitando as restrições ambientais, a necessidade de incentivo à produção agrícola de pequeno porte e de controle do uso e ocupação do solo, diferenciando-as quanto à sua capacidade de adensamento em baixíssima, baixa, média e alta densidade, segundo a seguinte divisão, nos termos do mapa intitulado "Macrozoneamento" em anexo:

- Macrozona de Ordenamento Controlado (Região de Planejamento Centro, Região de Planejamento Sul, Região de Planejamento de Interesse Logístico, Região de Planejamento Distrito de Taquaruçu e Região de Planejamento Distrito de Buritirana);
- Macrozona de Ordenamento Condicionado (Região de Planejamento Norte e Região de Planejamento Leste);
- Macrozona de Ordenamento Rural (Região de Planejamento São João e Região de Planejamento Rural);
- Macrozona de Conservação Ambiental (Região de Planejamento APA Serra do Lajeado).

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS POR MACROZONA

MACROZONA DE ORDENAMENTO CONTROLADO

CONCEITO

A Macrozona de Ordenamento Controlado caracteriza-se pela diversidade de padrões de uso e ocupação do solo, tipologias diferenciadas de urbanização e edificação, heterogeneidade socioespacial, existência de grandes vazios urbanos e áreas estratégicas de interesse logístico, concentrando a maior parte das atividades e funções da cidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Promover a reestruturação, transformação, recuperação, melhoria ambiental, qualificação urbanística e indução de ocupação sustentável, buscando harmonizar a diversidade de padrões de uso e ocupação do solo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Prever ordenamento das ocupações diferenciado para as áreas que concentram grandes vazios urbanos, inclusive por várias classes sociais, utilizando a diferenciação de gabarito das edificações de maneira escalonada, como forma de proteção da paisagem urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Promover a diversificação na estruturação das atividades econômicas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Promover o desenvolvimento da Área Aeroportuária, bem como seu entorno, visando o aproveitamento do seu potencial logístico e de desenvolvimento tecnológico.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Definir diretrizes de ordenamento de uso e ocupação do solo para os Distritos de Taquaruçu e Buritirana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Instituir e demarcar a infraestrutura verde de modo a reestruturar o mosaico da paisagem e propiciar maior resiliência aos ecossistemas urbanos para enfrentar as mudanças climáticas, interconectando áreas de preservação dos mananciais com remanescentes florestais.

MACROZONA DE ORDENAMENTO CONDICIONADO

CONCEITO

A Macrozona de Ordenamento Condicionado, com restrições de ocupação e construção, configura-se em um espaço territorial com fragilidades ambientais devido à presença de alguns corpos hídricos de abastecimento da cidade e significativa biodiversidade, tendo como diretriz precípua impedir a expansão urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Prever condicionantes para a ocupação urbana e preservar os recursos naturais devido a fragilidades ambientais existentes, significativa biodiversidade e presença de mananciais hídricos de abastecimento da cidade através do zoneamento diferenciado da ocupação, de acordo com a vulnerabilidade ambiental e a vocação de uso do solo de cada zona.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Aplicar mecanismos que visem uma ocupação gradual e planejada, mediante critérios de ocupação de baixa e/ou baixíssima densidade, entre outros.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Adotar o uso de energias renováveis para as atividades agrícolas de pequeno porte que utilize, de forma mais racional, os recursos naturais, sobretudo as de domínio da agricultura familiar.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Fortalecer as zonas com atividades agrícolas de pequeno porte voltadas ao abastecimento da cidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Incentivar o turismo rural sustentável.

MACROZONA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

CONCEITO

A Macrozona de Conservação Ambiental, correspondente à área da APA estadual Serra do Lajeado, configura-se em um espaço territorial com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais, apresentando vulnerabilidades físico-biológicas devido à presença de nascentes hídricas e de significativa biodiversidade, requerendo diretrizes especiais de ordenamento da ocupação, proteção da diversidade biológica e a sustentabilidade do uso dos recursos naturais existentes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Promover parcerias entre os órgãos estaduais e municipais visando garantir um controle mais efetivo na APA Serra do Lajeado, de modo que nenhuma atividade causadora de impacto ambiental possa se instalar sem o conhecimento e a autorização dos respectivos órgãos responsáveis.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Incorporar parâmetros de ocupação estabelecidos para a APA estadual "Serra do Lajeado", prescritos no respectivo Plano de Manejo, às normas de uso e ocupação do solo municipais, podendo adotar parâmetros mais restritivos, em casos específicos, pautados na conservação ambiental.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Aperfeiçoar as normas de uso e ocupação do solo de forma a garantir proteção ao patrimônio arqueológico e paleontológico existente, de valor histórico mundial, proporcionando sustentabilidade à preservação da região.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Inserir os sítios arqueológicos e rupestres em Áreas de Proteção Ambiental, obedecendo ao raio de proteção definido pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a fim de resguardar sua ambiência, considerando que o ecoturismo e as práticas esportivas podem ser realizadas nas áreas restantes da Serra do Lajeado, respeitadas as devidas restrições paisagísticas e ambientais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Estabelecer parcerias com a sociedade civil organizada, universidades, cartórios de registro de imóveis e demais órgãos e entidades públicas e privadas, visando a obtenção ou acesso à informações necessárias a gestão territorial e ambiental da área.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Estabelecer parceria com o Órgão Executor da Política de Meio Ambiente do Estado do Tocantins, o Instituto Natureza do Tocantins, voltada ao desenvolvimento conjunto de um plano de trabalho, de caráter emergencial e prioritário, para as atividades de fiscalização ambiental, prevenção de queimadas e gestão das águas na Macrozona de Conservação Ambiental, diante da grave crise hídrica verificada em toda a região do Tocantins, incluindo o Município de Palmas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Compor indicadores de tendência para atualização do sistema de monitoramento do Plano Diretor, que será responsabilidade do Instituto de Planejamento Urbano, por meio do repasse de informações periódicas acerca da gestão ambiental, dos órgãos da esfera federal, estadual e municipal.

MACROZONA DE ORDENAMENTO RURAL

CONCEITO

A Macrozona de Ordenamento Rural caracteriza-se por espaços territoriais não urbanizados e não adensados destinados a atividades de agricultura, pecuária, extrativismo e turismo rural, aliados à conservação ambiental.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Promover a integração de usos do solo diversificados, com grau de ocupação compatível com a preservação dos recursos naturais existentes na área rural, tanto do ponto de vista dos serviços ambientais, para a sustentabilidade da atividade agrícola, do turismo rural e do abastecimento das comunidades rurais, quanto do ponto de vista da conservação da biodiversidade e da proteção ao patrimônio ambiental, histórico e cultural.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Elaborar políticas públicas de incentivo financeiro ao produtor rural, visando à permanência desses produtores no campo, com a oferta de assistência técnica individual ou em grupo, através de implantação de unidades demonstrativas e da realização de ações nas comunidades rurais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Implantar políticas públicas de conscientização e educação ambiental, quanto à preservação dos bens naturais e de fiscalização/monitoramento das áreas especialmente protegidas, localizadas na Macrozona de Ordenamento Rural.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Incentivar as atividades agropecuárias, prioritariamente as mais intensivas, com potencial de amenizar os impactos climáticos, respeitando as características e potencialidades de uso do solo de cada região, com destaque para a produção de hortaliças, fruticultura, a avicultura, a pecuária leiteira e a piscicultura.

2.2.2 REGIÕES DE PLANEJAMENTO

CONCEITO

As Regiões de Planejamento são porções territoriais das Macrozonas destinadas funcionalmente e racionalmente a determinadas ocupações, delimitadas segundo sua vocação reconhecida pela população e pela administração pública, particularizadas por determinadas características semelhantes e agregadas conforme a integração dos aspectos socioeconômicos, ecológicos, culturais e espaciais.

OBJETIVO

Estabelecer mecanismos de controle e de gestão mais efetivos sobre o território municipal, através de unidades espaciais de planejamento, passíveis de regulamentação por planos regionais, e facilitação de aporte de informações para subsidiar a gestão.

PROPOSTA

Instituição de Regiões de Planejamento, resultado da subdivisão das Macrozonas, definidas segundo localidades com identidade reconhecida pela população e pela administração pública, consoante mapa intitulado "Regiões de Planejamento" em anexo, da seguinte forma:

MACROZONA DE ORDENAMENTO CONTROLADO, composta por:

- Região de Planejamento Centro;
- Região de Planejamento Sul;
- Região de Planejamento de Interesse Logístico;
- Região de Planejamento Distrito de Taquaruçu;
- Região de Planejamento Distrito de Buritirana.

MACROZONA DE ORDENAMENTO CONDICIONADO, composta por:

- Região de Planejamento Norte;
- Região de Planejamento Leste.

MACROZONA DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL, composta por:

- Região de Planejamento APA Serra do Lajeado (Área de Proteção Ambiental):
 - ✓ Parque Estadual do Lajeado;
 - ✓ Parque Municipal Serra do Lajeado;
 - ✓ Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Bela Vista;
 - ✓ Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN Reserva Sítio Monte Santo.

MACROZONA DE ORDENAMENTO RURAL

- Região de Planejamento Rural;
- Região de Planejamento São João.

NOTA TÉCNICA: Na Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Palmas referente às Diretrizes e Propostas, realizada no dia 30 de setembro de 2017, acatou-se o destaque de que parte da Região de Planejamento São João deve estar inserida na Macrozona de Ordenamento Condicionado, nos termos da Ata anexa aprovada por unanimidade e conforme delimitação constante do mapa que define as Regiões de Planejamento.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA

Dividir as macrozonas em Regiões de Planejamento identificadas de acordo com características socioeconômicas, culturais, espaciais e ambientais similares, e quanto a sua capacidade de adensamento, necessidade de preservação ou de destinação às atividades agrícolas ou rurais, com propósito de orientar a implantação da infraestrutura

e dos serviços, e dessa forma reduzir os custos de administração da cidade, seja pelo poder público ou os de natureza privada.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS POR REGIÕES DE PLANEJAMENTO

REGIÃO DE PLANEJAMENTO CENTRO

CONCEITO

A Região de Planejamento Centro caracteriza-se por um modelo espacial funcionalista, tendo como elemento definidor o sistema viário hierarquizado ditado por uma malha ortogonal, composta por amplas unidades de vizinhança, onde se verificam grandes vazios urbanos e homogeneidade de padrões de uso e ocupação do solo, dispostos em áreas residenciais, de comércio e serviço, com média densidade de ocupação, concentrando a maior parte das atividades e funções da cidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Promover intervenções estruturais a fim de tornar essa porção do território mais homogênea e compacta, permitindo a urbanização e requalificação de áreas vocacionadas para concentrar densidades populacionais mais elevadas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Induzir o adensamento sustentável de áreas estratégicas da cidade caracterizadas por grandes vazios e baixa densidade populacional, em perímetro urbanizável, sem ocupação consolidada, tendo como princípios a promoção do seu acesso à diversas classes sociais e o estabelecimento de um desenho urbano e de um paisagismo sustentável.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Prever ordenamento territorial em áreas concentradoras de grandes vazios urbanos, utilizando a diferenciação de gabarito das edificações de maneira escalonada, como forma de proteção da paisagem urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Permitir uma ocupação planejada dos vazios urbanos, com etapas de implantação ao longo do tempo.

REGIÃO DE PLANEJAMENTO SUL

CONCEITO

A Região de Planejamento Sul compõe-se de um aglomerado urbano ditado por uma ocupação espontânea pautada em legislação de uso do solo específica, por índices de incomodidade e hierarquização do sistema viário, nos termos da Lei Complementar n° 94/2004.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Promover a requalificação e a reestruturação de áreas consolidadas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Incentivar as novas Centralidades e fortalecer os subcentros existentes, visando proporcionar melhorias nessa região Sul de Palmas, a qual concentra grande parte da população do Município através de um Plano de Revitalização e Estruturação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Promover a diversificação na estruturação das atividades econômicas, tendo como foco a Área Aeroportuária, bem como seu entorno, visando o aproveitamento do potencial logístico e o desenvolvimento tecnológico, viabilizando e potencializando o aeroporto de cargas em Palmas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Viabilizar a implantação do Parque Linear do Córrego Machado, com recuperação de danos ambientais causados pelo processo de urbanização, promovendo a recuperação de sua APP, a proteção do recurso hídrico e proporcionando área de lazer e recreação aos habitantes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Fomentar o desenvolvimento urbano, através da melhoria do sistema viário, do transporte, da acessibilidade, da integração com as demais localidades, da infraestrutura e dos equipamentos públicos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Fomentar a localização de polos econômicos e eixos de dinamização em áreas lineares do novo sistema de transporte de alta capacidade a ser implantado no Município.

REGIÃO DE PLANEJAMENTO DE INTERESSE LOGÍSTICO

CONCEITO

A Região de Planejamento de Interesse Logístico, localizada nas proximidades do Aeroporto Brigadeiro Lysias Rodrigues, caracteriza-se pelo predomínio de pequenas chácaras utilizadas para produção agrícola, estando inserido nessa região o Centro Agrotecnológico de Palmas - Agrolins, o qual abriga os centros de pesquisa da UNITINS AGRO e da EMBRAPA, além de assentamentos irregulares e a existência de uma ampla área sem ocupação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Instituir parâmetros de zoneamento indutores de desenvolvimento econômico por meio da implantação de um polo logístico e de pesquisa, tendo em vista a localização estratégica da Capital no território brasileiro e o potencial da região para abrigar a integração multimodal, notadamente pela proximidade ao aeroporto, prevendo os seguintes equipamentos:

- Porto seco;
- Centro de apoio de logística;
- Parque tecnológico.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Aproveitar a potencialidade logística, visando favorecer a dinamização e diversificação da economia de Palmas por meio da oferta de serviços de logística e de infraestrutura que irão dar suporte às empresas que se instalarem no Município.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Promover o desenvolvimento dos setores estratégicos centrados nos três vetores de desenvolvimento - piscicultura, agricultura e área de energia.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Impulsionar a implantação de grandes empreendimentos na área tecnológica, industrial e agrícola de baixo impacto ambiental.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Compatibilizar o uso e ocupação do solo com a oferta de sistema multimodal de transporte e de infraestrutura para os serviços públicos.

REGIÃO DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO DE TAQUARUÇU

CONCEITO

A Região de Planejamento do Distrito de Taquaruçu corresponde à área delimitada como perímetro urbano da Sede do Distrito que leva o mesmo nome, nos termos da Lei n° 543, de 19 de dezembro de 1995, inserida na sub-bacia do Ribeirão Taquaruçu Grande e na Área de Proteção Ambiental Serra do Lajeado, localizada nos confortes das Serras do Lajeado e do Carmo e no vão do Ribeirão Lajeado.

Trata-se de um núcleo urbano predominantemente residencial ditado por um traçado viário irregular, resultado sua ocupação espontânea, complementado por pequenos estabelecimentos comerciais ao longo da Avenida Belo Horizonte, além de serviços de apoio a produção e criação de subsistência, exibindo um rico cenário urbano, fortemente marcado pela paisagem natural, razão pela qual destaca-se pela potencialidade de utilização turística.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Definir diretrizes de ordenamento de uso e ocupação do solo para o Distrito de Taquaruçu.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Controlar a ocupação do território, restringindo a implantação de novos loteamentos residenciais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Priorizar a identidade espacial e ambiental face aos avanços da urbanização.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Preservar e proteger os mananciais existentes e suas Áreas de Preservação Permanente (APPs).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Adequar o desenvolvimento das potencialidades turístico-econômicas da localidade à capacidade de carga do seu ambiente natural, de modo a garantir uma estruturação sustentável do território.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Preservar as culturas e tradições locais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Orientar e disciplinar as atividades econômicas locais.

REGIÃO DE PLANEJAMENTO DO DISTRITO DE BURITIRANA

CONCEITO

A Região de Planejamento do Distrito Buritirana corresponde à área delimitada como perímetro urbano da Sede do Distrito, que leva o mesmo nome, nos termos da Lei n° 543, de 19 de dezembro de 1995. Esta região configura-se em um núcleo urbano que mantém características rurais, predominantemente residencial ditado pelo eixo ordenador da TO-030 - Av. Josefa Alves da Cunha, no traçado urbano-, concentrando o comércio, serviços e instituições públicas, os quais atendem precariamente à população, promovendo uma relação de dependência com o comércio de Palmas. Trata-se da região com a maior produção agrícola do Município, despontando como um dos polos de produção de grãos do Estado.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Reforçar a produção agrícola de Buritirana, pois existe disponibilidade de área para o cultivo com predominância da cultura de subsistência e ao desenvolvimento agropecuário sustentável.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Promover a valorização dos atributos urbanísticos e paisagísticos da área e respeitar a capacidade de suporte dos córregos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Restringir o uso habitacional, mantendo a baixa densidade, a fim de proteger os atributos naturais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Planejar a infraestrutura de saneamento ambiental previamente à ocupação urbana, respeitando a capacidade de suporte dos corpos hídricos receptores dos efluentes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Considerar os aspectos de sustentabilidade ambiental do uso rural produtivo, para assegurar a manutenção da diversidade dos agro-ecossistemas.

REGIÃO DE PLANEJAMENTO NORTE

CONCEITO

A Região de Planejamento Norte caracteriza-se pelo predomínio de pequenas propriedades rurais, condomínios fechados e loteamentos regulares e irregulares, sendo boa parte da área destinada ao lazer e recreação, abrangendo áreas de interesse turístico, principalmente pela proximidade com o Lago da UHE Lajeado, pelo que apresenta expressivo potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas, tendo em vista a descaracterização efetiva de produção agrícola na região.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Instituir parâmetros urbanísticos mais restritivos em relação à área urbana, obedecendo fases graduais de ocupação, com critérios mais rigorosos, proporcionais ao distanciamento das atividades à área urbana central, além de instituir percentuais maiores para áreas públicas, áreas verdes e áreas de interesse social, como contrapartida para o Município, assim como taxa de ocupação, índice de aproveitamento e tamanho mínimo de lotes diferenciados, de forma a garantir que a ocupação urbana seja controlada por fases e de acordo com a hierarquia viária principal estabelecida para o sistema viário, sendo dividida nas seguintes Zonas:

- Zona de Urbanização de Interesse Turístico I;
- Zona de Urbanização de Interesse Turístico II;
- Zona de Urbanização de Interesse Turístico III (atividades turísticas, de lazer, recreação, atividades institucionais, equipamentos públicos e privados, atividades agrícolas, chácaras de lazer, atividades de mineração);
- Zonas de Serviços Norte (Área de Influência das Rodovias).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Integrar o desenho urbano às grandes áreas verdes presentes nessa Região de Planejamento, favorecendo uma relação mais equilibrada entre urbanização e conservação ambiental.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Conter/desestimular a urbanização, com critérios de baixa densidade, em virtude da necessidade de preservação de seus elementos naturais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Proteger as áreas frágeis e de preservação, vulneráveis a condições adversas, como proteção dos mananciais, praias e margens de rios.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Preservar as zonas destinadas a produção agrícola e ao aproveitamento sustentável de recursos minerais.

NOTA TÉCNICA: Na Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor de Palmas referente às Diretrizes e Propostas, realizada no dia 30 de setembro de 2017, acatou-se a sugestão de ser delimitado um Distrito Turístico, interligando a TO-010 a área do Lago da Usina do Lajeado, localizado na Região de Planejamento Norte.

REGIÃO DE PLANEJAMENTO LESTE

CONCEITO

A Região de Planejamento Leste é a porção da Macrozona Condicionada que se caracteriza pela predominância de minifúndios de produção agrícola, com concentração de horticultura, núcleos com características urbanas, expressos em loteamentos e condomínios irregulares, composta por mananciais hídricos de abastecimento da capital, bem como a presença de equipamentos comunitários.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Instituir parâmetros mais restritivos em relação à área urbana, condicionada pelas restrições ambientais e pelo incentivo à produção agrícola de pequeno porte, visando o equilíbrio entre ocupação de baixa e baixíssima densidade, exploração agrícola e preservação ambiental, além da definição de um sistema organizado sustentável de estradas vicinais, sendo subdividida nas seguintes zonas:

- Zona de Serviço Leste (Área de Influência das Rodovias);
- Zona para Atividades Agrícolas e Turismo Rural;
- Zona para Atividades Recreativas (chácaras rurais de lazer e recreação), sendo vedado condomínios e loteamentos residenciais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Promover a integração de usos e atividades diversificados, buscando a desfragmentação ambiental e paisagística, de modo a impedir avanço das ocupações irregulares, incentivar a produção agrícola e evitar a sobrecarga em reação à infraestrutura, aos transportes e ao meio ambiente.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Fortalecer as zonas com atividades agrícolas de pequeno porte voltadas ao abastecimento da cidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Incentivar o turismo rural sustentável.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Conter a expansão e a ocupação urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Planejar, controlar e ordenar os processos de transformação e ocupação urbana de modo a evitar inadequações urbanísticas e ambientais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Proteger a paisagem natural, considerando seu valor ambiental, histórico e cultural.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Proteger e conservar os fragmentos florestais, corredores ecológicos e as áreas de preservação permanente.

REGIÃO DE PLANEJAMENTO APA SERRA DO LAJEADO

CONCEITO

A Região de Planejamento APA Serra do Lajeado configura-se em um espaço territorial com um certo grau de ocupação humana, classificada como unidade de conservação ambiental, criada pela Lei nº 906/1997, destinada a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, conforme Resolução nº 428/2010 da CONAMA, sendo composta pelas seguintes zonas: Zona de Proteção e Zona de Conservação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Preservar e proteger os mananciais hídricos existentes em função da concentração do grande número de nascentes nesta região.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Controlar a ocupação dessa região restringindo a implantação de loteamentos para fins residenciais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Fomentar o turismo ecológico e a educação ambiental.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Proteger as belezas cênicas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Promover o desenvolvimento de segmentos turísticos em áreas naturais e histórico-culturais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Proteger as espécies da fauna brasileira, principalmente aquelas ameaçadas de extinção.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Desenvolver o ecoturismo na área, devido ao potencial hídrico da APA e a beleza da paisagem formada pelo seu relevo, tendo como principais atrativos naturais: cachoeiras propícias à prática do rapel, grutas, mirantes e piscinas naturais ideais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Promover a conservação e o aproveitamento turístico dos sítios arqueológicos, com controle do impacto da visitação, em parceria com os órgãos estaduais e federais de Patrimônio Cultural.

REGIÃO DE PLANEJAMENTO SÃO JOÃO

CONCEITO

A Região de Planejamento São João caracteriza-se pelo predomínio de pequenas e médias propriedades rurais, com expressivo potencial para o desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias, incluindo um pequeno núcleo de produção agroecológica de frutas e hortaliças, sendo que na região está inserido o Projeto de Assentamento (PA) São João, criado pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Fortalecer o expressivo potencial para o desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias na Região de Planejamento São João.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Incentivar a produção agroecológica de hortaliças e frutas, a fim de promover a construção de uma cultura de produção sustentável e consumo saudável, através de acompanhamento dos produtores e da orientação na criação de Organização de Controle Social (OCS), possibilitando a venda direta de produtos agrícolas com certificação de produto orgânico.

REGIÃO DE PLANEJAMENTO RURAL

CONCEITO

A Região de Planejamento rural caracteriza-se pelo predomínio de pequenas, médias e grandes propriedades rurais, destacando-se como a região com maior produção agrícola do Município, com predomínio do cultivo de grãos e, consequentemente, expressivo potencial para o desenvolvimento de atividades produtivas agropecuárias, abrigando dois Projetos de Assentamento (PA) do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): PA Sítio e PA Entre Rios.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Definir diretrizes para o escoamento do fluxo e de cargas na região, integrando a estrutura viária com a produção agrícola.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Fortalecer a rede de drenagem natural, de forma a estimular a preservação e recuperação dos mananciais, no sentido de que os mesmos atendam à sua função primordial de abastecimento da população e irrigação das áreas produtivas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Definir e fortalecer a vocação rural, identificando as áreas reservadas à produção agrícola, agropastoril, pastagens nativas, áreas de exploração extrativa ou florestais, entre outras.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Elaborar macroplanejamento, envolvendo as três esferas de governo, com o objetivo de estabelecer normas técnicas para as estradas rurais, criando critérios e condicionantes para abertura de novas estradas, bem como para a manutenção das já existentes, diante de sua grande importância social, econômica e ambiental, tanto para a agricultura de commodities como para a agricultura de abastecimento local, pois permite o acesso da população à educação, saúde, lazer, bens de consumo, promovendo o transporte de insumos adquiridos e o escoamento da produção, em prol da competitividade necessária à fixação do homem ao campo.

2.2.3 ZONEAMENTO URBANO E RURAL

OBJETIVOS

- Promover transformações estruturais sustentáveis orientadas para o maior aproveitamento do território buscando ampliar a geração de emprego e renda, intensificando as atividades econômica-industrial-tecnológica e de turismo em escala metropolitana e potencializando o transporte multimodal;
- Definir os espaços rurais através do zoneamento ecológico, da análise das atividades econômicas, da produção de alimentos e dos serviços existentes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Estabelecer uma Zona de Serviços (Norte-porção leste da Rodovia TO-010), comércios e pequenas indústrias não poluentes às margens da rodovia TO-010, com parâmetros restritivos conforme características da área, a fim de preservar as nascentes e os córregos, identificada como Área de Influência das Rodovias I, inserida na Macrozona de Ordenamento Controlado, sendo separada da Macrozona de Ordenamento Condicionada por meio de uma avenida verde (estrada-parque).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Estabelecer uma Zona de Serviços (Norte-porção oeste da Rodovia TO-010), comércios e pequenas indústrias não poluentes às margens da rodovia TO-010, com parâmetros restritivos conforme característica da área, a fim de preservar as nascentes e os córregos, identificada como Área de Influência das Rodovias II, inserida na Macrozona de Ordenamento Controlado.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Estabelecer uma Zona de Serviços (Leste), comércios e pequenas indústrias não poluentes às margens da rodovia TO-050, com parâmetros restritivos conforme característica da área, a fim de preservar as nascentes e os córregos, identificada como Área de Influência das Rodovias III, inserida na Macrozona de Ordenamento Controlado, sendo separada da Macrozona de Ordenamento Condicionada por meio de uma avenida verde (estrada-parque).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Estabelecer uma Zona de Serviços (Sul – porção leste da Rodovia TO-050), comércios e pequenas indústrias não poluentes às margens da rodovia TO-050, com parâmetros restritivos conforme característica da área, a fim de preservar as nascentes e os córregos, identificada como Área de Influência das Rodovias IV, inserida na Macrozona de Ordenamento Controlado, sendo separada da Macrozona de Ordenamento Condicionada por meio de uma avenida verde (estrada-parque).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Estabelecer uma Zona de Serviços (Sul – porção oeste da Rodovia TO-050), comércios e pequenas indústrias não poluentes às margens da rodovia TO-050, com parâmetros restritivos conforme característica da área, a fim de preservar as nascentes e os córregos, identificada como Área de Influência das Rodovias V, inserida na Macrozona de Ordenamento Controlado.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Estabelecer uma Zona de Serviços, comércios e pequenas indústrias não poluentes às margens da rodovia TO-020, com parâmetros restritivos conforme característica da área, a fim de preservar as nascentes e os córregos, identificada como Área de Influência das Rodovias VI, inserida na Macrozona de Ordenamento Controlado, sendo separada da Macrozona de Ordenamento Condicionada por meio de uma avenida verde (estrada-parque).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Estabelecer uma Zona de Serviços, comércios e pequenas indústrias não poluentes às margens da rodovia TO-030, com parâmetros restritivos conforme característica da área, a fim de preservar as nascentes e os córregos, identificada como Área de Influência das Rodovias VII, inserida na Macrozona de Ordenamento Controlado, sendo separada da Macrozona de Ordenamento Condicionada por meio de uma avenida verde (estrada-parque).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Instituir uma Zona de Equipamentos Especiais destinada a abrigar predominantemente atividades, como aeroporto, centros de convenções, centros universitários, hospitais, grandes áreas de lazer, recreação e esportes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9

Instituir uma Zona de Desenvolvimento Econômico - com critérios específicos relativos à implantação de serviços e usos diversificados, com predominância para os usos industriais, comerciais e de serviços geradores de externalidades incômodas, obedecendo a um Plano Regional de parcelamento, uso e ocupação do solo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10

Instituir zonas agrícolas na Macrozona de Ordenamento Condicionada.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11

Instituir um Polo Logístico voltado para pesquisas tecnológicas na ALC-NO 13, área definida no atual Plano Diretor (LC nº 155/2007), como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12

Promover a revitalização de áreas urbanas consolidadas, em processo de deterioração urbanística, mediante alteração dos parâmetros de uso e ocupação do solo, buscando potencializar a utilização da infraestrutura instalada, visando mais segurança para população, conforto térmico e opções de lazer e convívio.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13

Inserir na legislação de Uso e Ocupação do Solo as ilhas existentes após a criação do Lago, contemplando atividades de lazer, cultura, turismo, parque aquático, entre outras.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14

Prever áreas para implantação de universidades, seguindo modelos modernos de integração das faculdades de medicina com hospitais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 15

Adotar "densidade construtiva" como um indicador do processo de urbanização, monitorando-o, a partir do cruzamento com "densidade demográfica", para subsidiar políticas públicas relativas ao ordenamento territorial na Região Central de Palmas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 16

Estabelecer parâmetros de uso e ocupação do solo nas áreas circunvizinhas aos Parques Municipais, visando sua proteção e integridade, notadamente quanto aos mananciais de água que abrigam;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 17

Prever a localização de um polo industrial na região de Buritirana, de modo a harmonizar o exercício dessas atividades com as atividades já existentes na região.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 18

Garantir áreas para implantação de equipamentos institucionais de grande porte, em compatibilização com o sistema viário e o uso do solo existente.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 19

Estabelecer novos parâmetros urbanísticos para a área de influência aeroportuária no que se refere à parcelamento do solo, uso e atividades e novas edificações, de modo a minimizar os impactos a serem causados pela expansão do aeroporto sobre a área circunvizinha a este sítio.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 20

Prever a localização de novas áreas industriais, com disponibilidade de terreno e infraestrutura, compatível com a implantação de grandes empresas.

2.2.3.1 VETORES DE CRESCIMENTO

CONCEITO

É a expressão espacial das principais tendências de expansão/adensamento da mancha urbana no território municipal

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Priorizar o vetor de crescimento Centro – Sul, devido ao interesse logístico decorrente da localização do aeroporto, ao maior adensamento já presente na região, bem como da localização do aterro sanitário e do shopping a céu aberto, polos de emprego que absorvem a população local como mão-de-obra.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Restringir o vetor de crescimento para a Região Norte da cidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Incentivar valores de crescimento/adensamento voltados a centros e subcentros existentes com o objetivo de conter o espraiamento da cidade.

2.2.3.2 CENTRALIDADES

OBJETIVO

Incentivar novas centralidades e potencializar as centros e subcentros existentes, conforme indicado no mapa intitulado "Centralidades".

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Fortalecer os subcentros de Educação, tendo em vista que a área onde se concentram as universidades é um atrativo de localização para empreendimentos imobiliários, que contemplem unidades habitacionais a preços acessíveis, para atender a um mercado potencial de universitários.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Fortalecer e incentivar as subcentralidades econômicas em Palmas Centro, por meio de parâmetros urbanísticos mais flexíveis quanto ao uso misto, integrando usos residenciais com comércio e serviços, entre as quais: Subcentro das ARNES LO-14, subcentro das ARNOS (LO-10), ARNES (LO-12), ARSES (LO-03, LO-05, LO-27, LO-15 Av. Palmas Brasil), ARSO (LO-09), subcentros Av. Teotônio Segurado, entre outros.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Fortalecer e incentivar as subcentralidades econômicas em Palmas Sul, entre as quais: subcentro Av. Tocantins, subcentro Avenida I (Aurenys) e subcentro Taquaruçu 2ª etapa (Setor Universitário).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Fortalecer a centralidade localizada na Avenida JK, através de projeto de requalificação dos espaços públicos, evitando seu esvaziamento, em parte provocado pela migração dessas atividades para Av. Taquaruçu – Shopping a Céu Aberto;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Compatibilizar o adensamento construtivo em torno das centralidades identificadas como áreas passíveis de adensamento, mediante outorga onerosa do direito de construir, indicadas nesta Lei.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Requalificar a Área Central, aproveitando o potencial de infraestrutura existente e os equipamentos institucionais, estimulando o uso habitacional e atividades econômicas, de animação e lazer, alterando os usos e os parâmetros urbanísticos, a fim de gerar maior vitalidade e uso efetivo pela comunidade desses espaços.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Promover o uso misto - residencial e não residencial - nas áreas urbanas correspondentes às centralidades identificadas, permitindo a integração, a diversidade de atividades, a humanização e a sociabilização da população ali residente.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Diversificar os usos na Área Central (cruzamento Avenida JK – Teotônio Segurado), mesclando uso residencial e comercial para promover mais segurança e atrativos culturais, com controle da emissão de ruído nessas áreas, causador de grande desincentivo à moradia naquela região.

2.2.3.3 ÁREAS ESTRUTURANTES

CONCEITO

São áreas situadas ao longo dos eixos viários estruturadores, e em torno das principais conexões de transporte público, com potencial de consolidar/desfragmentar o tecido urbano.

OBJETIVO

Estimular o adensamento em áreas dotadas de infraestrutura e equipamentos públicos ao longo dos eixos viários estruturadores e na Área Central da cidade, de forma a otimizar e aproveitar a infraestrutura instalada, bem como reduzir os custos e os deslocamentos da população entre a moradia, o trabalho e o lazer.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Estimular o crescimento e o adensamento da cidade integrado ao sistema viário e aos transportes, valorizando os aspectos sociais, econômicos e ambientais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Induzir a ocupação urbana, nas áreas estruturantes, tanto nas subutilizadas quanto nas não utilizadas, otimizando o aproveitamento da infraestrutura existente, inclusive do sistema de transporte de alta capacidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Viabilizar o uso misto do solo ao longo dos eixos estruturantes, permitindo não só comércio e serviços, mas também o uso residencial, promovendo o adensamento e proporcionando mais qualidade de vida nessas áreas com infraestrutura instalada e servida por sistema de transporte de alta capacidade. Ex: Área Central e Área de Comércio e Serviços Urbanos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Incentivar o adensamento das áreas desocupadas na parte oeste da cidade dotadas de infraestrutura através dos instrumentos urbanísticos existentes e os instrumentos a serem regulamentados.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Promover a integração territorial das áreas estruturantes, através da diversificação de usos e atividades compatíveis e da mobilidade urbana, de forma a garantir facilidade de deslocamento da população entre a moradia e os locais de trabalho.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Admitir diferentes tipologias de edificações para ocupação das áreas estruturantes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Promover a densificação do eixo prioritário correspondente à Avenida Teotônio Segurado, incentivando a maior diversidade de usos, inclusive o residencial, tendo em vista a ocorrência de concentração de lotes comerciais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Promover uma ocupação mais intensificada ao longo das principais vias e ao longo das rodovias.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9

Estabelecer, ao longo do eixos estruturantes, áreas de uso predominantemente residencial com média densidade, incluindo habitação multifamiliar, permitindo também uso comercial e de serviços, para atendimento da população carente do Município.

2.2.4 PARCELAMENTO DO SOLO

OBJETIVO

Ordenar o espaço urbano com divisão da terra em unidades juridicamente independentes e padrões de ocupação para as diferentes zonas da cidade, com vistas à edificação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Estabelecer estrito monitoramento e controle sobre o parcelamento do solo nas áreas próximas ao aterro sanitário, às matas ciliares, às margens dos córregos e do Lago e às margens das rodovias localizadas no território.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Proibir, coibir e penalizar ocupações na forma de loteamentos irregulares e desordenados localizados sobre as faixas dos cursos d'água naturais perenes e intermitentes, entorno do Lago e de nascentes conforme previsto pela legislação federal, estadual e municipal e específica.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Intensificar a fiscalização sobre o parcelamento do solo em todo o perímetro urbano do Município, por meio da implantação de sistema permanente de monitoramento.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Priorizar mecanismos de gestão transparente na revisão do planejamento urbano e regional.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Promover para as glebas não parceladas, localizadas em Palmas Centro, a implantação do parcelamento por etapas através de legislação específica com expedição do respectivo termo de verificação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Rever a legislação de parcelamento do solo do Município, incluindo a Lei nº 376/17 que versa sobre a Criação do Programa Especial de Urbanização de Palmas (PEU), como instrumento de planejamento da política urbanística do município de Palmas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Definir percentual para Habitação de Mercado Popular (HMP) para todos os novos parcelamentos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Definir um percentual, em todos os novos parcelamentos, para produção de terrenos, para venda voltada ao mercado de menor renda – até 6 salários-mínimos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9

Definir regras específicas para o parcelamento do solo em áreas passíveis de regularização fundiária, compatíveis com o padrão existente, desde que respeitadas as condicionantes ambientais e sanitárias.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10

Destinar áreas para implantação de equipamentos institucionais nos novos parcelamentos, além daqueles já exigidos na legislação de Parcelamento do Solo, a exemplo daqueles destinados à Assistência Social.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11

Exigir no Parcelamento do Solo que a localização das áreas verdes se concentre onde a massa arbórea é maior e mais representativa.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12

Exigir nos novos parcelamentos que sejam preservadas as massas arbóreas que compõem os lotes e as áreas públicas, somente sendo permitida a supressão dos componentes arbóreos para a implantação do sistema viário e quando da execução da edificação no lote, desde que respeitado a taxa de permeabilidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13

Priorizar nos novos parcelamentos, a integração dos espaços verdes, com vistas à amenização do microclima local.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14

Ampliar os índices de áreas verdes e áreas públicas nos novos parcelamentos, visando o conforto térmico e a mitigação das mudanças climáticas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 15

Rever a padronização das glebas urbanas e a possível reconfiguração das macroquadras, cujas áreas não estão no padrão previsto no Plano Básico de Palmas e na Lei nº 468/94.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 16

Rever o padrão dos lotes no setor industrial, que beneficie a compra por parte de grandes empresas e empreendedores, os quais necessitam de áreas maiores do que as existentes em função de seus usos e atividades.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 17

Garantir uma faixa pública na orla do Lago por tratar-se de uma área de preservação permanente (bem de uso comum do povo), permitindo o amplo acesso público, uma vez que hoje existem barreiras que fecham esses acessos, como a presença de alguns clubes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 18

Propor a exigência de servidões administrativas entre condomínios, permitindo o amplo acesso público ao Lago.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 19

Reservar áreas para instalação de equipamentos de grande porte, com localização estratégica nas novas áreas identificadas na revisão do Plano Diretor, preferencialmente ao longo do eixo de transporte.

2.2.5 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO**OBJETIVO 1**

Propor novas regras de uso e ocupação do solo considerando a configuração do espaço de atuação, a vocação predominante da área e a integração com o sistema viário e o transporte, de modo a superar a dicotomia entre Palmas Centro e Palmas Sul e valorizar a diversidade dos aspectos sociais, econômicos e ambientais de cada região da cidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Propor soluções para os conflitos surgidos com a Lei Complementar nº 81/2004 – possibilidade da abertura dos fundos do lote para as Avenidas, tendo em vista a potencialidade de interligação entre as quadras, entre os quais:

- Desmatamento de áreas verdes (arborização existente x entrada de carros),
- Necessidade de iluminação e sinalização de passagens de pedestres,
- Readequação do sistema viário, incluindo o aumento do número de vagas para estacionamentos (reserva de vagas dentro do lote), haja vista a quantidade de comércio se estabelecendo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Promover adequações nos projetos urbanísticos das quadras e setores já implantados na Capital.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Revisar as legislações de uso e ocupação do solo vigentes na cidade, inclusive nos Distritos, levando-se em consideração as peculiaridades de cada área da cidade, em especial à Zona Rural que, atualmente, encontra-se com diferentes ocupações.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Promover a unificação das diversas legislações, que incidem sobre o Uso e Ocupação do Solo em Palmas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Definir legislação de Uso e Ocupação do Solo que abranja todo o Município de Palmas, inclusive os Distritos de Taquaruçu e Buritirana, incluindo as ilhas após a criação do Lago.

OBJETIVO 2

Preservar a identidade própria de cada localidade do território palmense, respeitando a diversidade do conjunto urbano e sua interface com a preservação ambiental, paisagem urbana e conforto térmico.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Promover a gestão da paisagem, através de instrumentos como o controle do gabarito dos edifícios nos pontos panorâmicos da cidade, como a Orla de Palmas).

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Propor normas de uso e ocupação do solo nas Áreas de Lazer e Cultura (ALCs), na Orla de Palmas, de forma minimizar os conflitos entre a excessiva verticalização construtiva e a paisagem urbana, expressos na potencial desvalorização imobiliária e turística desse ambiente.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Priorizar nas normas de uso e ocupação do solo a criação de "ilhas de frescor", integrando preservação ambiental, paisagem urbana e conforto térmico.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Instituir instrumentos de avaliação e monitoramento da paisagem urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Envolver a população na identificação, valorização, conservação e proteção da paisagem urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Conceber planos regionais e projetos de desenho urbano para as quadras e bairros, para garantir a harmonia entre o uso e ocupação do solo e a paisagem urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Implementar com urgência o plano de arborização, com envolvimento das comunidades e utilizando critérios técnicos na escolha das espécies de árvores para arborização urbana, reforçando o papel das áreas verdes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Compatibilizar toda a legislação urbanística à prioridade de adequação às mudanças climáticas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9

Definir restrições de gabarito de acordo com cada zona de uso, a fim de coibir o processo intenso de verticalização, principalmente em áreas que afetam a paisagem urbana, bem como na área de influência aeroportuária.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10

Compatibilizar o uso e ocupação do solo urbano ao Plano Municipal de Arborização, nas vias, espaços públicos, praças, passagens de pedestres, interior das quadras comerciais, residenciais, industriais e institucionais da cidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11

Prever áreas destinadas a grandes equipamentos urbanos (esportivos, recreacionais, culturais e outros), de modo a que não haja conflito com a ambiência, com a mobilidade urbana e com a paisagem urbana de Palmas.

2.2.5.1 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE INTERESSE PÚBLICO**OBJETIVO 1**

Estabelecer diretrizes de controle e gerenciamento do uso, concessão e doação das áreas públicas municipais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Realizar audiências públicas nos processos de controle de uso, concessão e doação das áreas públicas municipais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Estabelecer mecanismos de controle de uso, concessão e doação das áreas públicas municipais por meio de um SIG (sistema de informação geográfica), objetivando um melhor monitoramento dessas áreas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Restringir a ocupação das áreas públicas municipais estritamente à implantação de equipamentos de cunho comunitário.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Impedir desvio da função social das áreas verdes públicas, por doações e uso indevidos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Rever legislação que permite a regularização fundiária em Áreas Públicas Municipais (APMs), com vistas a manutenção de sua função original.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Propor parceria entre a Prefeitura, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública para as ações do Município para tratar de ações quanto às ocupações irregulares no Município.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Desenvolver políticas públicas de incentivo fiscal, com vistas a manter áreas permeáveis na cidade.

OBJETIVO 2

Promover uma política municipal do uso do espaço público, tendo como prioridade a acessibilidade, a urbanização e a requalificação, visando à melhoria das condições ambientais e da paisagem urbana do Município.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Fomentar a expansão da agricultura urbana em áreas públicas municipais a serem definidas, com a criação de novas hortas comunitárias, despertando o senso comunitário, garantindo a boa utilização e manutenção do espaço público, respeito ao meio ambiente, promovendo a inclusão social, a terapia ocupacional, a socialização e a geração de renda alternativa.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Ordenar e qualificar os espaços públicos, bem como promover sua ampliação e incentivo ao uso, pela população, mediante a disponibilização de equipamentos de recreação e lazer.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Promover a humanização da cidade e sua caracterização como cidade-verde, qualificando seus espaços públicos e conectando áreas verdes e áreas *non-aedificandi*, como os parques lineares (Prata, Sussuapara, Brejo Comprido), as praias do Prata, da Graciosa, das ARNOS e Caju e suas praças.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Integrar o desenho urbano às grandes áreas verdes presentes na cidade favorecendo uma relação mais equilibrada entre urbanização e conservação ambiental.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Aprimorar o controle sobre a ocupação e construções irregulares nas áreas verdes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Promover parceria público-privada, como alternativa para a preservação das áreas verdes públicas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Implementar no planejamento e gestão municipal o conceito de infraestrutura verde.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Promover ações educativas de valorização e respeito ao patrimônio natural e edificado.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9

Promover a distribuição equitativa de espaços de lazer, mobiliário urbano e infraestrutura de serviços públicos pelo território do Município.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10

Facturar com a concessionária de energia para substituir de forma gradual a rede de distribuição aérea pelo sistema subterrâneo.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11

Promover a proteção dos parques existentes na cidade, fortalecendo o manejo das zonas de amortecimento nos respectivos entornos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12

Promover reforma ou ampliação das calçadas na cidade, visando o atendimento e o cumprimento de acessibilidade universal no uso dos espaços públicos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13

Viabilizar o uso efetivo das praças da cidade. Estudar possibilidade de definir como condicionante a permeabilidade visual dos muros, dado o fator insegurança.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14

Destinar espaços públicos para o lazer da população, na legislação de uso e ocupação do solo, no distrito de Buritirana, incluindo equipamentos para o lazer dos jovens e da população em geral.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 15

Ampliar a oferta de espaços públicos na Região Sul.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 16

Retomar para o Poder Público as áreas públicas e áreas verdes municipais, doadas para instituições que não obedeceram o prazo legal de construção.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 17

Planejar a distribuição espacial dos equipamentos e serviços públicos, na perspectiva de atendimento das necessidades da população atual e futura.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 18

Destinar áreas para praças, áreas de lazer, esportes e áreas verdes na região do Aurenly I.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 19

Promover acessibilidade, mobilidade e comunicação entre os diferentes conceitos de desenho urbano dos bairros, quadras, fluidez aos serviços e equipamentos públicos já implantados em Palmas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 20

Reduzir os índices construtivos vigentes para a Orla 14 e 34, a fim de evitar o impacto negativo da verticalização na paisagem da orla do Lago.

2.3 MOBILIDADE URBANA**2.3.1. SISTEMA VIÁRIO****PRINCÍPIOS**

- Promover uma mobilidade urbana conectada com o uso e ocupação do solo, com as questões ambientais e com a redução da desigualdade territorial.
- Estabelecer a devida complementaridade entre este Plano Diretor e o Plano de Mobilidade Urbana a ser elaborado.

OBJETIVO 1

Implementar um sistema viário que contribua para a integração do território municipal, para a democratização do acesso aos serviços públicos, que seja adaptado ao

compartilhamento pelos diversos modais de transporte, garantindo fluidez de deslocamento e segurança/acessibilidade dos usuários.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Qualificar, padronizar e ampliar a sinalização viária e a de endereçamento, existentes e estendê-la às áreas não contempladas.

- Aprimorar a sinalização viária nas interseções entre as vias, considerando a segurança viária com foco nos pedestres e ciclistas;
- Implantar sinalização específica para pedestres, promovendo a criação de rotas caminháveis e a ligação interbairros;
- Intensificar a iluminação nas travessias para pedestres e ciclistas, de modo a garantir a boa visibilidade para ambos;
- Instituir nomenclatura viária oficial – endereçamento de vias de circulação e logradouros, evitando duplicação e implantar sinalização, mediante placas padronizadas, com legibilidade;
- Criar sinalização indicativa de ciclorrotas para as vias internas, de acesso às quadras e bairros;
- Aprimorar a sinalização viária das ciclovias e ciclofaixas;
- Sinalizar as estradas vicinais, com as sinalizações viária e de identificação dos assentamentos, na área rural do Município.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Desenvolver a malha viária priorizando o transporte público, os ciclistas e os pedestres, adotando medidas da engenharia de tráfego que atendam às demandas de logística do trânsito, garantindo a segurança.

- Definir a hierarquização das vias, em função do uso do solo nas diferentes áreas do Município;
- Requalificar o sistema viário, dedicando infraestrutura aos pedestres e ciclistas;
- Realizar estudos e promover a implantação da infraestrutura necessária à melhor conexão entre as regiões Central e Sul de Palmas, destacando a possibilidade de uma ponte sobre o Ribeirão Taquaruçu, no alinhamento da Av. NS 10;

- Prever o prolongamento da Av. Teotônio Segurando no sentido Norte, considerando as ocupações na região (sobretudo o Lago Norte), e visando a possibilidade de conexão com o centro da cidade por meio de uma via dedicada ao transporte público coletivo de massa;
- Utilizar as vias existentes na Região Norte como barreiras físicas para controle de ocupações irregulares;
- Prever o prolongamento da Av. Teotônio Segurando no sentido Sul, favorecendo o escoamento da produção agrícola da "Vila Agrotins";
- Duplicar as avenidas com alto fluxo de veículos, conforme projeto urbanístico;
- Requalificar as Marginais Leste e Oeste, com a definição de usos e implantação de infraestrutura viária, considerando sua característica logística;
- Requalificar o sistema viário das centralidades – LO-09, LO-27, LO-05, Av. I, Av. Tocantins, LO-10, LO-14, Av. Araguaia, Av. Perimetral Norte, dentre outras, com foco nos pedestres e ciclistas;
- Implantar um Anel Viário (Norte e Sul), com o objetivo de evitar o conflito entre o tráfego pesado e os demais usuários do sistema viário;
- Controlar o uso e a operação da infraestrutura viária urbana destinada à circulação e à operação do transporte de carga, definindo prioridades e/ou restrições, estabelecendo rotas preferenciais e vias de uso proibido, por meio de sinalização específica;
- Propiciar a interligação entre as vias de escoamento/logística regionais (TO-020, TO-030, BR-010, TO-050 e os Anéis Viários Norte e Sul, projetadas);
- Adequar a BR-010 e TO-050 à função de vias urbanas – retornos, semáforos, redutores de velocidade, estreitamento de vias;
- Classificar as vias, conforme sejam exclusivas ou de uso compartilhado entre veículos e pedestres, e qualificá-las;
- Urbanizar a Orla de Palmas com a elaboração e implantação do projeto da Avenida Parque;
- Implantar a infraestrutura de ligação entre as LOs e as Rodovias TO-10 e BR-10, conforme projeto urbanístico;
- Requalificar as estradas vicinais rurais, estabelecendo a padronização da largura referente à caixa de rolagem e faixa de domínio;
- Promover a pavimentação de toda a área urbana do Município, a fim de minimizar a dissipação de poeira;
- Executar pontes suspensas sobre os córregos, na área urbana, evitando o uso de galerias que comprometam a vazão dos mesmos, interrompendo os corredores de vegetação e o fluxo de animais.

2.3.2 SISTEMA DE TRANSPORTE

OBJETIVO 1

Promover um transporte público de alta eficiência, sustentável, inclusivo e com integração intermodal e tarifária.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Priorizar no planejamento, destinação orçamentária para o desenvolvimento de sistemas de transportes e novas tecnologias, que resultem na melhoria das condições ambientais, valorizando o transporte coletivo de qualidade, as calçadas acessíveis e as ciclovias, em detrimento ao transporte motorizado individual;

- Elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana;
- Priorizar o transporte público coletivo nas vias definidas pelo Plano de Mobilidade;
- Implantar o Sistema de Transporte Público Coletivo Hidroviário;
- Criar instrumentos para melhor distribuição dos recursos entre os investimentos nos modais de transporte, levando em consideração os benefícios e potências de cada um, bem como a distribuição das viagens na cidade e nos bairros;
- Criar instrumentos que promovam uma arrecadação fixa e específica para investimentos em infraestrutura de transporte público coletivo e custeio da tarifa;
- Promover a integração entre todos os modais (rodoviário, cicloviário e hidroviário), atendendo às demandas do transporte de passageiros e mercadorias;
- Promover a modernização da frota de transporte público, com veículos menos poluentes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Qualificar frota e pontos de parada voltados ao transporte público.

- Promover a qualificação dos pontos de parada do transporte coletivo, prevendo bicicletários e arborização no entorno;
- Padronizar os pontos de moto-taxi e taxi de Palmas;
- Implantar baias para as paradas do transporte público, nas estradas vicinais rurais;
- Aumentar a frota do transporte escolar e aprimorar o atendimento nas escolas da rede municipal na área rural, garantindo transporte gratuito de qualidade a todos os alunos, na faixa etária da educação escolar obrigatória;
- Exigir dos proprietários/incorporadores de novos loteamentos a implantação de mobiliário para integração com o sistema público de transporte coletivo (pontos de ônibus, baias, etc.), com projeto fornecido pela administração municipal.

2.3.3 SISTEMA CICLOVIÁRIO

OBJETIVO 1

Complementar e ampliar a rede cicloviária existente, visando estabelecer uma malha contínua, destinada à utilização, tanto para o lazer, quanto para o deslocamento casa-trabalho, casa-escola, inclusive mediante integração com modal de transporte de alta capacidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Identificar e implantar trechos prioritários para complementação da rede cicloviária;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Interligar os trechos de ciclovias existentes;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Ampliar o quantitativo de rampas de acesso às ciclovias – concomitante à intensificação das sinalizações interbairros;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Promover a arborização das ciclovias, conforme diretrizes do Plano Municipal de Arborização;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Promover a construção de pontos de apoio para os ciclistas ao longo das ciclovias;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Promover campanhas educativas para a mobilidade sustentável;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Instituir a obrigatoriedade de instalação de paraciclos nos espaços de uso coletivo;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Revisar a legislação urbanística – Código de Obras e Posturas - prevendo infraestrutura adequada para ciclistas nos novos empreendimentos (bicicletários e chuveiros).

2.3.4 ACESSIBILIDADE / CALÇADAS

OBJETIVO 1

Promover segurança e conforto aos pedestres, com calçadas acessíveis e arborizadas, que possibilitem e convidem à caminhabilidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Elaborar a Lei das Calçadas, e cartilha, definindo padrões e responsabilidades públicas e privadas;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Garantir a acessibilidade das calçadas existentes e das novas calçadas, aplicando a Lei das Calçadas;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Garantir a arborização das calçadas, conforme diretrizes do Plano Municipal de Arborização;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Requalificar o entorno dos equipamentos públicos com foco na priorização de pedestres;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Realizar constantes Campanhas Educativas de respeito ao pedestre.

2.3.5 ESTACIONAMENTOS

OBJETIVO 1

Requalificar as áreas destinadas a estacionamentos considerando a ampla inserção de paraciclos e de arborização.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Reduzir exigências no Código de Obras sobre quantidade de vagas de estacionamentos em empreendimentos, nas áreas previstas com estacionamentos públicos e ao longo do eixo de transporte;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Estabelecer a obrigatoriedade de paraciclos nos estacionamentos públicos;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Preservar ao máximo a arborização existente e realizar o plantio de novas mudas (conforme Plano Municipal de Arborização), nas áreas destinadas a estacionamento.

2.3.6 SEGURANÇA VIÁRIA

OBJETIVO 1

Viabilizar por meio de sinalização, educação e fiscalização o respeito aos usuários das vias e à legislação de trânsito.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Aplicar o conceito de Segurança Viária na requalificação das vias e na elaboração dos projetos vinculados à Mobilidade Urbana;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Promover Sinalização Viária, Campanhas Educativas e Fiscalização de Trânsito, voltadas à segurança viária;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Viabilizar a instalação de semáforos (para veículos e pedestres) em cruzamentos com alto fluxo de veículos e pedestres;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Instalar semáforos com sonorizadores, para deficientes visuais;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Implantar a sinalização náutica no Lago. Ordenar e tornar mais segura a movimentação de embarcações e a prática de esportes náuticos, bem como garantir mais segurança aos banhistas nas praias do Município;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Ampliar a abrangência do sistema de videomonitoramento, destinado à segurança viária;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Intensificar a iluminação ao longo das vias (calçadas, ciclovias, pistas de rolamento), com destaque para a iluminação nas travessias para pedestres e ciclistas.

2.4 PAISAGEM URBANA

CONCEITO

A paisagem urbana é a interação entre o patrimônio natural e construído, cujos espaços proporcionam diferentes usos pela população.

São elementos da Paisagem Urbana: a arborização, as calçadas, os muros, as fachadas das edificações, as praças, as ruas, os panoramas e as vistas, os fragmentos da natureza remanescentes do processo de urbanização, as estruturas construídas pelo homem na cidade ao longo do tempo.

São temas inerentes à Paisagem Urbana: o grau de integração entre cidade e natureza, a caminhabilidade, o conforto térmico nos espaços públicos, as oportunidades de encontro, a frequentação dos espaços de convivência e lazer, o exercício da cidadania, a coesão social e cultural, a valorização da escala do pedestre e a qualidade de vida urbana no sentido mais amplo.

PRINCÍPIOS

- Valorizar a paisagem como elemento de identidade da cidade, em sua singularidade, diversidade e totalidade;
- Buscar aproximar as regiões da cidade, promovendo sua integração física, social e cultural, superando a dicotomia existente entre elas;
- Inserir nas políticas públicas municipais o conceito de Paisagem Cultural, que abrange o sentimento de pertencimento da população à cidade, através de sua identidade como usuário e como cidadão;

- Priorizar sempre a coletividade, respeitando seu protagonismo, na concepção dos projetos de desenho urbano, aliando a arte e a técnica, com vistas a uma qualidade, que garanta benefícios na escala do pedestre;
- Introduzir a Paisagem Urbana como critério de composição do sistema edificado;
- Promover políticas municipais de uso dos espaços da cidade, tendo como prioridade a melhoria da Paisagem Urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Ampliar e incrementar os logradouros e espaços públicos de modo a estimular o convívio social e a interação com a paisagem.

- Dotar os logradouros e espaços públicos - calçadas, cicloviárias, ruas de pedestres, parques, áreas verdes, orla do Lago e áreas comerciais - de arborização, iluminação e mobiliário urbano;
- Aumentar o número de áreas e espaços públicos municipais para instalação de equipamentos de diversos portes promovendo o lazer, a prática esportiva e a cultura, distribuindo-os equitativamente pelo território do Município;
- Incentivar atividades diversas nos espaços públicos e equipamentos instalados, além do seu uso originalmente destinado, buscando dinamizá-los e otimizá-los;
- Ampliar e padronizar as calçadas e cicloviárias, de forma a dotá-las de identidade visual, uniformidade, acessibilidade, sombreamento e iluminação;
- Fixar diretrizes de parcelamento de lotes ou glebas, de modo a prever que o percentual obrigatório dedicado às áreas verdes seja implantado como espaço qualificado e que não sejam apenas resíduos remanescentes sem interesse imobiliário.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Conservar os logradouros e espaços públicos.

- Manter os logradouros e espaços públicos de forma ordenada, com equipamentos e mobiliários urbanos executados dentro das normas oficiais e em condições de pleno uso;
- Alocar equipamentos públicos quando da implantação de praças e parques urbanos, como mecanismos de vigilância compartilhada destes locais, com dimensionamento adequado à área onde serão instalados;
- Incentivar a adoção de áreas verdes públicas pela iniciativa privada;
- Criar regulamentações e campanhas educativas que zelem pela qualidade da paisagem;
- Impedir o uso indevido do espaço público por interferências diversas que estejam fora do padrão estabelecido pelo Município, tais como: toldos, mesas, cadeiras, bancas, quiosques e outras estruturas que bloqueiem ou restrinjam a circulação de pedestres;
- Estabelecer parceria do Município com os proprietários ou inquilinos dos imóveis fronteirantes para a conservação das respectivas calçadas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Revitalizar e requalificar os espaços urbanos de modo a estimular a diversidade de usos e a convivência entre os cidadãos.

- Revitalizar áreas e equipamentos urbanos como forma de desenvolvimento social e econômico da população local;
- Promover adequações do solo urbano de acordo com as necessidades da população, tendo como prioridade a escala do pedestre;
- Fomentar a diversidade de usos pela população nas quadras e loteamentos existentes e a serem implantados, a exemplo da agricultura urbana;
- Incentivar a implantação de "bairros humanizados" nos projetos urbanísticos de loteamentos e de quadras;
- Promover a compatibilização do projeto urbanístico de implantação de novas quadras, com a situação fundiária, adequando o desenho urbano ao perímetro das glebas;
- Promover a conexão da cidade com o Lago, criando pólos de interesse e de atração visando o desenvolvimento urbano do seu entorno;
- Assegurar o amplo acesso público ao Lago da UHE Luís Eduardo Magalhães, inclusive por meio de servidões a serem implantadas nos parcelamentos ou reparcelamentos das glebas, conforme estabelecido no Código Florestal, vedada a alteração do seu uso;
- Estruturar a Avenida Orla, assegurando a continuidade entre seus trechos em todo o território do Município, valorizando-se o potencial turístico e de lazer com estímulo ao desenvolvimento de atividades aquáticas e aquelas de apoio, bem como a implantação de complexos ou empreendimentos de entretenimento e lazer, e atividades voltadas para a cultura, o esporte e o turismo, como hotéis, marinas, restaurantes, museus e teatros, resguardando as características da paisagem e as funções urbanas predominantes em cada trecho;

- Requalificar a Avenida LO-09, conectando o Parque Cesamar ao Lago da UHE Luís Eduardo Magalhães, qualificando os espaços e logradouros públicos em todo o trajeto, reforçando o comércio da região e priorizando o pedestre;
- Qualificar as centralidades de todo o território municipal, através da implantação de calçadas, cicloviárias, ruas de pedestres, arborização, iluminação e mobiliários urbanos, ativando e potencializando sua vocação, com o objetivo de favorecer a convivência e interação social.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Incentivar a integração entre espaço público e privado, ampliando a permeabilidade visual dos elementos constituídos para fechamento dos lotes - muros, grades, cercas e outros - de modo a criar "fachadas ativas", dinamizar as ruas, fortalecer os laços de convivência entre a comunidade e proporcionar melhores condições de segurança à população.

- Incentivar projetos e o uso de materiais que favoreçam a permeabilidade visual nas fachadas dos imóveis e nas laterais voltadas para logradouros públicos;
- Incentivar a abertura do fundo dos lotes lineares para as respectivas avenidas, de forma a desfazer a configuração das quadras como elementos espaciais autônomos na malha urbana, cumprindo a função social da propriedade;
- Estimular a abertura dos lotes para livre acesso da população de forma a gerar espaços de fruição pública.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Zelar pela identidade da cidade, formada por seu espaço físico e seus processos históricos, culturais, sociais, econômicos. Este conjunto delinea ambiências urbanas que possuem um significado especial para a população, contribuindo para revelar o sentido de lugar e de pertencimento da mesma à cidade.

- Promover a preservação ambiental e paisagística, preservando a vista da Serra do Lajeado e do Lago da UHE Luís Eduardo Magalhães;
- Constituir a morfologia urbana harmonizando o gabarito das edificações da cidade com a beleza cênica, valorizando as perspectivas e cones visuais;
- Preservar os espaços de valor ambiental, histórico, turístico, artístico, arqueológico e cultural, incrementando seus atuais usos;
- Nas áreas de relevante interesse ambiental, histórico, urbanístico e arquitetônico, as edificações ficarão sujeitas à restrição de altura máxima;
- Conhecer, desenvolver e fortalecer os atributos de identidade mais expressivos da cidade, considerados ativos de seu potencial econômico, que influenciam positivamente o patrimônio cultural trazendo qualidade de vida para a população.

- Fortalecer a identidade do Município, através da criação de ícones relevantes para a cidade nos aspectos urbanísticos, arquitetônicos, artísticos e ambientais, tais como: obras de arte, pontes, mirantes e demais construções, por meio de investimentos públicos e parcerias com a iniciativa privada;

- Minimizar a poluição visual das ruas, avenidas e áreas públicas causadas por interferências diversas, organizando, controlando e orientando o uso de mensagens

visuais de qualquer natureza especialmente as ações de publicidade, respeitando o interesse coletivo;

- Promover a substituição gradativa das redes de distribuição aérea de energia pela subterrânea, com destaque para áreas de interesse turístico e espaços de uso público.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Promover o paisagismo em todo o território do Município - áreas urbanas e rurais - em especial a arborização, incentivando diversos usos e trazendo benefícios à população, tais como:

- Beleza cênica;
- Absorção da poluição atmosférica, neutralizando os seus efeitos na população;
- Proteção contra ventos;
- Diminuição da poluição sonora;
- Sombra;
- Absorção de parte dos raios solares;
- Ambientação aos pássaros;
- Suprimento de alimento;
- Efeito medicinal e
- Afevidade, de forma a favorecer o elo entre a população e o espaço público.

- Priorizar a arborização das áreas públicas, como canteiros marginais às cicloviárias, calçadas, praças e equipamentos públicos (de educação, saúde, assistência social, segurança e administrativos) por programas diversos;
- Criar incentivos para a população plantar e manter árvores em sua calçada e no interior do lote, sempre de acordo com as recomendações do Plano Municipal de Arborização e mediante consulta aos órgãos municipais responsáveis por sua implementação;
- Assegurar a assistência técnica especializada, oferta de mudas, elaboração de padrões para plantio e orientação para podas como serviço para a população;
- Declarar os elementos arbóreos de médio e grande porte como patrimônio da cidade;
- Priorizar o plantio de espécies nativas da região nos logradouros e espaços públicos - valorizando a diversidade dos grupos vegetais e a relevância dos biomas típicos - de modo a reduzir os custos de manutenção e a resgatar a Identidade paisagística local;
- Promover o plantio e a poda sustentável das árvores em harmonia com as redes públicas de instalação - elétrica, dados e saneamento básico - estabelecendo planejamento e gestão compartilhada entre Prefeitura e concessionárias de serviços públicos;
- Selecionar para o plantio, espécies adequadas à arborização urbana, que não afetem a integridade do calçamento.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Reconhecer a Paisagem Urbana como elemento acolhedor das iniciativas culturais da cidade, ampliando e potencializando os espaços públicos, com vistas a fomentar manifestações populares de toda ordem.

- Criar centros de convenções para promoção de eventos na área urbana;
- Criar espaços públicos para promoção de eventos culturais e manifestações artísticas no centro de Taquarucu, de acordo com as boas práticas de construção contemplando tratamento acústico adequado e, atendendo à legislação ambiental.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Determinar parâmetros edilícios para a implementação de projetos de arquitetura sustentável no Município, utilizando sistemas construtivos que causem menos impacto ambiental e prevendo reutilização e reciclagem de material construtivo.

- Determinar critérios de implantação das edificações no terreno, com orientação adequada de insolação e de direção de ventos;
- Criar incentivos para a construção sustentável na implantação de edificações de todos os tipos, principalmente em prédios públicos, apoiando a obtenção de certificações oferecidas por reconhecidas instituições do ramo;
- Estabelecer critérios para garantir a permeabilidade do solo, inclusive no sistema viário, através do uso de materiais que permitam a recarga das lençóis freáticos, com vistas a conservação dos mananciais, tanto na área urbana quanto na rural;
- Incentivar o reuso das águas para irrigação em áreas públicas e empreendimentos privados;
- Promover abrigos sombreados ao longo das avenidas para garantia de conforto ao pedestre;
- Garantir a circulação de ar e ventos, bem como a redução da radiação térmica, no território do Município, através de morfologia urbana adequada à cada região.

2.5 POLÍTICA HABITACIONAL**OBJETIVO 1**

Aumentar a disponibilidade de áreas regulares de habitação para famílias de menor renda e ampliar a oferta de moradia.

- Disponibilizar terra para a provisão habitacional;
- Promover mix de programas e projetos de mais baixa custo (lote urbanizado, regularização fundiária, reforma e ampliação, requalificação, assistência técnica);
- Entender a política de habitação como um instrumento de construção da cidade, de inclusão e diversidade urbana.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Promover a readequação das zonas de interesse social - ZEIS, entendida como um instrumento de Zoneamento, que possibilite obter um menor custo tanto para o empreendedor quanto para o consumidor, sem implicar em desapropriação;

• Definir zonas (ZEIS) ou áreas (AEIS) com o objetivo de flexibilização das tipologias habitacionais, estabelecendo diretrizes que permitam a ocupação por famílias de menor renda;

• Adotar os seguintes critérios para as tipologias de ZEIS:

- ZEIS 1 de vazios urbanos - quadras a serem reservadas para empreendimentos de HIS, sem implicar em desapropriação. Nessa modalidade, o empreendedor adequará seu produto, direcionando esforços para atender um público de menor renda;

- ZEIS 2 para empreendimentos habitacionais (parcerias) - loteamentos regulares aprovados ou não, sem infraestrutura completa, passível de consórcio e parcerias com o poder público, visando à construção de Habitações de Interesse Social;

- ZEIS 3 de Regularização Fundiária - áreas para regularização fundiária de interesse social (Reurb-S) e específico (Reurb-E).

- Promover/apoiar iniciativas para a provisão habitacional/moradias acessíveis, viabilizando pequenos empreendimentos, vilas, programas de lotes urbanizados, aluguel social, ou outras tipologias;
- Critérios para instituir novas ZEIS: em áreas próximas aos eixos de transporte, regiões com infraestrutura básica implantada, e previsão da instalação de novos equipamentos públicos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Definir percentual para Habitação de Mercado Popular (HMP) para todos os novos parcelamentos.

- Promover a integração de diversas classes sociais, através de diversidade do uso do solo urbano, incentivando a formação de comunidades integradas, com a transformação das quadras em bairros;

- Definir um percentual, em todos os novos parcelamentos, para produção de terrenos, para venda voltada ao mercado de menor renda - até 6 salários-mínimos;

- Promover a flexibilização, no âmbito das HMP (Ex.: Habita-Palmas), dos parâmetros urbanísticos e edilícios.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Diversificar a produção habitacional objetivando o enfrentamento dos diversos componentes do déficit habitacional e a transparência das ações.

- Prever novos programas que enfrentem outros componentes do déficit habitacional e que não fiquem tão propensos a recursos externos, por exemplo: regularização fundiária, oferta de lotes urbanizados, melhorias urbanas e habitacionais, assistência técnica, programas de incentivo aos empreendedores da construção civil, incentivo às famílias que necessitam de financiamentos imobiliários (conforme a faixa de renda), etc;
- Instituir um programa de Aluguel Social, proporcionando condições para a população de menor renda ocupar as zonas mais centrais da cidade e, ao mesmo tempo, dar uso aos imóveis vagos ou com baixa ocupação;
- Instituir um programa de Assistência Técnica Gratuita, destinando serviços especializados para o desenvolvimento de projetos habitacionais de interesse social;
- Implementar um programa de oferta de lote urbanizado, com escritura e infraestrutura, com o objetivo de atender a população, promovendo empreendimentos compatíveis com a renda das famílias;
- Promover a permanente revisão e atualização do Cadastro Habitacional do Município. Criar sistema de acompanhamento do Cadastro Habitacional, que propicie aos usuários e órgãos de controle acompanhar, com transparência, a distribuição dos benefícios habitacionais.

2.6 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

OBJETIVO 1

Promover a regularização fundiária do município, com foco na garantia do direito à moradia e na racionalidade da ocupação do território.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Aumentar a capacidade da administração municipal de fiscalização sobre parcelamentos irregulares, promovendo a racionalidade de ocupação do território e evitando maiores gastos com o espiamento da infraestrutura urbana.

- Promover a alteração da Lei nº 468/94, redefinindo os valores de cobrança de multas para parcelamentos irregulares e mantendo atualizado o levantamento cadastral do território;
- Regulamentar a Lei Federal nº 13.465/2017, adequando-a aos interesses do Município;
- Definir instrumentos para coibir e controlar as ocupações irregulares, com aumento da fiscalização e combate à grilagem;
- Organizar campanhas informativas à população sobre os riscos e as penalidades de adquirir imóveis irregulares, assim como as precauções para evitar envolvimento nessas operações fraudulentas;
- Promover/apoiar a capacitação de profissionais que atuam no mercado imobiliário – Corretores, Advogados, Arquitetos e Engenheiros;
- Unificar fiscalização municipal ou estabelecer rotinas de fiscalização integrada – Meio Ambiente, Obras, Posturas e Urbanística;
- Promover o acompanhamento pela Procuradoria do Município dos procedimentos de fiscalização dos parcelamentos irregulares, seguida de encaminhamento de Ação Civil Pública, quando necessário.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Promover a regularização fundiária dos parcelamentos já consolidados.

- Criar ZEIS, da modalidade regularização fundiária, com mudança de uso, mediante contrapartidas à municipalidade, para financiamento de infraestrutura para o local;
- Promover a Regularização Fundiária Sustentável, Regularização Plena, propiciando soluções de infraestrutura, oferta de equipamentos públicos e inserção na malha viária;
- Detalhar o Plano de Regularização Fundiária Sustentável de Palmas, com a priorização das áreas a serem atendidas, prazos e a previsão orçamentária para sua execução, incluindo cadastro, topografia, indenizações e outros custos;
- Elaborar Planos Específicos de Regularização Fundiária, contemplando levantamento da situação fundiária, cadastro socioeconômico das famílias, negociação com proprietários e/ou ocupantes e questões jurídicas pertinentes;
- Instituir taxas e cobranças para promover a Regularização Fundiária (principalmente Reurb-E), para alimentar o Fundo de Habitação, Reurb-E – Regularização Urbana de Interesse Específico, aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada como população de baixa renda – de acordo com a Lei Federal nº 13.465/2017.

REGIÃO NORTE

- Projetar o sistema viário para esta região, prevendo a extensão das principais avenidas;
- Promover levantamento das áreas irregulares já consolidadas (loteamentos irregulares de interesse social e específico), sua situação fundiária e outros subsídios necessários para a definição de um futuro Plano Regional;
- Criar a ZEIS Norte (Lago Norte), abrangendo a área entre a NS-15 e UC Água Fria;
- Organizar a ocupação da Região Norte, de forma gradativa, para conter o espiamento da malha urbana.

REGIÃO LESTE

- Definir normas para atividades de produção e de interesse logístico na área de influência das rodovias (TO-050), onde não serão permitidos loteamentos habitacionais;
- Regulamentar a Lei Federal nº 13.465/2017, adequando-a aos interesses do Município;
- Tratar ocupações irregulares, de interesse social, como núcleos de ocupação consolidada – para regularizar ou remanejar, conforme diagnóstico específico;
- Estudar a possibilidade de redução do módulo rural (mínimo de 2 hectares), viabilizando a regularização de atividades como chácaras de recreio, chácaras de eventos, clubes, postos de abastecimento, entre outras;
- Permitir uso habitacional na área do Setor Universitário;
- Considerar as ocupações irregulares contidas na APA Serra do Lajeado (em especial nas proximidades da TO-020), e as dificuldades para regularização, devendo submeter os processos de aprovação ao Conselho da APA e ao NATURATINS;
- Promover o controle da ocupação da área do Comercial Machado, com definição de seus limites e regras de parcelamento e de uso do solo.

TAQUARUÇU

- Promover a oferta habitacional e a regularização fundiária das áreas irregulares nos arredores do distrito e nas áreas públicas;
- Promover, em articulação com o Estado, a regularização fundiária das famílias irregularmente localizadas na APA Serra do Lajeado;
- Redefinir os limites do perímetro urbano e definir as regras para parcelamento e uso do solo.

REGIÃO SUL

- Promover adequações aos limites da atual UC do Machado com relação ao processo de regularização fundiária – Córrego Machado, Irmã Dulce, Vila Piauí e União Sul;
- Estabelecer limites para a expansão da urbanização na Região Sul, considerando a existência de área destinada a extração de granito, já com licença de lavra concedida, próxima à área do aterro sanitário;
- Incentivar a produção rural e o interesse logístico, na Região da Agrotins;
- Estabelecer critérios urbanísticos e regras de uso do solo mais restritivos na Região Sul, visando inserção de polo logístico e restrições à ocupação irregular.

OBJETIVO 2

Incentivar a regularização fundiária de assentamentos na área rural.

- Dar maior agilidade na documentação e registro de terras nas áreas rurais com a criação de um departamento na estrutura do município que acompanhe esta atividade junto aos órgãos do Estado e da União;

- Realizar, com frequência, mutirão de Regularização Fundiária Rural, objetivando dar maior segurança jurídica aos posseiros e possibilitando seu acesso ao crédito para produção.

2.7 DESENVOLVIMENTO RURAL

OBJETIVO 1

Prestar assistência técnica e extensão ao homem do campo, em especial aos pequenos e médios produtores, propondo estudos para viabilizar a situação fundiária, abastecimento de água, assistência técnica e extensão rural, estradas, transportes, projetos produtivos, crédito rural, pequenas agroindústrias artesanais, extração de calcário e lazer.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Promover ações necessárias ao estudo da situação fundiária nos assentamentos e comunidades rurais do Município através de diagnóstico multidisciplinar, estudos técnicos e fundiários, compatibilizando à legislação pertinente e possibilitando outras assessorias específicas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Cooperar na intermediação junto aos governos Estadual e Federal para titulação definitiva aos que têm direito à usucapião rural especial.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Desenvolver projetos de captação de água pluvial, bem como de pequenas barragens.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Incluir no Plano Municipal de Saneamento Básico o reaproveitamento de água cinza e o armazenamento de água pluvial, visando auxiliar a recuperação dos corpos hídricos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Estabelecer articulação com os demais níveis governamentais, na perspectiva de integração das políticas públicas, com vistas à gestão da disponibilidade agregada da água para os seus diversos usos, na área rural, tendo como referência as bacias hidrográficas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Apoiar o investimento em tecnologias sustentáveis para a produção de alimentos, com tecnologia que permita aumentar a lucratividade e a produção, apesar da escassez de água.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Desenvolver ações e normas para regulamentar as estradas vicinais, visando melhorar o transporte de cargas; o aumento da segurança rodoviária; a complementaridade em relação ao sistema rodoviário municipal; o desenvolvimento do setor primário e a geração de empregos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Promover a sinalização viária nas estradas vicinais de Palmas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9

Aperfeiçoar o potencial de acessibilidade da rede viária vicinal existente, proporcionando um fluxo eficiente e seguro.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10

Promover soluções para garantir o atendimento às necessidades básicas de transporte e de acesso aos serviços públicos na área rural.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 11

Promover a implantação de Unidades Demonstrativas agropecuárias, pequenas agroindústrias artesanais como: laticínio, fábrica de rapadura, fábrica de farinha de mandioca, fábrica de doces e geleias, pequenos abatedouros de aves, peixes, suínos, ovinos e caprinos, mediante aporte de tecnologia adequada e apoio à comercialização.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 12

Apoiar a agricultura de pequeno porte na sua relação de alinhamento com a preservação dos recursos naturais, na redução do consumo de recursos em geral e nas práticas de reciclagem de materiais ou resíduos;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 13

Desenvolver políticas efetivas de fiscalização, em conjunto com as demais esferas de governo, em relação aos danos ambientais gerados pelos produtores de commodities e pela agropecuária em geral.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 14

Promover ações que visem à melhoria do meio ambiente, tais como a proteção de mananciais, a conservação do solo e da água, o destino adequado de resíduos, a utilização correta de agrotóxicos e a sustentabilidade ambiental como um todo.

OBJETIVO 2

Definir regras claras, através de legislação específica para o ordenamento do uso e ocupação do solo rural, em integração com o planejamento regional e estadual.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Inibir o microparcelamento de áreas rurais, através de fiscalização e apoio à viabilização econômica das atividades agrícolas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Participar na elaboração e gestão do Zoneamento Econômico Ecológico do Estado;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Assimilar na legislação municipal, no que for compatível, o zoneamento estabelecido pelo Plano de Manejo da APA Estadual da Serra do Lajeado, e colaborar, em gestão compartilhada, com o controle/fiscalização daquela UC, através do Conselho Gestor da APA e outros fóruns;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Acompanhar ativamente a atuação dos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBH's) do estado do Tocantins e do Comitê das bacias do Entorno do Lago da Usina Hidrelétrica de Lajeado.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Incentivar agricultura de pequeno porte (hortaliças, orgânicos) junto ao corredor verde e ao redor das áreas urbanas de Taquaruçu e Buriltrana, como forma de contenção do avanço do microparcelamento irregular.

OBJETIVO 3

Fomentar o desenvolvimento rural, de maneira harmônica com a preservação ambiental e proteção dos mananciais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Elaborar políticas públicas de incentivo financeiro ao produtor rural, visando a permanência desses produtores no campo, com a oferta de assistência técnica individual ou em grupo, através de implantação de unidades demonstrativas e da realização de ações nas comunidades rurais;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Promover a educação ambiental e políticas públicas de preservação ambiental, com fiscalização e monitoramento das áreas especialmente protegidas na área rural;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Incentivar e apoiar a implantação de programas de pequenas hortas, na rede municipal de Ensino, com foco na Educação Ambiental e Sustentabilidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Estruturar o órgão municipal de assistência técnica e extensão rural de modo a garantir maior abrangência dos trabalhos dos técnicos junto aos produtores rurais do município, com difusão de tecnologias que possibilitem o aumento da produção agrícola e o desenvolvimento de ações que fortaleçam o associativismo e cooperativismo entre os produtores.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Implantar programa de conservação de solo e água, que contemple ações nas áreas produtivas, cursos d'água e nascentes garantindo, assim, preservação e abastecimento de água às comunidades rurais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Promover estudos de resiliência de recursos hídricos, visando controle ambiental dos barramentos em córregos, seleção de pontos de captação de água e escavação de poços artesanais, associado ao melhor resultado econômico;

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Incentivar as atividades agropecuárias, respeitando as características e potencialidades de uso do solo de cada região, priorizando a produção de hortaliças, fruticultura, pastagens, a avicultura, a pecuária leiteira e a piscicultura.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Prever áreas voltadas para o desenvolvimento da produção da piscicultura, com ênfase na orientação sobre novas tecnologias e modalidades de criação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 9

Incentivar a produção agroecológica de hortaliças e frutas, apoiando a produção sustentável e consumo saudável, através de acompanhamento dos produtores e da orientação para criação de organizações de controle social (OCS), possibilitando a venda direta de produtos agrícolas com certificação de produto orgânico.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 10

Fortalecer o centro de compostagem a fim de que o material coletado na poda de galhadas seja transformado em adubo orgânico e distribuído às hortas comunitárias e a produtores de hortaliças e frutas do município.

2.8 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

OBJETIVO 1

Promover a diversificação da estrutura de atividade econômica em Palmas.

DIRETRIZ 1.1

Apoio ao desenvolvimento tecnológico e inovação, à atração e retenção de novos talentos e negócios, e maior integração regional.

- Prever adequação da legislação urbanística atual com redefinição da área destinada a ZEIS, para enquadramento como ALC NO13 e parte da ALC NO 14, para a implantação do Parque Tecnológico na Região Norte - em execução com recursos federais, estaduais e municipais;
- Incentivar a substituição das fontes de energia baseadas em combustíveis fósseis por energias renováveis (biomassa, solar, eólica, hídrica), na matriz energética de Palmas, de forma a melhorar sua competitividade;
- Definir Zona de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inovação;
- Desenvolver o Programa de Desenvolvimento Econômico das Áreas de Influência das Rodovias;
- Elaborar o Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentável e Inovação de Palmas, de forma a adequar o sistema normativo em Palmas para criação de ambiente favorável aos negócios, ao empreendedorismo e inovação;
- Fortalecer o Fundo de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas, por meio do Conselho de Inovação e Desenvolvimento Econômico de Palmas;
- Fortalecer o Programa Palmas Solar - Lei Complementar nº 327, de 24 de novembro de 2015, e o Programa de Incentivo à Inovação e Desenvolvimento Econômico-Industrial do Município de Palmas - (PRIDE) Lei Complementar nº 299 DE 03 de Julho de 2014, de forma a promover o inovação, competitividade e desenvolver a cadeia produtiva de energia solar (PV e CSP) e tecnologias limpas no Município;
- Promover o aproveitamento econômico, em especial pelas indústrias desse segmento, do gás produzido no aterro sanitário, durante a decomposição da matéria orgânica;
- Incentivar a instalação de empresas voltadas para a construção civil sustentável, com utilização de sistemas construtivos adaptados ao clima local, com técnicas e materiais compatíveis.

DIRETRIZ 1.2

Promover Palmas como centro de integração logística nacional, estadual e regional.

- Definir como de interesse estratégico para o Município, o aeroporto Lysias Rodrigues e sua área de influência, para aproveitamento do potencial logístico e potencial de indução de atividades comerciais e industriais de maior valor agregado, e para aproveitamento turístico;
- Implantar sistema viário de conexão entre o Condomínio Empresarial, Logístico e Industrial de Palmas, o aeroporto e as rodovias (TO-050, 010, 020 e 030) para escoamento do fluxo e cargas na Região, inclusive prevendo a via de contorno do Taquaralto, ligando a TO-050 à 030;
- Alavancar Palmas como central de distribuição de fluxos de cargas e mercadorias em termos nacionais e internacionais, de mercadorias oriundas da região Norte e Centro-Oeste, dos países das Américas, Estados Unidos e China, considerando-se as modalidades de transportes aéreos, marítimos, rodoviários e ferroviários de cargas nacionais e internacionais;

OBJETIVO 2

Fortalecer as cadeias produtivas locais, incorporando transformações tecnológicas de produto, processo, gestão para setores privados e públicos, agregando valores aos produtos e serviços gerados em Palmas.

DIRETRIZ 2.1

Incentivar as centralidades existentes, visando distribuir equitativamente a oferta de empregos na cidade, com polos estratégicos e centralidades de desenvolvimento econômico.

- Promover a requalificação urbana, paisagística e ambiental nas seguintes localidades: Avenida Teotônio Segurado, Avenida Juscelino Kubitschek (JK), Avenida Tocantins (Shopping a Cêu Aberto Taquaralto), Rodoshopping, Praias das Amos, Graciosa, Caju, Prata e Buritis, Parque Cesamar, Povos Indígenas, Polo Turístico de Taquaruçu e Balneário de Buritirana, Feira da 304, do Bosque, Jardim Aurenny I, III e 307 Norte e 503 Norte;
- Definir uso misto de média e alta densidade com ocupação comercial e serviços ao longo da Av. Tocantins;
- Definir uso misto ao longo da Avenida Orla para instalação de comércio e serviços;
- Fortalecer as atividades de Saúde, Educação, Logística e Ciência e Inovação em Palmas;
- Gerar oportunidades de inclusão produtiva, por meio das ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e empreendedorismo, para pessoas que vivem em situação de pobreza e vulnerabilidade social;
- Viabilizar a captação de recursos por meio de projetos de parcerias com o setor privado de forma a reduzir o impacto financeiro para a Prefeitura de Palmas;
- Fomentar um banco de informações e de oportunidades de negócios visando facilitar articulações de instituições e empresas locais, de forma a promover negócios, cooperações e alianças estratégicas nacionais e internacionais;

• Igualmente, buscar-se promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU) composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030, Agenda Urbana e Compacto de Prefeitos;

• Buscar o equilíbrio da relação emprego/habitante por meio de intervenções urbanas com qualidade ambiental, que estimulem a criação de novas centralidades com diferentes vocações, e requalifiquem e revitalizem as existentes, especialmente junto à rede de transportes de alta capacidade, de forma a garantir maior eficiência dos meios de transporte e a alta eficiência de setores da cidade.

DIRETRIZ 2.2

Incentivar novas centralidades identificadas.

- Promover a requalificação urbana e prover incentivos para as atividades econômicas nas localidades LQ09, LO05, LO22, LO10, NS03 e NS05;
- Criar nomenclatura urbanística de forma a reforçar o projeto Hortas Empreendedora Urbana;
- Promover o reaproveitamento do entulho da construção civil - usina de reciclagem.

DIRETRIZ 2.3

Dinamizar a cadeia turística de Palmas.

- Fortalecer a vocação turística principal de Palmas, centrada no segmento do Turismo de Negócios e Eventos;
- Definir áreas de interesse turístico na região Norte destinadas a criação de Parques Temáticos/Resorts e outros equipamentos turísticos de médio porte na região Norte de Palmas;
- Implantar centros de capacitação de mão de obra para serviços turísticos;
- Realizar estudos para implantação de estrutura para grandes eventos, próximo a área anteriormente destinada aos jogos mundiais indígenas (vila olímpica e estádio), com fácil acesso ao sistema viário prioritário - Avenida Teotônio Segurado - e ao aeroporto;
- Elaborar estudos para a implantação de um complexo de educação técnica dirigida ao ecoturismo e ao turismo rural, com espaço para a realização de eventos;
- Estruturar a logística de acesso aos atrativos naturais de Palmas;
- Implantar o Parque Linear da Orla prevendo a criação de espaços equipados e conectados a outras áreas verdes e Unidades de Conservação existentes, gerando diversificação dos usos e garantia de acesso ao Lago;
- Promover roteiros integrados entre Taquaruçu e Taquaruçu Grande, estruturando os atrativos turísticos existentes e oferecendo opções tanto de ecoturismo quanto de turismo rural;
- Definir área na APA Taquaruçuzinho conforme estabelecido em Plano de Manejo para atividade de turismo e lazer, com restrições ambientais quanto a resíduos sólidos, permeabilidade e tratamento de esgoto;
- Definir normas urbanísticas para o parcelamento, ocupação e edificação em Buritirana e Taquaruçu, com vistas à garantir a proteção do patrimônio arquitetônico, paisagístico e ambiental, base da atividade turística;
- Consolidar a vocação de Palmas como "Destino Saúde"
- Consolidar a vocação regional de Palmas como Polo Educacional.

2.9 DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OBJETIVO 1

Apoiar as ações da política de apoio à juventude.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Ações voltadas ao combate às drogas.

- Projetos de combate às drogas como o "Palmas que te Acolhe";
- Programas de inclusão social dos jovens como o "Estação da Juventude" que existe na Sta Bárbara e que atende 2000 jovens por mês;
- Projetos de ação social nos locais de concentração de pessoas em situação de rua tendo como objetivo a aproximação do poder público com essa população. Necessita-se para tal, de ajuda das secretarias de Desenvolvimento Social e da Saúde com a construção do Centro POP e da Unidade de Acolhimento.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Ações voltadas ao preparo dos jovens.

- Para a preparação de jovens carentes que pretendem prestar as provas do ENEM;
- Garantia do acesso e a permanência de estudantes carentes em instituições de ensino superior e técnico, por meio do financiamento de passagem de transporte público urbano;
- Promoção do protagonismo, à participação cidadã, formação integral e a mediação do acesso ao mundo do trabalho com qualificação profissional.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Ações voltadas à inclusão social dos jovens.

- Inclusão cultural de jovens carentes levando o cinema para os bairros da região norte e sul de Palmas, em parceria com entidades e associações ou levando os jovens dos bairros da região norte e sul de Palmas para o cinema;
- Realização de palestras, debates e rodas de conversa, para entender as necessidades e anseios dos jovens de acordo com suas realidades;
- Participação dos jovens em ações voltadas ao público jovem através da Prefeitura de Palmas e parceiros;
- Voltados ao público infanto-juvenil, tratando temas considerados "tabus" entre os pré-adolescentes;
- Projetos que visam reduzir a vulnerabilidade dos jovens a situações de violência física e simbólica, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e autonomia.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Ações voltadas à construção de espaços para os jovens.

- Projetos que visam a criação de espaços adequados para a juventude se reunir.

OBJETIVO 2

Apoiar as ações da política de ação social.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Ações voltadas à Proteção Social Básica.

- Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
- Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Ações voltadas à Proteção Social de Média Complexidade.

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;
- Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Ações voltadas à Proteção Social Especial de Alta Complexidade.

- Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
- Abrigo institucional.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Ações voltadas à construção de espaços para os serviços de ação social.

- Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;
- Serviço Especializado para pessoas em situação de rua / Centro de Referência especializado para população em situação de rua – Centro POP;
- Instituição de Longa Permanência para Idosos;
- Centro de Referência de Assistência Social da Região Norte;
- Centro de Referência de Assistência Social da Região Sul;
- Centro de Referência Especializada de Assistência Social.

OBJETIVO 3

Apoiar as ações da política de segurança pública.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Ações Voltadas ao combate à violência.

- Programas de inclusão e ressocialização de populações em situação de vulnerabilidade;
- Facilitação, através da mobilidade urbana, das rondas, ROMU – Praças e parques, guarda quarteirão, guardião escolar, fiscalização ambiental, proteção ao patrimônio público, fiscalizações diversas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Ações voltadas ao combate aos crimes ambientais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Ações voltadas à construção de espaços para os serviços de segurança pública.

- Equipamentos que possam abrigar Base Comunitária de Policiamento ou Insperioria (ou posto) da Guarda Metropolitana ou Delegacia de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias; nas seguintes localizações:
- Quadra 1106 Sul;
- Quadra 1005 Sul;
- Quadra 504 Norte;
- Quadra 605 Norte;
- Quadra 307 Norte;
- Taquaralto;
- Taquarussu;
- Taquari;
- Aurenny III.
- Equipamento que possa abrigar a Secretaria Municipal de Segurança;
- Equipamento que possa abrigar o Quartel da Guarda Metropolitana.

OBJETIVO 4

Apoiar as ações da política de cultura.

- Desenvolver políticas públicas que assegurem o acesso e a democratização aos bens e serviços culturais, fomentando as diversas linguagens artístico-culturais, por meio da preservação da memória e do patrimônio material e imaterial, apoio e realização de eventos, editais de cultura e aprimoramento dos equipamentos culturais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Incentivar a “criação, fruição, difusão, circulação e consumo” de produtos culturais, por meio da realização das ações.

- Arraiá da Capital: Valorização e fomento da cultura regional, geração de emprego e renda;
- Vacê na Tela: Acesso à linguagem cinematográfica no município de Palmas e formação de jovens cineastas;
- Salão Palmense de Novos Artistas: Oportunidade de novos artistas visuais mostrarem suas produções, formação de público apreciador de obras de arte;
- Festival de Poesia Falada: Difusão e fomento à produção literária regional;
- Palco Aberto: Disponibilização do palco com equipamentos para uma demanda espontânea de apresentações artísticas das diversas áreas;
- Cine Escola: Formação de plateia, educação audiovisual;
- Palmas Para Mundo: Difusão da cultura local;
- Rede de Pontos de Cultura: Desenvolvimento de projetos de cultura nos mais diversos território da cidade;
- Projeto: 4ª Clássica: Divulgação, formação de músicos e plateia, em música clássica;
- Terça Literária: Divulgação e fomento de obras literárias de autores regionais;
- Programa Municipal de Incentivo à Cultura - PROMIC: Fomento da produção e circulação de produtos culturais de Palmas por meio de edital público;
- Aplicativo para celular Smartphone: Divulgação da programação dos espaços de cultura;
- Editais de cultura: Contemplar as diversas linguagens artístico-culturais por meio de chamamento público;
- Apoiar eventos e projetos culturais: Fomento à produção e circulação de bens e serviços culturais por meio de apoios diversos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Educar e produzir conhecimento em Cultura.

- Capacitar agentes culturais de Palmas: através de cursos, oficinas e seminários com conteúdo de Gestão Cultural, Empreendedorismo Cultural, Artes e Cultura;
- Promover convênios com entidades de natureza cultural e sem fins lucrativos: Expansão da oferta de cursos de artes gratuitos à população de forma descentralizada;
- Promover projetos de Formação Artística: realização de cursos de iniciação e formação artística;
- Promover projetos de Aperfeiçoamento Artístico: Coral Municipal de Palmas, FCP Big Band, Concerto dos Professores, Quarteto de Saxofone, Corpo de Baile Municipal Infância-Juvenil e Juvenil, Companhias de teatro.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Manter, qualificar e ampliar espaços culturais e entretenimento já existentes, tais como:

- Espaço Cultural José Gomes Sabrinho, que agrega: Núcleo Integrado de Leitura e Arte – NILA (composto pela Biblioteca Municipal Jornalista Jaime Câmara e a Galeria Municipal de Artes); Centro de Ensino e Treinamento Artístico – CETA; Teatro Fernanda Montenegro; Cine Cultura; Grande Praça do Espaço Cultural e a sede administrativa da Fundação Cultural de Palmas;
- Casa da Cultura: espaço onde fica o acervo e administração do patrimônio histórico de Palmas, está situada no Parque Cesamar;
- Museu Casa Sussuapara: Espaço tombado como patrimônio histórico do município. Foi sede da primeira Prefeitura de Palmas e abriga atualmente exposições sobre a história da cidade. Está localizada no Parque Cesamar;
- Casa da Cultura Professora Maria dos Reis: Localizada em Taquaruçu, na Praça Joaquim Maracaípe, é composta por biblioteca, salas de oficinas de artes, telecentro e sala de exposições;
- Museu Casa Vitor: Situado em Taquaruçu, tem como objetivo a conservação da memória dos primeiros moradores desse distrito;
- Centro de Artes e Esportes Unificados: Construído em parceria com o Ministério da Cultura e Secretaria Municipal de Habitação, comporta um cineteatro, telecentro,

biblioteca, quadra coberta, pista de skate e um CRAS (localizada no bairro Morada do Sol II);

- Espaço Mais Cultura: está sendo construído em parceria com o Ministério da Cultura e Secretaria de Habitação (Equipamento para oficinas de artes e exposições e Mostrs), localizada na Quadra 1304 Sul.

OBJETIVO 5

Apoiar as ações da política de esporte e lazer.

- Aumentar a participação da população em geral na prática de atividade física, voltada para a saúde e qualidade de vida, contemplando todos os gêneros e todas as faixas etárias, bem como oferta de Lazer, através do esporte, provendo equipamentos e infraestrutura adequada, inclusive para deficientes físicos e pessoas com problema de mobilidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Dar continuidade e consolidar no calendário de eventos de Palmas, os eventos já realizados e com comprovado sucesso e participação, sempre que possível, mediante parceria com a iniciativa privada.

- Circuitos de corrida de rua;
- Evento comemorativo do aniversário de Palmas;
- Eventos durante as férias de julho, nas praias e parques da cidade, contemplando tanto moradores quanto turistas/visitantes;
- Campeonatos de futebol amador;
- Circuitos de Mountain Bike – na Serra e margens do Lago;
- Passeios ciclísticos, passando pelos parques municipais;
- Inserção como sede de competição em diversas modalidades de esporte nos circuitos nacionais e sulamericanos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Aprimorar a educação para o esporte, dando continuidade à iniciativas existentes ou implementando ações alternativas, visando a identificação de novos talentos e a formação de futuros atletas e competidores.

- Escolinhas de Iniciação Esportiva;
- Programas de incentivo à qualidade de vida, com orientação sobre a prática segura de atividades físicas;
- Projetos para portadores de necessidades especiais, com provisão de equipamentos adequados e calendário para competições paraolímpicas, visando inclusão dessas pessoas nas atividades esportivas;
- Projetos promovendo a prática de esportes náuticos no Lago de Palmas, com potencial de indutor da inclusão social;
- Programas para incentivar a prática de atividades físicas em espaços públicos;
- Fomento ao Futsal Amador, apoiando e incentivando todas as categorias da modalidade;
- Programas de apoio a atletas de alto rendimento;
- Eventos que promovam a integração entre os servidores públicos municipais e o incentivo à prática esportiva;
- Promoção de circuito com diversas competições, no ambiente natural da Serra do Lajeado e do Lago.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Desenvolver mecanismos jurídico-financeiros visando a obtenção de recursos para apoio ao Esporte no Município.

- Criar Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, para estimular apoio aos atletas locais e modalidades esportivas, por parte de pessoas físicas e jurídicas, de forma a fomentar esse setor de atividades;
- Promover parcerias público-privadas, mediante contrapartidas de publicidade das marcas apoiadoras dos eventos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Prover infraestrutura adequada à prática esportiva e ao Lazer no Município.

- Promover a ampliação, a requalificação e a manutenção das instalações da Vila Olímpica;
- Desenvolver e aprimorar rede municipal de ciclovias, provida de sinalização adequada, com condições de segurança e de conforto térmico para sua utilização;
- Adequar os espaços públicos (praças, parques, praias, Lago) às práticas de Esporte e Lazer da população, com equipamentos para todas as faixas etárias, provendo permanente manutenção e segurança.

OBJETIVO 6

Apoiar as ações da política de Educação.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Promover a universalização da Pré-escola e do ensino fundamental e a expansão das creches para mais de 50% da demanda existente, dando continuidade aos compromissos pactuados em consonância com o Plano Nacional de Educação e seus congêneres Estadual e Municipal.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Expandir a jornada escolar para mais de 70% das crianças, com mais de 7 horas diárias de atendimento, ampliando a permanência das crianças em experiências curriculares ricas e inovadoras, ao mesmo tempo em que se garante o atendimento aos educandos jovens e adultos em programas e projetos específicos e inclusivos.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 3

Consolidar a qualidade educacional e inovadora, já praticada no Sistema Municipal de Educação e solidificar as bases de financiamento e sustentação do gasto público no setor, garantindo a continuidade sustentável de cada programa e projeto.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 4

Promover a expansão estruturada da educação básica, com o aumento do número de matrículas em creche para 60% das crianças de 0 a 2 anos e a universalização da creche para crianças aos 3 anos, em parcerias com a sociedade civil organizada e os setores produtivos, proporcionando-se a ampliação do capital cultural das crianças e a melhoria do fluxo escolar para os níveis subsequentes.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 5

Promover a universalização da Educação integral em toda a Rede Municipal de Ensino, observando-se a melhoria do gasto público e a implementação de projetos inovadores com ampla participação das comunidades locais.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 6

Aprimorar o currículo estruturante das áreas de Linguagens, Matemática e Ciências, através das abordagens da educação pelo trabalho, educação estética, empreendedorismo e protagonismo juvenil.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 7

Aprimorar o padrão arquitetônico das unidades educacionais, estabelecer melhor logística de atendimento e um aproveitamento cada vez mais racional dos recursos disponíveis, em harmonia com os projetos curriculares em desenvolvimento, utilizando os mais modernos recursos de georeferenciamento e standards de sustentabilidade.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 8

Promover e universalizar na rede municipal de Ensino os investimentos em projetos de eficiência energética e captação de energia fotovoltaica, captação de águas pluviais e

reuso dos recursos hídricos, projetos de agricultura escolar (hortas e raças escolares), organização de empresas juvenis, formação de colegiados de alto desempenho em desporto escolar e educação estética.

OBJETIVO 7

Apoiar as ações da política de saúde.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 1

Trabalhar na perspectiva da construção coletiva da saúde enquanto qualidade de vida, com a participação efetiva da comunidade.

- Promover a intersetorialidade enfatizando-a com o intuito de se proporcionar à população uma assistência contínua, integrada e especializada;
- Alcançar a cobertura de 100% do território pelo Programa Saúde da Família;
- Atingir na atenção especializada, um atendimento complementar referenciado dos Centros de Saúde da Comunidade;
- Manter em 100% até 2021 a cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde da Família;
- Ampliar para 100% a cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal;
- Aumentar a cobertura vacinal em crianças menores de 2;
- Aumentar o número de consultas médicas especializadas realizadas em relação às consultas agendadas.

DIRETRIZ ESTRATÉGICA 2

Ações voltadas à construção e reforma de equipamentos de saúde.

- Construção de quatorze (14) Centros de Saúde da Comunidade; CSC 108 NORTE, CSC TAQUARI, CSC SÔNIA REGINA, CSC 105 NORTE, CSC BERTAVILLE, CSC 604 NORTE, CSC SANTA FÉ IV, CSC JARDIM AEROPORTO, CSC SOL NASCENTE, CSC 306 SUL, CSC 604 SUL, 15 - CSC 309 SUL, CSC 605 SUL, CSC 1005 SUL;
- Casa de Parto Natural (Construção);
- Centro Macrorregional de Atenção à Saúde 303 Norte (Reforma);
- CAPS Infantil (Construção);
- CAPS II (Construção);
- Unidade de Acolhimento Adulto (Construção);
- Unidade de Acolhimento Infantil (Construção);
- Centro de Fisioterapia da Região Sul (Construção);
- Complexo de Atenção à Saúde da Região Sul (Construção/Reforma - Não definido);
- UPA Sul (Construção de novo prédio no eixo do BRT);
- Serviço Especializado de Atenção à Saúde no atual prédio da UPA Sul (Reforma/Ampliação);
- SAMU (Construção);
- Rede de Frios (construção).



SUMÁRIO

1. DOCUMENTOS 3

1.1 MAPAS 3

1.1.1 Infraestrutura Verde 3

1.1.2 Macrozoneamento 4

1.2.3. Regiões de Planejamento 5

1.2.4. Centralidades e Sub-Centralidades da atividade econômica 6

1.2.5. Densidades 7

1.2.6. Áreas de serviços 8

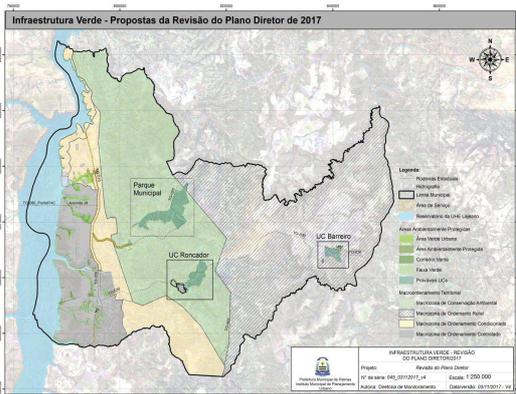
1.2.7. Reestruturação da Rede Viária 9

1.2.8. Unidades de Saúde 10

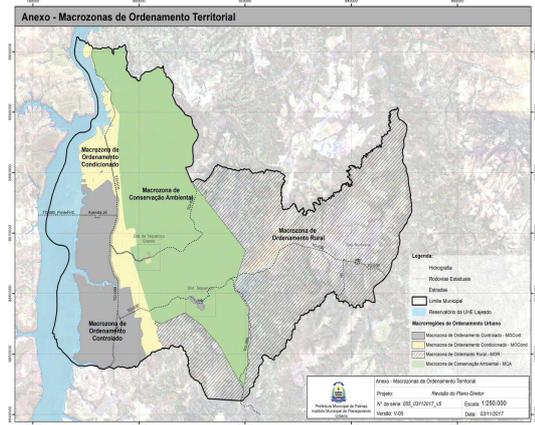
1. DOCUMENTOS

1.1 MAPAS

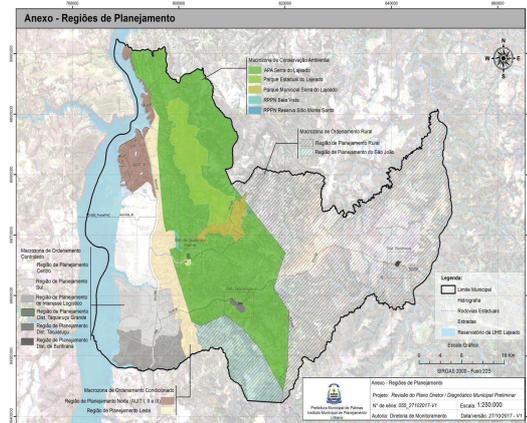
1.1.1 Infraestrutura Verde



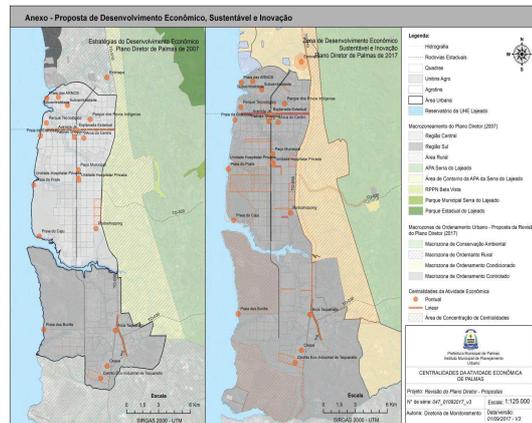
1.1.2 Macrozoneamento



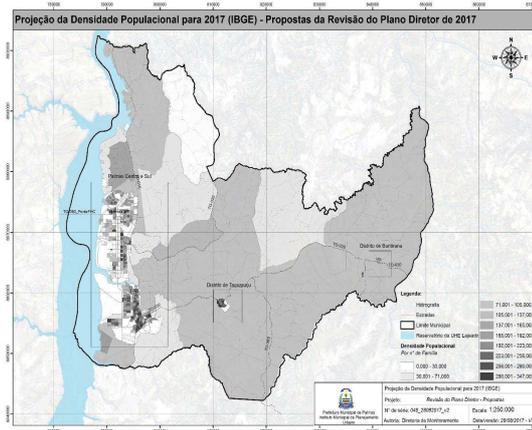
1.2.3. Regiões de Planejamento



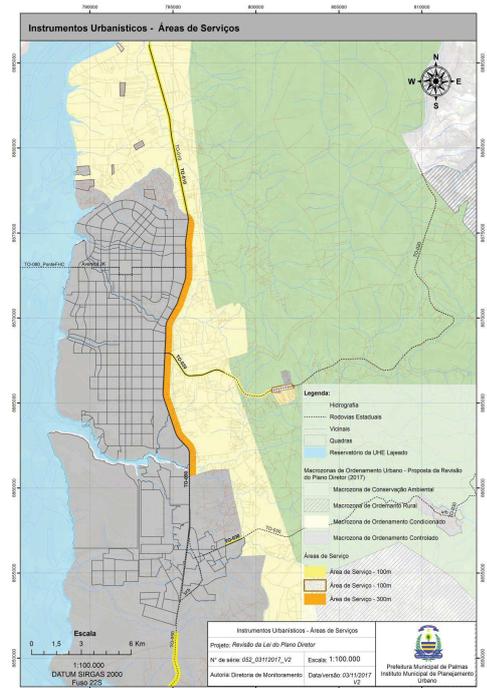
1.2.4. Centralidades e Sub-Centralidades da atividade econômica



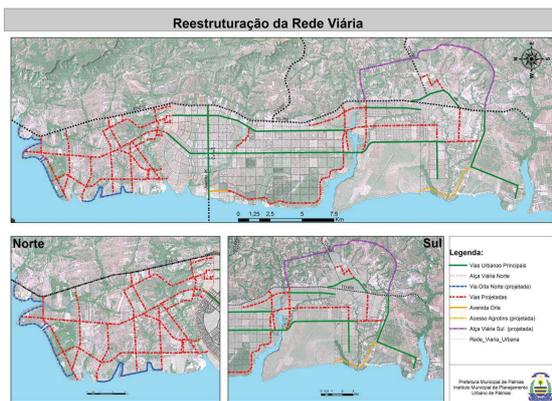
1.2.5. Densidades



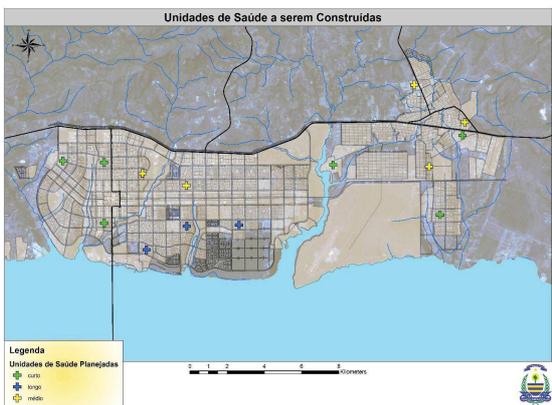
1.2.6. Áreas de serviços



1.2.7. Reestruturação da Rede Viária



1.2.8. Unidades de Saúde



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3
 2. DOCUMENTOS 4
 2.1 ATA DA REUNIÃO 4
 2.2 LISTA DE PRESENÇA 10

1. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se às recomendações que foram feitas pelos membros da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor de Palmas-TO ao Relatório Preliminar de Diretrizes e Propostas apresentado pela Prefeitura Municipal, em reunião realizada no dia 29 de agosto do corrente ano, no auditório do IPUP, na presença da coordenação e da equipe técnica responsável pela Revisão.

Na ocasião, foi dado um informe sobre as reuniões comunitárias regionais realizadas. Após a apresentação das Diretrizes e Propostas, essas Recomendações, que visam contemplar a comunidade em toda a extensão do território municipal, foram submetidas à votação e aprovação. Posteriormente, esse documento será submetido à apreciação em Audiência Pública para manifestação da população quando à sua inclusão no projeto de lei.

2. DOCUMENTOS
 2.1 ATA DA REUNIÃO

1 Ata da Reunião ordinária da Comissão Especial de Revisão do Plano Diretor de
 2 Palmas – TO, realizada em vinte e nove de agosto de dois mil e dezessete às quatorze
 3 horas e trinta minutos, na sede do Instituto Municipal de Planejamento de Palmas –
 4 IMPUP, conforme convocação pela portaria de nº 196 publicada no Diário Oficial do
 5 dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezessete, tendo como pauta os assuntos: 1-
 6 Relato informativo sobre as reuniões setoriais; 2- Apresentação do Relatório final de
 7 Diretrizes e Propostas sobre o "Plano Diretor" e 3- Informes gerais; Estavam
 8 presentes a reunião os seguintes componentes: Sr. Ricardo Ayres E Sr. Lucídio Gomes
 9 Avelino Filho, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano,
 10 Regularização Fundiária e Serviços Regionais; Sr. Fábio Frants Borges representante
 11 da Secretaria Municipal de Habitação; Sra. Valéria Araújo e Sr. Lázaro Gomes
 12 representantes da Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano;
 13 Sr. Kariello Coelho e Sra. Rariany Chinaire, representantes da Secretaria Municipal
 14 de Desenvolvimento Econômico e Emprego; Sr. Evercino Moura representante da
 15 Fundação Municipal do Meio Ambiente; Sr. Ephem Shluger e Sr. Iapurú Olsen
 16 representantes do Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas – IMPUP;
 17 Sra. Joseisa Furtado representante da Secretaria Municipal de Infra estrutura,
 18 Serviços Públicos, Trânsito e Transporte; Sr. Raimundo da Silva Parente representante
 19 da Secretaria de Governo; Sra. Caroline Bueto Soares Carreiro representante do
 20 Instituto Natureza do Tocantins – Naturatins; Sra. Glauceane Rodrigues Verdolin
 21 representante da Caixa Econômica Federal; Sr. Danilo Gomes Martins representante
 22 do Instituto Federal do Tocantins – IFTO; Sr. Luciano Valadares Rosa representante da
 23 Associação Comercial e Industrial de Palmas – ACIPA; Dr. João Bazolli representante
 24 da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB; Sra. Raissa Moura representante da
 25 Companhia Imobiliária do Estado do Tocantins - Terra Palmas; Sr. Lúcio Silva Alfenas
 26 representante da Superintendência do Patrimônio da União no TO SPU/TO; Sr. José
 27 Anuniação B. Filho representante do SEPLAM, Sr. Wanderson Ricardo Mendes
 28 representante da Secretaria da Casa Civil; Sr Roberto Jorge Sahnim representante da
 29 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural; Sr. Euzimar Pereira de Assis
 30 representante da Agência de Turismo; Sra. Joseliene de Sá representante do Instituto
 31 dos Arquitetos do Brasil – Departamento Tocantins –IAB; As 14:30h o Sr. Coordenador
 32 conferiu o quórum, e deu início com a leitura da pauta proposta, em seguida falou sobre
 33 a importância desta reunião, onde será apresentado os relatórios preliminares, passou
 34 a palavra para o Sr. Ephem Shluger, que informou sobre as reuniões regionais ou seja
 35 comunitárias, que aconteceram nos dias: 05 de agosto junto com o PPA , Região
 36 Centro, 07 de agosto, Vila Agrotins; 09 de agosto, Taquaruçu e Buritirana; 12 de
 37 agosto, Região Norte e 19 de agosto também junto com o PPA Região Sul; Pode-se
 38 dizer que estas reuniões foi um sucesso, pois houve a participação da comunidade, em
 39 cada reunião tinha mais de 100 pessoas, que participaram e acrescentou outras
 40 reivindicações e novas propostas de acréscimo ao relatório, que hoje será
 41 apresentado, foi super importante estas reuniões em conjunto, pois aconteceu um
 42 diálogo interessante, entre as propostas para o Plano Diretor e as propostas de ações
 43 voltadas para o Financeiro. Enfim pode-se concluir que, estas reuniões só vieram
 44 contribuir mais com dados para ser incluídos no relatório, e foi portanto, uma
 45 oportunidade para estes setores colocarem as suas idéias, fortalecendo as outras
 46 reuniões que aconteceram no ano passado; continuou afirmando que o documento
 47 enviado é preliminar, que deve ser incorporado dados técnicos. Passou a palavra para
 48 Sra. Marlene, assessora que se apresentou, e falou que foi convidada para dar uma
 49 assessoria a equipe na elaboração do relatório, foi dado ênfase aos instrumentos para
 50 que se colocasse tudo que for importante. Este trabalho como macro zoneamento,
 51 está resgatando a área urbana para investimentos, pois é uma área passiva de crescer
 52 com uma visão estratégica. A equipe vai apresentar este produto com olhar para o
 53 futuro, e passou a palavra para Marcus Vinicius técnico do IMPUP, que iniciou com a
 54 apresentação do macrozoneamento, pois ele vai crescendo com maturidade. É uma
 55 proposta que "casa" com as que já existem, falou sobre as situações ocupadas com
 56 características ambientais que devem ser preservadas. A partir do macro vai se
 57 englobando várias situações, as quais foram divididas em várias regiões. Após a fala
 58 de Marcus iniciou-se as apresentações: a primeira apresentar as propostas sobre as
 59 Mudanças Climáticas foi a arquiteta Tatiane; ressaltando sobre a situação ambiental, e
 60 que deve-se planejar Palmas para que ele se torne mais resiliente, com relação a infra
 61 estrutura verde, tendo todas áreas conectadas com áreas verdes protegidas, para se
 62 ter um clima mais ameno. A arquiteta Ariela apresentou sobre o Meio Ambiente,
 63 ressaltando que as estâncias e os mananciais alguns já prejudicados, por isto é

ANEXO II
RECOMENDAÇÕES DA COMISSÃO ESPECIAL
DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PALMAS - TO
29 DE AGOSTO DE 2017

64 importante criar corredores verdes ao longo da TO e outras regiões, para servir de um
65 limite, visando a conservação destes mananciais, valorizar os destinos turísticos e
66 sítios arqueológicos, aqui existentes. O arquiteto Robson apresentou sobre o
67 **Macrozoneamento**, falando sobre os eixos estruturantes que estão previstos no Plano
68 Diretor de 2007, é o que está sendo revisado; a arquiteta Claudia reafirmou a
69 necessidade de investir na área central, trazer a vida pública tendo a ideia de vivência,
70 precisa movimentar esta área, e trabalhar com estas centralidades ou seja pensar na
71 parte econômica. Sr. Robson afirmou que, sobre a área da região sul, o quanto é
72 importante estar atento. A sra. Raryane falou sobre a situação econômica, o quanto é
73 importante fortalecer a área econômica destas regiões. A arquiteta Joseisa apresentou
74 o eixo **Mobilidade Urbana**, demonstrando a importância de se investir, para facilitar o
75 acesso tanto dos veículos como dos pedestres. Afirmando que a mobilidade urbana
76 segue na linha da sustentabilidade. O arquiteto Lucio, apresentou o tema:
77 **contextualizando as políticas de habitação e da Regularização Fundiária**, apontando 04
78 diretrizes; O arquiteto Alexandre apresentou sobre os **Equipamentos Comunitários e**
79 **serviços Públicos**. A arquiteta Vanessa apresentou sobre a **Paisagem Urbana**, tema
80 novo a ser inserido na Revisão do Plano Diretor, expôs a definição do que é
81 considerado Paisagem Urbana: "tudo o que nosso olhar alcança, também o que a
82 gente vê e o sentimento de pertencer a este lugar". Foram considerados 7 itens para
83 este eixo; Após a última apresentação Sr. Ephim Shluger informou sobre o plantio de
84 árvores, dia 21 de setembro nas áreas de Condomínio Residencial Copacabana e em
85 torno da Escola Municipal Tamandaré na 1306 Sul, convidamos a todos e solicitamos
86 que divulguem para que haja uma participação da comunidade. Em seguida o
87 coordenador Ricardo Ayres apresentou a dinâmica a ser seguida para a apresentação
88 dos destaques sobre as apresentações feitas, as quais serão inseridas no relatório, na
89 sexta-feira, dia primeiro haverá a reunião do Conselho Municipal de Desenvolvimento
90 Urbano, e então será apresentado, para que possa aperfeiçoar os destaques, que após
91 estes destaques incluídos, o relatório será publicado no Diário Oficial para que seja
92 divulgado oficialmente a comunidade Palmense, como prevê o Plano de Trabalho. Este
93 relatório será apresentado na terceira audiência Pública a ser realizada dia vinte e três
94 de setembro, quando nesta oportunidade, a sociedade possa então, complementar
95 com suas palavras, o que se deseja sobre os diversos temas, pois a visão técnica é
96 diferente dos que não são. Sr Roberto Jorge Sahuim Secretário de Agricultura,
97 enfatizou, que é necessário ter uma lei que garanta, também a sustentabilidade da
98 agricultura urbana, hoje muito divulgada e incentivada, a qual não foi citado em
99 nenhum eixo; Dr. Bazolli representante da OAB ressaltou que, sobre o corredor verde o
100 qual foi citado já existia no Plano anterior de 2007, tendo o mesmo aspecto conceitual,
101 que foi apresentado, nestas duas áreas: urbana e rural, mas que já foi explicitada no
102 outro plano e se vai continuar, qual o diálogo com a área rural, como vai ser definido
103 isso principalmente, como foi apresentado pelo Lucio, como vai se dá o diálogo com as
104 outras áreas. A Sra. Joseliene do IAB/TO, parabenizou a equipe técnica, que ouviu o
105 que nós havíamos falado e uniu com o técnico, e que conseguiu compilar as propostas,
106 mas não se deve correr para não atropelar, e que na sua opinião deveria ter mais
107 encontros com a comunidade, Sr. Coordenador Ricardo Ayres, expôs que desde o ano
108 passado já vem acontecendo estes encontros e que agora foram feitos mais cinco
109 encontros regionais para oportunizar mais momentos, onde a comunidade pôde
110 complementar as suas propostas, Joseliene retoma a palavra e apresenta que, este
111 nome "Infra Estrutura Verde" é interessante, mas sugere que seja bem trabalhado, pois
112 pode dar um entendimento confuso, pois a comunidade não reconhece, para o leigo o
113 primeiro nome que vem é o Infra estrutura depois é que vem o verde. O Coordenador
114 retoma a palavra e revisa o que foi dito pelo Secretário de Agricultura Sr Roberto Jorge
115 Sahuim, para que seja incluído no relatório, por Dr. Bazolli sobre o corredor verde e a
116 Sra. Jose em relação ao nome Infra estrutura Verde, chamando os técnicos que
117 apresentaram esta matéria, Sr. Rafael engenheiro Ambiental da secretaria de infra
118 estrutura, falou sobre a questão do Meio Ambiental aqui citado, sobre a ampliação de
119 área verde das APP's, como área não edificável como preservação, como seria então
120 se entendi, haverá uma área de compensação em relação as áreas rurais que são
121 destinadas ao plantio? Pois existe uma legislação federal que trata deste assunto, e se
122 tratando de áreas municipais como ficaria? Sr. lapuré destaca, o que foi apresentado
123 por Lucio sobre as ZEI'S da periferia, e o que foi ressaltado por Joseliene quanto a
124 infra estrutura; Tatiane informou e justificou o termo: "Infra Estrutura Verde", como
125 sendo usado no mundo inteiro, para se referir a este tipo de estrutura da cidade, a
126 ideia de pertencer a área urbana estas áreas verdes, o que se pode ser revisado; Ariela
127 solicita a Dr Bazolli, sobre em qual corredor se refere? Ele se refere integralmente a
128 área rural que é do outro lado da BR-TO; Pensou-se que estes corredores sejam
129 limites de preservação das áreas verdes. Sra. Marlene esclarece e complementa a fala
130 de Ariela, foi colocado para a equipe técnica estude a possibilidade de se manter
131 a área verde. Usando vários instrumentos, através do ato de investimento,
132 licenciamento, são coisas que vão garantir a preservação das áreas, pensando
133 inclusive como materializar tudo isso, é o que todos esperam. Ariela completa, que
134 tudo isto, não é para engessar e sim garantir uma drenagem, a qual é importante, Sr
135 Roberto Jorge Sahuim, coloca que devemos manter este nome "Infra estrutura verde",
136 pois é um nome moderno e nossa cidade é moderna, citou exemplo de 2003 quando
137 lançou o termo "Boi verde", foi um sucesso, e agora a prefeitura lançou o "agosto
138 verde", que também foi um sucesso. O Sr. Lucio representante do SPU, disse que o
139 SPU, tem ações diretas com relação a Regularização Fundiária e uma aproximação
140 muito grande com a Caixa Econômica Federal e os municípios, e a Caixa visa trazer
141 para os espaços onde tem equipamentos públicos moradias de interesse social, em
142 relação a isto ficou claro esta preocupação também em ocupar os espaços vazios,
143 quero parabenizar a todos, pois agora se consegue visualizar com mais clareza as
144 questões referentes ao Plano Diretor; o coordenador Ricardo Ayres propõe que este
145 nome "Infra estrutura Verde" levantado por Jose seja discutido e apresentado em outro
146 momento, e que seja apresentado como destaque, claro se ela concordar, ela apenas,
147 acrescentou que deve ser difundido o conceito, o que foi aceito por ela, outro destaque
148 é a respeito das ZEI'S, aqui apresentado por Lucio e destacado por lapuré, rever as
149 ZEI'S e repassar estas áreas para as áreas de ordenamento controlado com evidência
150 na região central; seria uma proposta a ser encaminhada e incluída. Retornando a fala
151 dos participantes, Joseisa ressaltou que, deve ser mantido o nome de "Infra Estrutura
152 Verde" à medida que for sendo implantada vi assegurando que as pessoas entendem
153 através de campanhas, é uma forma de fortalecer; retornando sobre os destaques os
154 quais já foram superados o da "Infra Estrutura Verde", a outra da faixa de infra estrutura
155 verde que fica na área de serviços que ficam a margem da rodovia, o outro colocado
156 sobre as ZEI'S e Parque tecnológico; a exceção destes destaques, estou colocando
157 em votação, conforme prevê o regimento -o Texto base que foi apresentado, quem
158 concorda com tudo, menos os destaques, permanece como está e quem não concorda
159 que se manifeste? Interrompendo Sr. Gerson representante do ITERTINS, manifesta-
160 se dizendo que tem muitas ações discriminatórias, que ainda não foram definidas, claro
161 área rural, este plano não está de acordo com o que está sendo feito pelo
162 ITERTINS, quanto a legislação, por isto indaga, como ficaria? O coordenador informa

163 que, a Regularização quanto ao planejamento Urbano não pode ficar esperando, sendo
164 necessário se organizar de acordo com a legislação atual. Voltando a votação: alguém
165 se abstém; Joseliene representante do IAB/TO e Sr. Danilo representante do IFTO; O
166 destaque de Joseliene ela mantém, mas deve ter a divulgação pelo Conselho; Com
167 relação as ZEI'S, segundo Lucio deve se ter muitos cuidados e pensado antes de se
168 tomar qualquer atitude, e agora a "Infra Estrutura Verde" as margens da BR-TO
169 colocada por Dr. Bazolli, em relação as ZEI'S deve ser pautado com cuidado e sobre
170 estudos. Sr. lapuré cita que, deve ter um alinhamento sobre este processo das ZEI'S,
171 devendo constar na ata que deverá ser colocado em estudo e discussão pois a partir
172 deste plano e votado não poderá mexer, por isto o coordenador afirma que deve ser
173 aprovado, ressaltando a importância de aprofundar os estudos sobre este tema, as
174 ZEI'S, o qual é de fundamental relevância. Luciano da ACIPA levanta como deve ser a
175 nossa participação, com sugestões e propostas, este é o fórum, e depois nas reuniões
176 do conselho e audiências, reafirma o coordenador. Sugere que seja feito as sugestões
177 por escrito e enviar, o que deve ser incluído no relatório, após a discussão deles lá na
178 ACIPA. Luciano ressaltou sobre os 10% proposto, destinado a habitações mais baixos,
179 Lucio expõe o que na verdade não se refere ao padrão da caixa, mas aos 70% que
180 não estão entre estes. Sr. Danilo representante do IFTO se manifesta que, essa
181 discussões são importantes para subsidiar o nosso entendimento, hoje a reunião foi
182 super produtiva, pois os técnicos puderam expor, o que vem nos proporcionar o maior
183 entendimento, como representantes para levar as instituições. Sr. Ephim Shluger,
184 ressaltou a importância destas discussões como fator primordial para deixar evidente as
185 propostas de todos a serem incluídas Plano Diretor. Sr. coordenador, lembrou que, a
186 Terceira Audiência Pública para apresentação do Relatório preliminar de Diretrizes e
187 Propostas com os destaques feitos aqui e com os do Conselho na reunião do dia
188 primeiro de setembro, acontecerá dia 23 (vinte e três) de setembro de dois mil e
189 dezessete, de 08:00h as 15:00h, e será na Escola Municipal de Tempo Integral Padre
190 Josimo. Após estas falas e não tendo mais assunto de pauta Sr. Secretário Ricardo
191 Ayres, coordenador agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião e eu Maria
192 Fátima Viana Brasileiro laivrei a presente ata, que também será anexada a lista de
193 presença dos participantes e todo o material do relatório preliminar de diretrizes e
194 propostas apresentado nesta reunião pelos técnicos.

2.2 LISTA DE PRESEÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FUNDIÁRIO E SERVIÇOS REGIONAIS
LISTA DE ASSINAURA REUNIÃO ORDINÁRIA
HORARIO: 14:30 H

SECRETARIA MUNICIPAL DE PALMAS
COMISSÃO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PALMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FUNDIÁRIO E SERVIÇOS REGIONAIS

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPIP

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

Nº	ESTABELECIMENTO	NOME LEGÍVEL	E-MAIL	TELEFONE
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Serviços Regionais	Titular: <i>Lucio</i> Suplente: <i>Lucio</i>		
02	Procuradoria Geral do Município	Titular: <i>Lucio</i> Suplente: <i>Lucio</i>		
03	Secretaria Municipal de Habitação	Titular: <i>Lucio</i> Suplente: <i>Lucio</i>		
04	Sec. Municipal de Infraestrutura, Transportes e Trânsito	Titular: <i>Lucio</i> Suplente: <i>Lucio</i>		

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FUNDIÁRIO E SERVIÇOS REGIONAIS
LISTA DE ASSINAURA REUNIÃO ORDINÁRIA
HORARIO: 14:30 H

SECRETARIA MUNICIPAL DE PALMAS
COMISSÃO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PALMAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FUNDIÁRIO E SERVIÇOS REGIONAIS

LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPIP

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

Nº	ESTABELECIMENTO	NOME LEGÍVEL	E-MAIL	TELEFONE
05	Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Humano	Titular: <i>Lucio</i> Suplente: <i>Lucio</i>		
06	Secretaria Municipal da Casa Civil	Titular: <i>Lucio</i> Suplente: <i>Lucio</i>		
07	Secretaria Municipal de Governo	Titular: <i>Lucio</i> Suplente: <i>Lucio</i>		
08	Secretaria Municipal de Finanças	Titular: <i>Lucio</i> Suplente: <i>Lucio</i>		

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

HORÁRIO: 14:30 H LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

09	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
10	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
11	Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas - IMPUP	Titular: <i>Ephim Siqueira</i>	Suplente: <i>Ephim Siqueira</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
12	Fundação Municipal de Meio Ambiente	Titular: <i>Ephim Siqueira</i>	Suplente: <i>Ephim Siqueira</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

HORÁRIO: 14:30 H LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

13	Agência Municipal de Turismo	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	14:00
14	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Tocantins - SEPLAN	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	14:00
15	Instituto de Terras do Estado de Tocantins - ITERS	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	14:00
16	Instituto Nacional de Terras dos Sem Terrados - NATRATINS	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	14:00

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

HORÁRIO: 14:30 H LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

17	Estado do TO - Terra Palmas	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
18	Superintendência do Patrimônio da União no TO - SPUTO	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
19	Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária - INCRA	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
20	Caixa Econômica Federal	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

HORÁRIO: 14:30 H LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

21	Universidade Federal do Tocantins - UFT	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
22	Instituto Federal do TO - IFTO	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
23	Companhia de Saneamento de Tocantins - SANASA	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
24	União Nacional por Moradia Popular	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

HORÁRIO: 14:30 H LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

25	Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNL	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
26	Instituto Social do TO - ISTO	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
27	Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do TO - SINARCON	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
28	Instituto dos Assistentes de Burocratas do Tocantins - IAB	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO ORDINÁRIA

HORÁRIO: 14:30 H LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017

29	Ordem dos Advogados do Brasil - OAB	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
30	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Tocantins - CREA	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
31	Federação Tocantinense das Associações de Engenheiros e Arquitetos do TO - FARETO	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207
32	Conselho Regional dos Corretores de Imóveis - CRECI	Titular: <i>Roberto Ciccho</i>	Suplente: <i>Roberto Ciccho</i>	99224-7164 55667005.52304@palmas.2111-0207

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas - Regularização Fundiária e Serviços Regionais
LISTA DE ASSINATURAS REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO - TO
 LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP
 HORARIO: 14:30 H

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017 LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

33	Corretores de Imóveis - CRECI	Titular	
		Suplente	
34	Universidade Luterana do Brasil - Centro Universitário Luterano de Palmas - ULBRA	Titular	
		Suplente	
35	Loja Misionária Grande Oriente do Brasil	Titular	
		Suplente	
36	Sindicato da Habitação do Estado do TO - SECOTV	Titular	
		Suplente	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Comissão de Revisão do Plano Diretor de Palmas - Regularização Fundiária e Serviços Regionais
LISTA DE ASSINATURAS REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO - TO
 LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP
 HORARIO: 14:30 H

DATA: 29 DE AGOSTO DE 2017 LOCAL: SALA DE REUNIÃO DO IMPUP

37	Associação Comercial e Industrial de Palmas - ACHPA	Titular	
		Suplente	
38	Associação dos Engenheiros Ambientais do Estado do TO - AMBETO	Titular	
		Suplente	
39	Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/TO	Titular	
		Suplente	

ANEXO III

RECOMENDAÇÕES DA CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITAÇÃO DE PALMAS - TO

01 DE SETEMBRO DE 2017

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 3

2. DOCUMENTOS 4

2.1 ATA DA REUNIÃO 4

2.2 LISTA DE PRESENÇA 9

1. INTRODUÇÃO

Este relatório refere-se as Recomendações que foram feitas pelos membros da Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação - TO ao Relatório Preliminar de Diretrizes e Propostas apresentado pela Prefeitura Municipal, em reunião realizada no dia 01 de setembro do corrente ano, no auditório do IPUP, na presença da coordenação e da equipe técnica responsável pela Revisão.

Na ocasião, foi dado um informe sobre as reuniões comunitárias regionais realizadas. Após a apresentação das Diretrizes e Propostas, essas Recomendações, que visam contemplar a comunidade em toda a extensão do território municipal, foram submetidas à votação e aprovação. Posteriormente, esse documento será submetido à apreciação em Audiência Pública para manifestação da população quando à sua inclusão no projeto de lei.

2. DOCUMENTOS
2.1 ATA DA REUNIÃO

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO 1 DE SETEMBRO DE 2017

1 Ata da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento
 2 Urbano- CMDUH -TO, realizada em primeiro de setembro de dois mil e
 3 dezessete, com início às quatorze horas e trinta minutos, na sala de reunião do
 4 Resolve Palmas - Centro, conforme Portaria de número 197 publicado no Diário
 5 Oficial do dia vinte e dois de agosto de dois mil e dezessete, tendo como pauta os
 6 seguintes assuntos:1-Relato informativo sobre as reuniões setoriais;2-
 7 Apresentação do Relatório Preliminar de Diretrizes e Propostas sobre o "Plano
 8 Diretor";3-Informes Gerais. Sr. Presidente Ricardo Ayres, conferiu o quórum,
 9 dando início a reunião. Estavam presentes: Sr. Ricardo Ayres de Carvalho e
 10 Vanessa Smitte, representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento
 11 Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais - SEDURF;Sr.
 12 ClaudemirPortugal, representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento
 13 Rural; Sr.Daybson Dias de Souza, representante do Sindicato dos Engenheiros
 14 Arquitetos e Geólogos - SEAGETO; Sr. Fábio Frantz, representante da Secretaria
 15 Municipal de Habitação; Sra. Josêlsa Furtado, representante da Secretaria
 16 Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte -INFRA;Sr.
 17 EphemShluger e Sr. Robson Freitas,representantes do Instituto Municipal de
 18 Planejamento Urbano de Palmas -IMPUP; Sr. João Marciano, representante da
 19 secretaria Municipal de Finanças;Sr. Evercino Moura e Sr.Adriano Silva Pinto,
 20 representantes da Fundação Municipal do Meio Ambiente; Sr. Anderson Prado
 21 Campos, representante do Centro Universitário Luterano de Palmas - ULBRA;
 22 Sra. Joseliane de Sá, representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil-
 23 Departamento Tocantins- IAB; Sr. Marcino Pereira Lima, representante da
 24 Federação Tocantinense das Associações e Entidades Rurais do TO - FAERTO,
 25 Sra. Raryane representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento
 26 Econômico e Emprego; Sr. Adir gentio e Sr. Wanderson Ricardo Mendes,
 27 representantes da Casa Civil; Sr. Vinicius Rocha representante da Secretaria
 28 Municipal de Segurança e Defesa Civil;Sr. Publio Borges Alves e Sr. Hitalo
 29 Ricardo representantes da Procuradoria Geral do Município; Sr. Raimundo
 30 Parente, representante da Secretaria Municipal de Governo.Sr. Presidente
 31 Ricardo Ayres ressaltou a importância desta reunião, pois dia vinte e nove de
 32 agosto de dois mil e dezessete, em reunião da Comissão foram feitos alguns
 33 destaques valiosos, nos relatórios preliminares de Diretrizes e propostas, os
 34 quais serão apresentados aqui pelos técnicos, após as inclusões feitas, e que,
 35 com os destaques apresentados por vocês e aprovados, serão divulgados, no site
 36 da Revisão do Plano Diretor, para que toda a sociedade Palmense, tomem
 37 conhecimento e façam também seus destaques e acréscimos durante a *Terceira*
 38 *Audiência Pública* que vai acontecer dia vinte e três de setembro.Em seguida
 39 passou a palavra para o Sr. Ephem Shluger, que informou sobre as reuniões
 40 regionais ou seja comunitárias, que aconteceram nos dias: 05 de agosto junto
 41 com o PPA , região Centro, 07 de agosto, Vila Agrotins; 09 de agosto, Taquaruçu
 42 e Buritirana;12 de agosto, Região Norte e 19 de agosto também junto com o PPA
 43 Região Sul; Pode-se dizer que estas reuniões foi um sucesso, pois houve a
 44 participação da comunidade, em cada reunião tinha mais de cem pessoas, as
 45 quais salientou as reivindicações e também apresentaram propostas de
 46 acréscimo ao relatório, que hoje será apresentado, foi superimportante estas
 47 reuniões em conjunto, pois aconteceu um dialogo interessante, entre as propostas
 48 para o Plano Diretor e as propostas de ações voltadas para o financeiro. Enfim
 49 pode-se concluir que, estas reuniões só vieram contribuir mais com dados para
 50 ser incluídos no relatório,foi portanto, uma oportunidade para estes setores
 51 colocarem as suas idéias, fortalecendo as outras reuniões que aconteceram no
 52 ano passado; continuou afirmando que o documento enviado é preliminar, que
 53 deve ser incorporado dados técnicos.Em seguida Marcus Vinicius técnico do
 54 IMPUP,que iniciou com a apresentação do macrozoneamento, pois ele vai
 55 crescendo com maturidade. É uma proposta que "casa" com as que já existem,
 56 falou sobre as situações ocupadas com características ambientais que devem ser
 57 preservadas. A partir do macro vai se englobando várias situações,as quais foram
 58 divididas em várias regiões. Após a fala de Marcus iniciou-se as apresentações: a
 59 primeira apresentar as propostas sobre:as *Mudanças Climáticas* foi a arquiteta
 60 Tatiane; ressaltando sobre a situação ambiental, e que deve-se planejar Palmas
 61 para que ele se torne mais resiliente, com relação a infra estrutura verde, tendo
 62 todas áreas conectadas com áreas verdes protegidas, para se ter um clima mais

63 ameno. A arquiteta Ariela apresentou sobre o Meio Ambiente, ressaltando que as
 64 estâncias e os mananciais alguns já prejudicados, por isto é importante criar
 65 corredores verdes ao longo da TO e outras regiões, para servir de um limite,
 66 visando a conservação destes mananciais, valorizar os destinos turísticos e sítios
 67 arqueológicos, aqui existentes. O arquiteto Robson apresentou sobre o
 68 Macrozoneamento, falando sobre os eixos estruturantes que estão previstos no
 69 Plano Diretor de 2007, é o que está sendo revisto; a arquiteta Claudia reafirmou a
 70 necessidade de investir na área central, trazer a vida pública tendo a ideia de
 71 vivência, precisa movimentar esta área, e trabalhar com estas centralidades ou
 72 seja pensar na parte econômica. Sr. Robson afirmou que, sobre a área da região
 73 sul, o quanto é importante estar atento. A sra. Raryane falou sobre a situação
 74 econômica, o quanto é importante fortalecer a área econômica destas regiões. A
 75 arquiteta Joseisa apresentou o eixo Mobilidade Urbana, demonstrando a
 76 importância de se investir, para facilitar o acesso, tanto dos veículos como dos
 77 pedestres. Afirmou que a mobilidade urbana segue na linha da sustentabilidade.
 78 O arquiteto Lucio, apresentou o tema: contextualizando as políticas de habitação
 79 e da Regularização Fundiária, apontando 04 diretrizes que constam no
 80 documento encaminhado a vocês; O arquiteto Alexandre apresentou sobre os
 81 Equipamentos Comunitários e Serviços Públicos. A arquiteta Vanessa apresentou
 82 sobre a Paisagem Urbana, tema novo a ser inserido na Revisão do Plano Diretor,
 83 expôs a definição do que é considerado Paisagem Urbana: "tudo o que nosso
 84 olhar alcança, também o que a gente vê e o sentimento de pertencer a este
 85 lugar" considera -se Paisagem Urbana. Foram considerados 7 itens sobre esta
 86 Paisagem Urbana de Palmas; Após a última apresentação Sr. Ephim Shluger
 87 informou sobre o plantio de árvores, dia 21 de setembro nas áreas de Condomínio
 88 Residencial Copacabana e em torno da Escola Municipal Tamandaré na 1306
 89 Sul, convidamos a todos e solicitamos que divulguem para que haja uma
 90 participação da comunidade. Ao término das apresentações Sr. Presidente
 91 Ricardo Ayres apresentou a dinâmica a ser seguida para a apresentação dos
 92 destaques sobre as apresentações feitas, as quais serão então, inseridas no
 93 relatório, que cada um deve fazer os seus destaques e em seguida se for
 94 necessário os técnicos farão os esclarecimentos. O Sr. Presidente Ricardo Ayres
 95 fez uma explanação dos destaques apresentados pelos membros da

97 Comissão: Incluir no relatório a necessidade de se ter uma lei que garanta,
 98 também a sustentabilidade da agricultura urbana, hoje muito divulgada e
 99 incentivada; foi sobre o corredor verde, tendo como nome, "Infra estrutura Verde",
 100 ficando portanto um encaminhamento para que seja feito estudos mais
 101 detalhados sobre o nome e uma divulgação ampla para que realmente seja
 102 conhecido e entendido pela população; enfatizou que um dos destaques
 103 levantado e que deve ser discutido aqui com maior profundidade é sobre:
 104 "formação de bancos de lotes", a qual foi apresentada por Lucio, que sobre esta
 105 proposta, deve ser discutida e definida no momento em for apresentar os
 106 instrumentos a serem utilizados, para efetivação desta proposta., que compõe a
 107 Política habitacional, discutida aqui no Conselho. Passou a palavra para o
 108 Conselheiro Sr. Daybson Dias de Souza, representante do Sindicato dos
 109 Engenheiros Arquitetos e Geólogos - SEAGETO, que ressaltou sobre o corredor
 110 verde, aqui citado, que deverá assegurar a proteção e preservação das áreas
 111 verdes, portanto é necessário, ficar atento, para que não haja mesmo, uma
 112 invasão de áreas, ainda ressaltou a importância da participação da Câmara dos
 113 vereadores, pois se discute, quando o projeto chega lá, eles querem alterar por
 114 falta de conhecimento, nem que seja como participante para ouvir as
 115 apresentações técnicas, como forma de subsidiar as discussões que lá são feitas,
 116 para que o projeto, possa ser votado com segurança, lembrou e afirmou sua
 117 concordância sobre o que foi exposto pela arquiteta Vanessa em relação a LO2,
 118 lá tem 3 faixas de rolamento, ao estacionar impede o trânsito, o ideal seria
 119 construir uma baía para estacionar, fomentar sim mas não criar outro problema. A
 120 Sra. Joseisa, ressaltou que foi, discutido e aprovado aqui, uma apresentação
 121 pelos técnicos na Câmara Municipal, sobre a Revisão do Plano Diretor para
 122 conhecimento, apoiando a fala do Sr. Daybson; Sr. Presidente concorda, e expõe
 123 que isso é importante, mas temos que entender, que o papel da Câmara é avaliar
 124 o que foi discutido, isso vai garantir uma avaliação mais detalhada. Sr. Marcino
 125 Pereira Lima, representante da Federação Tocantinense das Associações e
 126 Entidades Rurais do TO - FAERTO, observa sobre o nome "Infra estrutura
 127 Verde", o qual deve ser mesmo olhado com atenção, falou sobre a o tema da
 128 saúde, que deve ser implantado Postos de saúde nas áreas rurais, já existe, mas
 129 é necessário pensar, pois não vi nenhuma proposta para esta implantação,
 130 ressaltou sobre o transporte na TO, deve ter as vias vicinais ao Leste e ao Oeste,
 131 como forma de garantir a segurança das pessoas que andam por ali, sobre o
 132 plantio de árvores devem buscar as que são compatíveis com o nosso clima. Em
 133 seguida Sr. Presidente passou a palavra para Sr. Ephim Shluger, que ressaltou
 134 sobre a afirmação dos Termos Técnicos a serem acrescidos no relatório a ser
 135 apresentado na audiência, parabenizou as apresentações, as quais retrataram
 136 tecnicamente os dados sobre a Revisão do Plano Diretor e agradeceu a todos
 137 pelo envolvimento e comprometimento. Sr. Presidente encaminha a votação
 138 conforme prevê o regimento; texto base que foi apresentado, com exceção do
 139 que foi colocado em destaque por alguns conselheiros, quem quiser se
 140 manifestar, deve fazer agora, como ninguém se manifestou ao contrário, foi então
 141 aprovado o Texto Base; fica então definidos a inclusão dos destaques, aqui
 142 apresentados no início da nossa reunião que foram incluídos no relatório, após a
 143 reunião da Comissão realizada dia vinte e nove de agosto e as informações aqui
 144 levantadas. Se alguém que queira se manifestar a palavra ainda está aberta, Sr.
 145 Presidente lembrou que, a Terceira Audiência Pública para apresentação do
 146 Relatório preliminar de Diretrizes e Propostas, acontecerá dia 23 (vinte e três) de
 147 setembro de dois mil e dezessete, de 08:00h as 15:00h, e será na Escola
 148 Municipal de Tempo Integral Padre Josimo, reafirmando a importância da
 149 participação de todos, e não tendo mais assunto de pauta, agradeceu a presença
 150 de todos e encerrou a reunião, e eu Maria Fátima Viana Brasileiro larei a
 151 presente ata, que também será anexada a lista de presença dos participantes e
 152 todo o material do relatório preliminar de diretrizes e propostas, aqui
 153 apresentados.

2.2 LISTA DE PRESEÇA


PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
 LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
 LOCAL: REVOLVÊ PALMAS JK - CENTRO
 HORARIO: 14:00H
 DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017

Nº	ENTIDADE/ÓRGÃO	NOME LEGÍVEL	E-MAIL	TELEFONE
01	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais	Titular: <i>[Assinatura]</i> Suplente: <i>[Assinatura]</i> Titular: <i>[Assinatura]</i> Suplente: <i>[Assinatura]</i> Titular: <i>[Assinatura]</i> Suplente: <i>[Assinatura]</i> Titular: <i>[Assinatura]</i> Suplente: <i>[Assinatura]</i>		
02	Secretaria Municipal de Habitação			
03	Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos, Trânsito e Transporte			


PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
 LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
 LOCAL: REVOLVÊ PALMAS JK - CENTRO
 HORARIO: 14:00H
 DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017

Nº	ENTIDADE/ÓRGÃO	NOME LEGÍVEL	E-MAIL	TELEFONE
04	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	Titular: <i>[Assinatura]</i> Suplente: <i>[Assinatura]</i> Titular: <i>[Assinatura]</i> Suplente: <i>[Assinatura]</i> Titular: <i>[Assinatura]</i> Suplente: <i>[Assinatura]</i>		
05	Secretaria Municipal de Finanças			
06	Fundação Municipal do Meio Ambiente			
07	Secretaria Municipal de Casa Civil			


PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
 Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
 Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
 LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
 LOCAL: REVOLVÊ PALMAS JK - CENTRO
 HORARIO: 14:00H
 DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017

Nº	ENTIDADE/ÓRGÃO	NOME LEGÍVEL	E-MAIL	TELEFONE
08	Secretaria Municipal de Segurança e Defesa Civil	Titular: FRANCISZ ACIOB COSTA Suplente: <i>[Assinatura]</i>		63 98322899 63 99177037
09	Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas - IMPUP	Titular: EPHIM SHLUGER Suplente: ROBSON FUSTATER COSTA Titular: <i>[Assinatura]</i> Suplente: <i>[Assinatura]</i>	ESHUGER@GMAIL.COM ROBSONFUSTATER@GMAIL.COM	992218834 9911-0404
10	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural	Titular: <i>[Assinatura]</i> Suplente: <i>[Assinatura]</i>		
11	Procuradoria Geral do Município	Titular: <i>[Assinatura]</i> Suplente: <i>[Assinatura]</i>		

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017 HORÁRIO: 14:00H LOCAL: REVOLVE PALMAS JK - CENTRO

Instituto Societal do Tocantins - ISTO	Titular	
	Suplente	
13 União Nacional por Moradia Popular	Titular	
	Suplente	
14 Associação dos Sem Teto do TO - ASSET	Titular	
	Suplente	
15 Instituto Comunitário do TO - ICOMITO	Titular	
	Suplente	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017 HORÁRIO: 14:00H LOCAL: REVOLVE PALMAS JK - CENTRO

Federação Tocantinense das Associações e Entidades Rurais do TO - FAERTO	Titular	MARCIO PEREIRA SILVA 9961722
	Suplente	
17 Sindicato dos Engenheiros, Arquitetos e Geólogos no Estado do TO - SENGETO	Titular	DAYBEN DIAS DE SOUSA DAYS@GMAIL.COM 9814-5974
	Suplente	
18 União Geral dos Trabalhadores no Estado do TO - UGETO	Titular	
	Suplente	
19 Associação Comercial e Industrial de Palmas - ACIPA	Titular	
	Suplente	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017 HORÁRIO: 14:00H LOCAL: REVOLVE PALMAS JK - CENTRO

Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do TO - SINDUSCON	Titular	
	Suplente	
21 Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação, Alm. de Imóveis e Condomínio Residenciais e Comerciais do TO - SECOVI	Titular	
	Suplente	
22 Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do TO - CREA	Titular	
	Suplente	
23 Associação Engenheiros Ambientado TO - AMBTO	Titular	
	Suplente	
Universidade Federal do Tocantins - UFTO	Titular	
	Suplente	

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Regularização Fundiária e Serviços Regionais
Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Palmas
LISTA DE ASSINATURA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DATA: 01 DE SETEMBRO DE 2017 HORÁRIO: 14:00H LOCAL: REVOLVE PALMAS JK - CENTRO

24 Centro Universitário Luterano de Palmas - ULBRA	Titular	
	Suplente	Andressa Rocha 92833446
25 Instituto dos Arquitetos do Brasil - IAB	Titular	
	Suplente	
26 Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/TO	Titular	
	Suplente	
	Titular	José Carlos 9292904
	Suplente	Renato 9292904

ANEXO IV POTENCIALIDADES E SOLUÇÕES RETRATO POSITIVO DE PALMAS

INTRODUÇÃO

O presente Anexo faz parte do Relatório Preliminar das Propostas e Diretrizes e destina-se a compor o Retrato Positivo de Palmas, a partir de potencialidades, tendências, vocações, oportunidades, manifestações de identidade, soluções imaginadas e visão de futuro.

**CAPÍTULO I
POTENCIALIDADES POR TEMAS**

As Reuniões Comunitárias e Encontros Setoriais aconteceram de 04.08 a 23.11.2016, realizadas em 15 etapas, tendo sido dividido o território do Município em 5 Regiões de Planejamento, para garantir que todos os atores representativos da sociedade pudessem participar. Os Relatórios Técnicos elaborados a partir dessas Leituras Comunitárias e Setoriais foram elaborados pelo Grupo Técnico de Revisão do Plano Diretor do Município de Palmas, instituído pelo Decreto nº 1.347, de 20 de março de 2017.

¹ Fonte: Leituras Comunitárias, Leituras Setoriais e Relatórios Técnicos.

LEITURAS COMUNITÁRIAS E SETORIAIS

Reunião 04/08/2016 – BURITIRANA
Local: Escola Luiz Nunes de Oliveira

- Edifícios Públicos sem uso;
- Balneário;
- Produção de Frango Caipira;
- Disponibilidade de terrenos no Distrito;
- Polo de produção de hortaliças a baixo custo ambiental (região do córrego pedras);
- Parque ecológico nas escolas;
- Turismo ecológico;
- Turismo e Lazer (Balneário);
- Indústrias Rurais;
- Áreas disponíveis (para a produção rural);
- Produção de soja, milho, feijão, sorgo, milhoeto, Horticultura;
- Balneário;
- Agropecuária e técnicas agrícolas;
- Indústria Rurais;
- Solo Fértil;
- Áreas disponíveis para produção;
- Áreas verdes minas de água.

Reunião 09/08/2016 – CAIXA ECONOMICA FEDERAL**Local:** Superintendência da Caixa Econômica Federal

- Edifícios residenciais no centro;
- Diversidade de interesses econômicos;
- Riqueza advinda da diversidade de pessoas e interesses presentes nos processos participativos;
- Economia com certo grau de liquidez;
- Cidade nova com multiplicidade de interesses na instalação de empresas;
- Influência da vegetação no clima – redução da temperatura.

Reunião 10/08/2016 -- FIEO, SINDUSCON, CAU e CREA**Local:** Auditório do SENAI

- Áreas com potencial agrícola;
- Agricultura familiar;
- Gastronomia;
- Agropecuária;
- Noção de territorialidade;
- Edifícios residenciais;
- Diversidade social;
- Identidade regional;
- Macroplanejamento regional;
- Vazios urbanos com infraestruturas (prontos para serem ocupados);
- Conformação das áreas de proteção ambiental e recursos hídricos;
- Empresários de outras regiões interessados no aterro sanitário - potencialidades de uso de tecnologia inovadora na área de engenharia;
- Identidade regional;
- Abastecimento de água;
- Cinturão verde voltado para produção de agricultura familiar;
- Desenho urbano;
- Áreas verdes e espaços livres;
- Slogan de cidade ecológica;
- Recursos hídricos;
- Drenagem urbana;
- Agricultura familiar;
- Sistemas de água - planejamento correlacionado;
- Matas ciliares;
- Arborização.

Reunião 11/08/2016 – BOA ESPERANÇA (área rural)**Local:** Escola Professora Sueli Pereira de Almeida Rocha

- Hortaliças (maxixe, cheiro verde, abóbora...);
- Plantio Irrigado;
- Criação de suínos, aves e bovinos;
- Produção de composto orgânico;
- Cooperativismo na área rural;
- Difusão de tecnologias na área rural;
- Utilização de energia solar;
- Investimento na cadeia produtiva agrícola;
- Mercado de sequestro de carbono;
- Agricultura familiar;
- Avicultura;
- Piscicultura;
- Pecuária;
- Suinocultura;
- Caprinocultura;
- Terras produtivas.

Reunião 16/08/2016 -- TAQUARUSSU GRANDE (Área Rural)**Local:** Feira Taquaruçu

- Fonte de abastecimento da região;
- Pulmão da cidade 10°C de diferença;
- Recursos hídricos;
- Turismo;
- Produção agroecológica;
- Hortaliças;
- Comércio Local;
- Produção de pequenos animais;
- Criação de aves;
- Agricultura;
- Pecuária;
- Produção de leite;
- Turismo local;
- Mudanças para reflorestamento (Viveiro de mudas);
- Catalogar e proteger as pinturas rupestres;
- Potencial Agrícola (agricultura familiar);
- Turismo Rural;
- Agroindústria;
- Produção agroecológica;
- Cachoeiras desconhecidas;
- Trilhas para acesso as cachoeiras;
- Riqueza de recursos naturais na região;
- Produção Agroecológica;
- Recursos Hídricos;
- Pulmões da cidade 10° C de diferença;
- Fonte de abastecimento da região.

Reunião 17/08/2016 -- OAB, CAU e CREA**Local:** Defensoria Pública

- Turismo Ecológico.
- Turismo Rural.

Reunião 18/08/2016 -- SÃO JOÃO (Área Rural)**Local:** Escola em Tempo Integral Marcos Freire

- Suínos;
- Produção de leite;
- Hortaliças, milho, galinha caipira, mandioca;
- Inhame, banana, mandioca;
- Cultivo agrícola e criação de gado;
- Produção de leite;
- Hortaliças;
- Galinha caipira;
- Suínos;
- Milho Verde.

Reunião 07/10/2016 – FECOMÉRCIO, ACIPA, CDL**Local:** Auditório da ACIPA

- Existência de demanda comercial para uso das áreas;
- Inclusão da TO-020 como área de serviço;
- Aproveitamento pelo setor privado da orla da foz do Ribeirão Taquaruçu;
- Operadores logísticos;
- Aproveitamento através de uso misto da foz do Ribeirão Taquaruçu;
- Criar acessos no meio das rotatórias no sentido norte/sul e permanecer para o sentido leste/oeste;
- Área com potencialidade para esses empreendimentos;
- Isenção fiscal como medida de atração de empreendimentos;
- Controle de aplicação do IPTU progressivo com critério mínimo e máximo por m².

Reunião 14/10/2016 – TAQUARI (Área Rural)**Local:** Auditório da AGROTINS

- AGROTINS;
- O maior potencial dessa região é a população;
- Hortifrutí sem agrotóxico;
- Cinturão Verde;
- Hortifrutí;
- Criação de peixes;
- Famílias na região (entre 800 a 1.000);
- Criação de peixes;
- Terra fértil;
- Convênios;
- Convênio com Secretaria de Agricultura e EMBRAPA - Assistência Técnica;
- Assistência Técnica;
- Hortifrutigranjeiros;
- Feira da AGROTINS;
- Projeto de Agricultura Orgânica;
- Área Rural – Vocações do local;
- Tanque Rede;
- Região muito rica;
- Viabilizar o acesso aos assentamentos pela Teotônio Segurado/Prolongamento da Teotônio;
- Utilizar os próprios moradores como agentes de saúde;
- Aproveitamento da estrutura da AGROTINS para funcionamento de Escola;
- Agricultura comunitária;
- Sossego;
- Construção de uma praia;
- Criação de Peixes;
- Posição estratégica: próximo a entidades fomentadoras de recursos e tecnologia.

Reunião 17/10/2016 – ÁREA DE INFLUÊNCIA DAS RODOVIAS**Local:** Auditório FECOMÉRCIO/CDL

- Cinturão Verde;
- Disponibilidade de terra em área definida como urbana;
- Avaliação das ocupações irregulares - Regularizar áreas irregulares;
- Criar áreas de transição rural-urbana;
- Lago.

Reunião 18/10/2016 – TAQUARI**Local:** Escola Estadual

- Áreas públicas disponíveis;
- Praia;
- Pesca;
- Profissionais locais;
- Criação de uma subprefeitura na região;
- Criação de um parque no córrego Taquari;
- Implantação da estrutura da praia do Taquari;
- Criação de um parque no Córrego Taquari;
- Mão de obra a ser qualificada;
- Proximidade do Lago;
- Turismo e lazer na beira do lago;
- Hortifrutigranjeiros.

Reunião 21/10/2016 – CAIXA FEDERAL, SECOVE, CRECI, SIDIMOVEIS**Local:** Auditório FECOMÉRCIO

- Setor Privado;
- Admitir uso e ocupação na área de transição, estimulando parcerias público-privadas;

- Loteamento em área rural.

Reunião 25/10/2016 – JAÚ (Área Rural)

Local: Colégio Aprígio

- Produção de hortaliças/hortifrúti/aves/suínos;
- Acesso privilegiado ao Centro;
- Margem do Lago;
- Frutas nativas (principalmente caju);
- Plantio de Mandioca;
- Trilhas Ecológicas na Serra do Lajeado;
- Prática de esporte, principalmente o futebol, atraindo visitantes e estimulando a economia;
- Cachoeiras;
- Incentivo a agricultura familiar na escola;
- Pesque e pague;
- Incentivo para utilização e turismo no Lago;
- Produção de leite;
- Ecoturismo – Esportes de Aventura;
- Eventos Culturais/ festividades (Festa junina);
- Hotéis-fazenda;
- Produção de peixe;
- Água em abundância;
- Lago;
- Agricultura, pecuária e fruticultura;
- Horta nas escolas;
- Frutas nativas;
- Serra;
- Cachoeiras;
- Produção de Leite;
- Água em abundância;
- Hortas com pomares completos;
- Plantações;
- Agricultura, pecuária e fruticultura;
- Horta nas escolas;
- Lago;
- Frutas nativas;
- Serra;
- Cachoeiras;
- Produção de Leite;
- Água em abundância;
- Hortas com pomares completos;
- Plantações.

Reunião 31/10/2016 - CEULP/ULBRA, CATOLICA, UFT e IFTO

Local: Auditório da ULBRA

- Recursos hídricos;
- Turismo ecológico;
- Áreas desocupadas – vazios urbanos;
- Integração social;
- Mais interlocução e cooperação entre as universidades e o poder público (Ex. Pesquisas em desenvolvimento, gerando dados e ferramentas, para auxiliar no planejamento e análise de futuros cenários, avaliação da questão transporte público);
- Cidade em crescimento com possibilidades de experimentar novas soluções (campo de experimentação de novas tecnologias e soluções);
- Turismo ecológico;
- Áreas para abrigar grandes indústrias;
- Eventos nacionais e internacionais;
- Desenvolvimento econômico.

Reunião 03/11/2016 – Movimentos Sociais e ONGs

Local: FAETO

- Cidade verde visando qualidade de vida;
- Acessibilidade e mobilidade urbana;
- Participação cidadã;
- Qualidade de vida, qualificação do transporte público;

Reunião no dia 08/11/2016 – ARNOS

Local: Escola Beatriz Rodrigues

- Praia das ARNOS;
- Escolas abertas nos finais de semana para a prática de esporte e cultura;
- Praças arborizadas agradável a visitação;
- Áreas agradáveis e bem cuidadas para convívio social;
- Parque Sussuapara nos moldes do Parque Cesamar;
- Escolha de espécies que favoreçam o sombreamento – perene/fofoli;
- Prática de Esportes aquáticos;
- Coleta seletiva;
- Educação ambiental nas escolas e na comunidade;
- Centro de Produção de Alevinos com a EMBRAPA;
- Viveiros comunitários;
- Proximidade com o centro da cidade;
- Órgãos públicos instalados na região;
- Áreas para praças e equipamentos públicos no loteamento Sonho Meu;
- Topografia plana;
- Escolas;

- Prestadores de serviço;
- Mão de obra;
- Comércio forte;
- Produção de hortifrúti na área norte;
- Produção e energia eólica na Serra do Lajeado;
- Comunidade participativa;
- Regularização fundiária no loteamento São Francisco (aproximadamente 100 famílias);
- Regularização chácaras de lazer (sem a necessidade de infraestrutura pública);
- Concessão de transporte coletivo de menor porte no interior das quadras;
- Atividades econômicas nas praias;
- EMBRAPA na região;
- Parque Sussuapara;
- Cobrança de IPTU apenas dos loteamentos e nas áreas não loteadas cobrar como área rural;
- Áreas com potencial para abertura de novos loteamentos;
- Disponibilidade de áreas para instalar equipamentos públicos;
- Proximidade com o centro da cidade;
- Proximidade com o Lago;
- Escolas abertas à comunidade;
- Turismo;
- Hortifrúti;
- Grande gerador de mão de obra e serviços;
- Energia eólica;
- Regulamentação da implantação de novos loteamentos;
- Criação de uma cerâmica pública para fabricar tijolos para os necessitados.

Reunião 09/11/2016 – ARNES

Local: Escola Daniel Batista

- Preservação cênica (da paisagem);
- Cobertura vegetal nativa do cerrado;
- Córrego Sussuapara;
- Proximidade com área verde (Sussuapara);
- Serviço ambiental prestado pelas áreas não asfaltadas (permeabilidade do solo);
- Lotes vazios;
- Lago Norte – Parque Urbano;
- Cicloviárias – cidade plana;
- Permissão de verticalização de até no máximo 4 ou 5 andares;
- Concentração da verticalização nas áreas comerciais;
- BRT como solução de transporte para o Lago Norte;
- Transformação do centro comunitário em creche no Lago Norte;
- Entidades organizadas;
- Empoderamento do cidadão;
- Prática de esportes como triathlon (Lago Norte);
- Qualidade de vida;
- Geração de receita/mão de obra;
- Planejamento da licitação de todas as etapas da obra;
- Compostagem das galhadas;
- Qualidade da água (por ainda não ter instaladas indústrias poluentes);
- Sol e calor abundantes (energia solar);
- Paisagem cênica como atração turística;
- Área sem asfalto - área permeável, positivo para drenagem urbana;
- Cidade plana;
- Grandes vias;
- Vazios a serem ocupados de forma planejada/sustentável;
- Cinturão verde;
- Zona rural próxima a área urbana para ser explorada com projetos agrários e produção para a cidade;
- Pouca potencialidade rural até o Córrego Água Fria;
- Córrego Sussuapara;
- Cicloviárias;
- Autorização de pastagem controlada de animais de pequeno e médio porte nos lotes vagos;
- Disponibilizar ônibus para deslocamentos dos atletas do Projeto ARNE 64;
- Construir cicloviárias no canteiro central;
- Prática de esportes;
- Turismo;
- Proximidade com o centro da cidade;
- Agricultura urbana (hortas comunitárias);
- Associações de Moradores;
- Criação de uma subprefeitura na Região Norte;
- Troca de siglas de endereçamento por nomes próprios, de árvores, cidades, etc;

Reunião 10/11/2016 - ARSES 1

Local: Escola Tom Jobim

- Beleza Cênica;
- Reciclagem;
- Posto de saúde adequado;
- Hortas;
- Indústrias (quadras industriais);
- Atividade comercial nos lotes vicinais;
- Indústrias;
- Canal de vendas;
- Gastronomia;

- Confeccções;
- Empreendedorismo;
- Rodoshopping;
- Posto de saúde.

Reunião 16/11/2016 -- TAQUARUCU**Local:** Escola Crispim Pereira Alencar

- Criação de parques lineares urbanos;
- Criação de parque similar ao parque Cesamar ao lado da casa do Farinha;
- Criação de parque área de pesquisa (fazenda Roncadeira);
- Construção de um teleférico, como atração turística;
- Agenda cultural com ao menos 8 Atrativos turísticos;
- Criação de eventos nos meses de junho e julho (Festival de inverno);
- Projeto piloto de energia solar;
- Investimento em turismo ecológico;
- Criação de uma subprefeitura;
- Regularização fundiária;
- Turismo;
- Polo ecoturístico;
- Vegetação nativa do cerrado, fauna, flora, águas para estudos científicos;
- Moradores jovens;
- Artesanato;
- Serviços (restaurantes);
- Produções culturais;
- Clima;
- Paisagem;
- Cachoeiras;
- Diagnóstico da região elaborado pelo SEBRAE;
- APA (Parque);
- Agricultura;
- Turismo;
- Turismo sustentável;
- Agricultura familiar;
- Agricultura orgânica;
- Artesanato;
- Agricultura agroecológica no Vale do Mutum;
- Gastronomia;
- Regularização fundiária;
- Prédio pronto da horta para serviços;
- Taquarucu tem todo potencial de turismo e belezas naturais;
- Criação de parques ambientais;
- Riquezas de nascentes que abastecem a comunidade de Palmas;
- Efetivação de projetos de Educação Ambiental como fonte de Turismo;
- Ecoturismo;
- Capacitação das pessoas para cursos;
- Agenda anual de Turismo;
- Lei e fiscalização municipal para conservação de flora, fauna e mananciais de água;
- Regularização Fundiária;
- Cultura;
- Lazer;
- Ecoturismo;
- Clima;
- Paisagem;
- História;
- Natureza local;
- Eventos;
- Parque Ecológico como base de universidades e estudos;
- Artesanato;
- Gastronomia local;
- Agricultura orgânica;
- Festivals;
- Pousadas.

Reunião 17/11/2016 -- TAQUARUCU**Local:** Escola Crispim Pereira Alencar

- Bosque 606 Sul;
- Grandes áreas disponíveis para áreas verdes;
- Integração dos habitantes das quadras;
- Proximidade da região ao centro e a equipamentos públicos;
- Facilidade de locomoção;
- Grandes áreas disponíveis para áreas verdes;
- Áreas públicas disponíveis;
- Quadra 712 Sul muito produtiva;
- Geração de emprego e renda através da regularização fundiária;
- TO-050 e Marginais;
- Destinação de 15% da área a ser parcelada para ZEIS;
- Promover a devolução da área cedida;
- Instalação de canteiro central nas avenidas, mesmo antes da duplicação;
- Doação de área para regularização do posto de saúde;
- Associação de moradores atuante na quadra 205 Sul;
- Conselhos Municipais de Saúde em cada posto de saúde implantado;
- Área grande que a quadra pode usufruir como área de lazer ou espaço comum;
- Paisagem urbana;
- APMs para áreas de lazer;
- Espaço nas vias;
- Facilidade de locomoção;
- Comércio ativo na área de automotivos;
- Comércio central;
- Reunião 22/11/2016 - ARSOS';
- Escola Municipal Olga Benário;
- Geração de emprego e renda com a exploração do turismo ecológico;
- Turismo Arqueológico e paleontológico na Serra (observação de aves);
- Uso do Lago de Palmas para turismo e prática de esportes aquáticos;
- Aproveitamento de energia solar em equipamentos públicos;
- Paisagismo sustentável;
- IPTU progressivo;
- Avenidas largas;
- Academias (vocação para saúde);
- Orla;
- Complexo médico hospitalar;
- Boa administração municipal na limpeza urbana;
- Feiras livres nas praças;

- Natureza/ Lago;
- Turismo;
- Qualidade de vida.

Reunião 24/11/2016 -- AURENY'S**Local:** Escola Municipal Maria Júlia

- Uso dos recursos naturais;
- Escola como incentivadora ao esporte;
- Áreas públicas disponíveis;
- Recursos humanos disponíveis (população jovem);
- Mão de obra jovem;
- Determinar local para feira livre;
- Projetos sustentáveis com energia solar;
- Espaços aproveitados e planejados para a boa sintonia entre urbano e a flora;
- Espaços para gerar mais qualidade de vida;
- APM para grandes equipamentos;
- Recursos humanos jovens disponíveis;
- Grandes áreas para grandes empreendimentos;
- Diversidade cultural.

Reunião 29/11/2016 -- SETOR TAQUARALTO (Zona Urbana)**Local:** Escola Municipal Jorge Amado

- Criatividade e predisposição da população local para desenvolvimento de projetos;
- Desenvolvimento e agricultura urbana em áreas públicas;
- Integração do espaço público (SESI) com o espaço aberto inutilizado, para lazer da comunidade;
- Ações descentralizadas do governo (melhoramento dos serviços públicos - ex. SESI, educação, etc.);
- Região promissora e estratégica (posição da rodovia);
- Região estratégica da cidade (expansão de indústrias, comércio e serviços);
- Regularização de áreas da TO-050 Taquaralto (2ª Etapa);
- Doação da APP para as famílias;
- Indústrias;
- Jovens empreendedores;
- Criatividade dos jovens;
- Gestão participativa;
- Comércio e serviços;
- Educação profissionalizante;
- Rodovia TO-050 (desenvolvimento econômico);
- Comunidade criativa;
- Boa receptividade das crianças, adolescentes e jovens;
- Rede educacional;
- Tecnologia;
- Localização -- eixo rodoviário;
- Comércio;
- Serviços;
- Empreendedorismo.

RELATÓRIO TÉCNICO - ATIVIDADES ECONÔMICAS

- Origem dos turistas que visitam Palmas na alta temporada, na sua maioria (88%), localidades do próprio Tocantins. Oportunidade de captação de turistas do restante do país, desenvolvendo uma política específica de divulgação da Marca PALMAS;
- 48% dos turistas que buscam o destino Palmas tem como motivação da viagem o turismo de Negócios e Eventos.

RELATÓRIO TÉCNICO -- HABITAÇÃO

- As associações urbanas descritas pelo diagnóstico encontram-se formalizadas, tendo assim natureza jurídica, ou seja, possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ. Estão também inscritas no Conselho Municipal das Associações de Moradores de Palmas - COMAM. Elegem seus representantes democraticamente através de eleições realizadas no setor ou bairro onde se situa;
- As associações rurais contabilizadas neste diagnóstico, mesmo diante das dificuldades estão mais presentes no contexto das discussões no âmbito municipal, as constantes capacitações oferecidas aos associados que na maioria se resume no presidente e vices estão despertando-os para a participação popular, os incentivos dos governos através de vários programas de incentivo as agriculturas familiares os empodera na busca de melhorias entre elas a situação habitacional rural;
- A Política Nacional de Habitação - PNH, prevê uma atuação conjunta dos diferentes níveis de governo, em ações cooperativas e complementares. Parte do desenho dessas ações previa o repasse de recursos diretamente fundo-a-fundo - desde o Fundo Nacional de HIS, Fundo Estadual e Municipal. Desta maneira permitia ações específicas que fossem prioridades do município, e de acordo com seu planejamento territorial local.

RELATÓRIO TÉCNICO -- MOBILIDADE URBANA

- Caixa viária disponível na região central com muitas faixas e de largura considerável;
- Av. Tocantins com grande potencial comercial com possibilidade de priorização do transporte público coletivo e não motorizados;
- Plano de arborização já existe, faltando somente implantar;
- Já existe na Região Sul uma grande participação dos modais a pé e bicicleta na distribuição das viagens no município;
- Edificações vicinais têm potencial construtivo que pode ser aumentado, podendo promover seu uso misto.

RELATÓRIOS TÉCNICOS - USO DO SOLO RURAL

- A divisão da área rural em macrorregiões corresponde a uma boa estratégia para desenvolvimento das atividades de Assistência técnica e Extensão Rural (ATER), devendo ser aplicadas no planejamento de políticas públicas;
- A zona rural de Palmas é extensa, corresponde aproximadamente a 1.880 km² de área geográfica e, a ocupação de seu território se dá de diferentes formas, com diferentes atividades;
- Na modalidade de agricultura familiar, a pecuária se destaca com a avicultura e a bovinocultura de leite, esta como atividade secundária e aquela como primária;
- Na modalidade de agricultura familiar, estão em evidência a pastagem como atividades primárias e, a mandioca e o milho como secundárias;
- Nas lavouras permanentes implantadas, segundo do IBGE, destacam-se as culturas da banana e do coco verde;
- De acordo com dados do IBGE, nas lavouras temporárias, a soja, o milho e a mandioca são as três principais culturas, com destaque para a produção de soja, sobretudo nos últimos 05 anos;
- A avicultura e a criação de bovinos são as principais atividades pecuárias do município de acordo com o IBGE;

- A participação da atividade agropecuária na formação do PIB de Palmas, apesar de sofrer alguma variação de crescimento e queda em termos de percentual, manteve uma tendência de crescimento em termos financeiros, sendo uma constante principalmente nos últimos 03 anos;
- As nascentes de alguns dos mais importantes mananciais do município, Ribeirões Taquaruçu Grande e Taquaruçuinho estão localizadas na macroregião Boa Esperança, além da presença de um bom número de outros cursos d'água que desaguam no Rio Balsas e Ribeirão São Silvestre, como por exemplo, o Córrego Piabanha e Macaquinho, respectivamente;
- A macroregião (Boa Esperança) tem bom potencial produtivo, com destaque para avicultura e a bovinocultura, na atividade pecuária. Já na agricultura, destaque-se a pastagem, o milho, a mandioca e o feijão como culturas mais importantes;
- Destaque também deve ser dado ao turístico da região (da Boa Esperança), devido ao grande número de cochoeiras existentes, que contam com dois hotéis fazenda instalados;
- A rede hídrica na macroregião Buritirana é composta por pequenos córregos na sua parte interna, além disso, é margeada no sudeste pelo Rio Balsas e ao norte pelo Ribeirão São Silvestre;
- A macroregião (da Buritirana) tem bom potencial produtivo, em especial as atividades agrícolas, com destaque para a produção de grãos e mandioca. Avicultura, bovinocultura leiteira e piscicultura se destacam na atividade pecuária;
- Às margens da TO-010 (na Macroregião do Jaú), é possível perceber o desenvolvimento de uma atividade industrial e comercial, além de clubes de lazer;
- A macroregião (do Jaú) tem bom potencial produtivo, em especial as atividades agrícolas, com destaque para a produção de hortaliças, mandioca, avicultura, bovinocultura e piscicultura, principalmente nas comunidades Vão do Lajeado, Vale da Serra, Landi e Jáú VI Etapa;
- A macroregião (de Taquaruçu) tem bom potencial produtivo, em especial as atividades agropecuárias, com destaque para a produção de hortaliças, mandioca, bovinocultura, avicultura e piscicultura;
- A macroregião (Taquaruçu Grande) tem bom potencial produtivo, em especial as atividades agropecuárias, com destaque para a produção de hortaliças, mandioca, avicultura e pecuária leiteira;
- A macroregião (do São João) tem bom potencial produtivo, em especial as atividades agropecuárias, com realce para a produção de hortaliças, fruticultura, pastagens, avicultura, a pecuária leiteira e a piscicultura;
- Na macroregião (do São João) a produção agroecológica de hortaliças e frutas, na comunidade Mariana.

RELATÓRIOS TÉCNICOS - USO DO SOLO URBANO

- Áreas de Ocupação Prioritária: Avenida Teotônio Segurado principal eixo estruturante de desenvolvimento e integração das regiões central e sul da cidade, caracterizado como corredor de ocupação de alta densidade, tendo como suporte os sistemas de transporte e mobilidade e a Área de Ocupação Prioritária Avenida JK;
- Se o objetivo do empreendimento ser instalado em uma das áreas de ZEIS, não podemos deixar de utilizar-se do empreendimento como uma nova fonte de renda. Para o município está dentro do contexto de geração de emprego e renda, que pode fortalecer a economia local dos moradores do seu entorno;
- Para alcançar o cenário intermediário (que seria um cenário mais realista do crescimento da mancha urbana a futuro, onde são realizadas intervenções na busca por um crescimento urbano sustentável), deve-se entender que a região do Plano Diretor atual é estratégica para a absorção de novos contingentes populacionais e que, sem isso, a qualidade urbana é reduzida;
- Na região da ARNO há uma grande diversidade de usos intraquadras, pois como sua ocupação aconteceu de forma mais espontânea que no restante da cidade, existem pequenos comércios distribuídos por toda a região não somente concentrados de forma linear nas avenidas principais, como previstos no plano;
- Foram identificados como subcentros com grau de importância intermediários e semelhantes entre si a Avenida Palmas Brasil (Avenida LO-15) e Avenida LO-27, próxima à Rodoviária;
- Nos bairros Aurenys, a Avenida Tocantins e Avenida I forma um subcentro, sendo formado de bares, lojas comerciais e ainda uma feira comunitária, tendo relevância de abrangência local;
- A centralidade de maior importância em Palmas é a Área Central (AC) coincide com o centro administrativo e comercial da cidade e com a primeira fase de implantação do plano;
- A utilização de lotes residenciais lineares às avenidas para a abertura de comércio trouxe benefícios e transformos para a cidade. Um benefício que pode ser citado é o uso agregado às faixas das avenidas que, pelo Plano original, são os fundos dos

lotes residenciais, os quais transformariam as avenidas em corredores murados, causando insegurança aos transeuntes;

- A Área Central (AC) de Palmas possui uma característica ainda horizontal, onde a verticalização é uma realidade ainda recente que pode vir a favorecer a dinâmica urbana no sentido de mais pessoas terem acesso imediato às facilidades e infraestruturas que a região oferece.

RELATÓRIO TÉCNICO - FISCAL E GOVERNANÇA

- As receitas tributárias do Município cresceram, nominalmente, 425,18% nos últimos 10 anos, passando de R\$ 30.769 milhões para R\$ 161.592 milhões. Este crescimento é bem superior aos das receitas totais neste período, que evoluíram 196,03%;
- A receita do ISS representa, em média, 59,25% das receitas tributárias, tornando-se a principal fonte de receitas tributárias do Município;
- As receitas do IPTU do Município cresceram, nominalmente, 1,025% nos últimos 10 anos, passando de R\$ 3.974 milhões para R\$ 44.720 milhões. Este crescimento é bem superior aos das receitas totais neste período, que evoluíram 196%;
- Na última década, o quantitativo de imóveis passou de 81.073 para 114.129 imóveis, o que representa um aumento de 33,056 imóveis, ou 40%, com média anual de 4%. Neste mesmo período, o número de imóveis contribuintes (excetuadas as isenções), passou de 53.330 para 84.451, aumentando 58, com média anual de 6%.

RELATÓRIO TÉCNICO – MEIO AMBIENTE

- A delimitação das UCs no Plano Diretor em vigor teve como ponto positivo a manutenção de áreas verdes e o impedimento de parcelamentos urbanos em áreas ambientalmente relevantes, como a região do Córrego Tiúba, entre outros, ora protegidos;
- Ponto positivo: a lei expandiu a quantidade de áreas a serem preservadas, além das Áreas Verdes previstas;
- Área com características naturais e paisagísticas relevantes;
- A APA do entorno do Lago evidencia o objetivo dessa categoria de UCs, tendo em vista a sua característica de preservação da diversidade biológica local, associada à ocupação urbana ordenada e sustentável;
- Dentro da área em estudo foram identificados três pequenos mananciais afluentes do Ribeirão Taquaruçu Grande, cujos mananciais deságuam próximo ao enxurratório do referido Ribeirão;
- A partir de vestígios observados na área, estes denotam a presença da mastofauna de pequeno e médio porte na área da APA. Cabe destacar que os mamíferos de pequeno e médio porte desempenham importante papel na cadeia alimentar, contribuindo para a manutenção da fauna e flora local;
- São listadas as seguintes espécies existentes na região de inserção da APA: Cicla sp (Tucunaré), Geophagus sp (Acará), Curimata sp., Curimatella sp (Branquinha), Cyphocharax sp. (Branquinha), Steindachnerina sp. (Branquinhas), Triportheus affinis (Sardinha), Curimata cyprinoides (João-Duro), Pimelodus ornatus (Mandi), Argonectes sp (Voado), Triportheus Angulatus (Papuda);
- Na UC Suçupara registra-se o uso pela população de partes de sua área para atividades de esporte lazer, desativadas no "Parque Suçupara", pista de bicicross, e Praça da Árvore;
- A UC Suçupara encontra-se numa das regiões mais adensadas de Palmas, entre a região Norte/Nordeste e Sudeste/Sudoeste;

- Há grande volume de massa vegetal preservada na UC Suçupara;
- A área da UC Tiúba caracteriza-se por apresentar paisagem de grande beleza cênica, composta pela existência de grandes porções vegetais remanescentes do Cerrado adensadas que não ocorrem em nenhum outro local da cidade;
- Trata-se de uma área de relevante interesse ambiental, por sua composição natural;
- Dada a localização estratégica e beleza cênica da UC Tiúba, a área é alvo de estudos para a criação e implantação do Parque dos Povos Indígenas, iniciativa já efetivada pela PMP em 2016, junto aos proprietários das terras, para definição da área para o Parque;
- Todas as praias de Palmas têm atendido aos requisitos mínimos para que sejam exercidas atividades de contato primário;
- Evidencia-se que parte da fauna consegue se refugiar da grande cidade em remanescentes vegetais.

RELATÓRIOS TÉCNICOS - MUDANÇAS CLIMÁTICAS

- O Relatório ESTER (estudo encomendado pelo governo Britânico sobre os efeitos na economia mundial das alterações climáticas nos próximos 50 anos) coloca que os custos da adoção de medidas sustentáveis são mais viáveis que a sua não adoção;
- A Prefeitura de Palmas está desenvolvendo um projeto chamado Coleta Palmas, que irá coletar recicláveis;
- O Aterro Sanitário tem 15 anos de gás enterrado, que poderá ser utilizado na geração de energia;
- O município está aprovando o Habitar Palmas que propõe que as incorporadoras apresentem projetos com utilização da energia solar com a contrapartida de ganharem a isenção das taxas e desconto no IPTU Progressivo;
- As temperaturas tendiam a minimizarem-se com a aproximação de áreas de grande adensamento arbóreo e/ou próximos ao corpo hídrico;
- O trabalho constatou o papel fundamental desempenhado pela vegetação no clima urbano, pelo fato dela amenizar a radiação soar na estação quente, reduzir a temperatura e a umidade relativa do ar, entre outras vantagens;
- O comportamento da temperatura do ar nos diferentes pontos sofreu da forma urbana, da topografia, da presença de água sombreadas pela mata ciliar e, de maneira acentuada, pela presença da vegetação;
- A presença da vegetação traz benefícios relevantes no processo de amenização climática do meio urbano, pelas criações de microclimas agradáveis, que contribuem significativamente para o bem estar dos cidadãos;
- O gráfico 01 demonstra que os pontos de coleta localizados em ambientes com maior densidade de vegetação foram os que apresentaram menores temperaturas, e pode ser consideradas ilhas de frescor;
- Entre os fatores analisados, a presença de arborização se mostrou a mais efetiva para a redução da temperatura do ar.
- Palmas dispõe de um Plano de Arborização.

CAPÍTULO II

POTENCIALIDADES E SOLUÇÕES POR REGIÃO

Fonte: Oficinas técnicas internas

As Oficinas aconteceram de 31.07 a 04.08.2017 no Instituto Municipal de Planejamento Urbano de Palmas (IPUP), tendo como resultado a identificação das potencialidades e soluções, territorializadas por regiões: Centro, Norte/Leste, Sul, Agrotins/Buritirana/Taquaruçu.

REUNIÃO 01/08/2017 – REGIÃO CENTRAL

Potencialidades

- As áreas verdes e non-aedificandi para aproveitamento em espaços públicos;
- Áreas verdes na Orla;
- As ocupações das ARNOS surgiram de forma espontânea;
- Avenida LO-03 como centralidade;
- Locais para exploração do ecoturismo;
- Ecoturismo e pesca e uma atividade de valor agregado;
- Palmas é um polo regional de saúde – raio de 600 km de atendimento;
- Lago;
- Potencial esportes náuticos e Pesca esportiva no Lago;
- Projeto aos moldes do Empeed-Palmas para ser implementado na JK;
- Áreas desocupadas.

Soluções

- Estabelecer área de transição (rural-urbana) condicionada pelas restrições ambientais e um incentivo à produção agrícola de pequeno porte;
- Efetivar uma ZEE na área rural em sobreposição à "área de transição" e toda a área rural. É iniciativa estadual, mas o município poderia fazer um estudo similar, para ser absorvido pela ZEE estadual;
- Regularizar as construções de edifícios na Orla visando a preservação da paisagem. A ora deveria ser a área mais preservada, no entanto, está cheia de espigões, comprometendo o skyline;
- Humanizar a cidade, criando espaços públicos de qualidade e acessíveis (ex.: parques lineares);
- Criar espaços públicos a partir da potencialidade de Palmas de alto índice de áreas verdes e áreas non-aedificandi. Ex: Parques lineares (Praia, Sussupara, Brejo Compidio, praias (Praia, Graciosa, Arnos e Caju), áreas verdes e praças;
- Intervir nos pontos críticos onde o lançamento de águas pluviais está degradando os corpos hídricos nas UCs (introduzir dissipadores, para reduzir força da água proveniente da macro-drenagem);
- Providenciar regularização fundiária na UC Tiúba, onde as áreas são particulares;
- Criar um sistema municipal de áreas protegidas, com delimitação dos perímetros e revisão das categorias de preservação/conservação;
- Providenciar estudos sobre fauna, flora, recursos hídricos, viabilidade de visitação, capacidade de carga, manejo, etc;
- Promover estudos sobre densidade construtiva, estabelecendo seu cruzamento com localização de equipamentos urbanos e densidade demográfica, com vistas a subsidiar o ordenamento urbano da Região Central de Palmas;
- Proteger as áreas remanescentes de cerrado no perímetro urbano central;
- Inserir o olhar regional no PD de Palmas;
- Viabilizar uso efetivo das Praças da ARNE 14 e da ARSE 12. Estudar possibilidade de definir como condicionante a permeabilidade visual dos muros, dado o fator insegurança;
- Potencializar a avenida LO – 03 como centralidade. Além dessa avenida, outras com potencialidade de uso pelos pedestres, uso público de convivência;
- Promover uso misto do solo visando a humanização da cidade;
- Dar uso público para lazer e fruição das áreas verdes através de equipamentos;
- Considerar sub centralidades econômicas centrais (LO-10, 12, Palmas Brasil);
- Estabelecer para as Áreas do Lago as faixas de proteção (APP – mobilidade);
- 30m (FMP) + 12m (vias estruturadoras – mobilidade);
- Propor solução dos conflitos de usos nas Áreas de Lazer e Cultura (ALCs), incluindo espigões x paisagem urbana;
- Garantir uma faixa pública na orla do lago e o acesso público – hoje os clubes fecham acesso;
- Definir as restrições de gabarito para as áreas de interesse para proteção da paisagem urbana;

- Propor soluções para os conflitos surgidos com a Lei Complementar nº 81/2004 – possibilidade de abertura dos fundos do lote, potencialidade de interligação entre as quadras, ciclovias, desmatamento corredor verde, passagens de pedestre iluminadas e sinalizadas. Muitos comércios se estabelecendo. Arborização existente x entrada de carros. Na contramão desse processo: condomínios horizontais e muros;
- Definir critérios para o adensamento construtivo em torno das centralidades identificadas. O levantamento desses índices de densidade construtiva vai permitir também rever critérios para a outorga onerosa;
- Identificar instrumentos para o incentivo das centralidades identificadas no tema Desenvolvimento Econômico, acrescentando LO-5 leste e oeste, LO-10 e outras;
- Propostas para cada UC;
- Região norte da área central. Invasões, insegurança, área degradada. Já tem equipamento de esporte. Inserção da Guarda Metropolitana + PM + recuperação ambiental (havia uma nascente);
- Sussuaipara. Parque dos Povos Indígenas + biblioteca-parque, + ciclovias (já existe projeto);
- Brejo Comprido - Ampliação dos limites para incluir nascente + ciclovias + biblioteca-parque;
- Prata. Proposta de parceria público-privada Fauna e flora riquíssimas/a área é particular;
- Apinha (APA em torno do Lago). Beleza cênica (já existem estudos). Tinha extração de calcário/Pensaram em desafetação;
- Papagaio Galego. Centro de referência + equipamento para educação ambiental;
- Utilizar instrumento "transferência direito de construir" para viabilizar preservação ambiental. Áreas vizinhas a UCs ou de interesse ambiental. Incluir as áreas onde esse potencial iria ser aplicado. Dar um nome para essas outras áreas, para que permitam esse novo uso. "Reserva administrativa?";
- Reverter expectativa réplicas Orla 14 (espigões ou condomínios fechados) por parte daqueles que receberam lotes em torno do Lago (indenização paga pelo Estado);
- Propor a exigência de servidões entre condomínios;
- Propor réplicas Ilhas frescor em sua interface com a preservação ambiental/paisagem urbana/conforto térmico;
- Diversificar os usos nas áreas centrais (cruzamento avenida JK – Teotônio Segurado), mesclando uso residencial e comercial, resultando em mais segurança e atrativos culturais. Área pode ter uso misto mas, as edificações, uso variado;
- Controlar emissão de ruído nessas áreas, grande desincentivo à moradia no Centro;
- Incentivar a revitalização de fachadas de lojas na Região Centro;
- Implementar Planos de Arborização e Paisagismo para reforçar o papel das áreas verdes;
- Garantir no parcelamento a localização das áreas verdes no perímetro, tendo maior massa arbórea;
- Pensar numa solução para preservação de áreas verdes (cobertura vegetal) nos parcelamentos já aprovados;
- Considerar a subutilização dos lotes comerciais na Teotônio Segurado;
- Destinar 5% líquido dos parcelamentos para programa habitacional;
- Melhor que esteja vinculado a determinadas áreas da cidade, não seja generalizado. Proposta de 5% já foi feita, mas os vereadores rejeitaram;
- Dos 15% a serem doados em novos projetos de parcelamento como áreas públicas, destinar: 5% para áreas verdes, 5% para equipamentos públicos e 5% para a Prefeitura promover programas habitacionais (HIS). Outros 5% seriam obrigatórios para os particulares promoverem projetos habitacionais, a preços de mercado, para uma faixa mais alta que a de HIS;
- Rever legislação sobre parcelamento com faseamento em 20 anos. Área no sudoeste, próxima ao Lago. Alternativa para evitar o IPTU progressivo, originalmente destinado a garantir áreas para HIS;
- Lotes com casas atrás da ULBRA, a uma média de R\$ 150 mil. Encailhados, não tem mercado;
- Promover a melhoria da infraestrutura de drenagem nos novos loteamentos;
- Prever que os recursos da outorga onerosa sejam captados pelo Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano para destinação para HIS e outras prioridades;
- Desenhar programas habitacionais para ocupação em parte ou na totalidade as áreas vazias do Plano Original;
- Adotar critério de limite possível de alterações no sistema viário como impeditivo para concessão de outorga = capacidade de carga. Possibilidade do interessado custear ações e equipamentos vinculados à preservação de áreas, arborização, etc, em áreas circunvizinhas. A cidade, ao menos, tem que se beneficiar desse adicional de densidade gerado pela outorga;
- Ampliar o nº de ZEIS na Região Centro, incluindo áreas vazias;
- Ampliar os índices de áreas verdes dos novos parcelamentos visando mitigação das mudanças climáticas;
- Regular o banco de lotes presente na atual lei do plano diretor;
- Articular o Programa Habita Palmas com instrumentos urbanísticos visando potencializar o programa de incentivo destinado a ocupação;
- Melhorar a distribuição dos equipamentos de saúde;
- Mudar regras que permitem a construção de espigões na orla (outorga), justificado pela deterioração da paisagem e consequente perda de valor agregado, de interesse do mercado imobiliário/turístico;
- Promover o ecoturismo (terceira atividade que mais arrecada em Palmas, sendo que os primeiros são saúde e educação);
- Apoiar a atividade pesqueira, também com alto valor agregado. O primeiro requisito é viabilizar o acesso ao Lago desses pescadores;
- Potencializar a atratividade de Palmas como polo regional de saúde (Destino-Saúde), com um raio de 400 km de atendimento;
- Desenvolver os esportes náuticos e a pesca esportiva no Lago;
- Potencializar a centralidade da JK, e neutralizar o esvaziamento, em parte provocado pela migração dessas atividades para Av. Taquaralto. Acelerar projeto de requalificação. Projeto aos moldes do Empreend-Palmas (a ser lançado na FenePalmas) poderia servir de exemplo;
- Rever aplicabilidade do IPTU progressivo e outros instrumentos fiscais, em função do alto índice de inadimplência verificado;
- Dar prosseguimento aos programas Palmas Solar, Habita-Palmas e outros de sucesso comprovado. E ainda aqueles que mereçam adequações;
- Área das universidades pode ser um atrativo de localização de empreendimentos. Hospitais e equipamentos de saúde também são âncoras. No caso das universidades é significativa a existência de 20 mil universitários (mercado potencial para unidades habitacionais a preços acessíveis);
- Áreas Prata e Tiúba, são particulares. A ideia de se criar ali Parques Lineares vai depender de instrumentos, inclusive para apoiar a ampliação de seu perímetro;
- Conceber Planos Regionais, projetos de desenho urbano, para garantir interface entre os usos e harmonia com a paisagem urbana;
- Parque Tecnológico x ZEIS = compatibilizar. Retirar da ZEIS ou definir padrões de mercado mais acessíveis;
- Pensar sobre incentivos a programas que promovam lançamentos imobiliários em que a iniciativa privada lance no mercado unidades habitacionais a preços acessíveis;
- Aumentar nº de APMs;
- Aproveitar as largas avenidas de Palmas para implantar infraestrutura verde, através de parcerias público-privadas;
- Estabelecer restrições para impedir desvio de finalidade das áreas verdes públicas, inclusive por doações indevidas. Idem para os efeitos da Lei de regularização fundiária em APMs, que já comprometeu mais de 100 dessas áreas;
- Diversificar programas habitacionais para baixa renda, como lotes urbanizados, aluguel e melhorias habitacionais (mediante assistência técnica);
- Potencialidade do desenvolvimento social – Saúde. Prover aumento de atenção primária, inclusive com previsão de áreas públicas para construção dessas unidades;
- Atenção terciária já é altamente concentrada nessa região;
- Buritirana e Taquarucu – prever uso comercial, inclusive para possibilitar emissão de alvarás;
- Turismo-praias = promover qualificação, através de desenho urbano, infraestrutura verde, controle qualidade água do Lago, proteção do skyline;

- Divulgação incentivos existentes para diversas atividades econômicas no Município – manual em elaboração pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico – alvo principal pequenos negócios;
- Apoio ao e-commerce.

REUNIÃO 02/08/2017 – REGIÃO SUL

Potencialidades

- Feira coberta do AURENY tem grande potencialidade de desenvolvimento econômico e de integração comunitária;
- O parque do Machado tem grande potencialidade de transformação urbana da região sul;
- Potencial de inserção do eixo de mobilidade nas APM's paralelo ao Córrego Machado;
- Região sul tem enorme potencial de integração de diversos modais de transporte (ex.: bicicleta – Ônibus);
- Região sul existe uma identidade maior de pertencimento ao lugar, mais humanizado;
- Deve-se potencializar a oferta de espaços públicos na região sul - espaços públicos disponíveis;
- Área próxima a Agrotins tem grande potencial de aproveitamento logístico de apoio ao agronegócio;
- Pela alta densidade a região e pela carência de serviços de saúde e educação a região se apresenta como potencial para que tais equipamentos sejam instalados;
- A mão de obra local é um grande potencial social.

Soluções

- Apoiar a Feira coberta do AURENY, com grande potencialidade de desenvolvimento econômico e de integração comunitária;
- Estabelecer projeto de regularização fundiária para a área do Córrego Machado (atual UC), hoje com grandes conflitos, incluindo adequação dos seus limites. Entender o Parque do Machado como grande potencialidade de transformação urbana da Região Sul. Potencial de inserção do eixo de mobilidade nas APM's paralelo ao Córrego Machado;
- Rever a categorização e a revisão dos limites das atuais Unidades de Conservação, ou seu enquadramento como Parques Urbanos, integrante do Sistema de Áreas Especialmente Protegidas;
- Propor ações fortes de educação ambiental nas áreas especialmente protegidas, visando a integração da população com a área;
- Estabelecer os índices de ocupação nas áreas vizinhas aos Parques visando a proteção dos mananciais de água;
- Promover estudos sobre as áreas de proteção da Região Sul;
- Potencial de inserção do eixo de mobilidade nas APM's paralelo ao Córrego Machado;
- Na área de influência do aeroporto deve-se estabelecer limites de ocupação;
- Promover o deslocamento do eixo estruturador, para áreas mais adensadas, na vizinhança do aeroporto, inclusive com rebalamento no traçado do corredor de transporte de alta capacidade;
- Criar restrições ambientais para equipamentos possivelmente conflitantes com as atividades do aeroporto;
- Considerar (no Plano Municipal de Mobilidade Urbana) o enorme potencial de integração dos diversos modais de transporte na Região sul (bicicleta, ônibus, etc.);
- Implementar a sinalização viária na Região Sul, onde as dimensões reduzidas das ruas ajudam a reduzir a velocidade dos carros e motos;
- Região sul existe uma identidade maior de pertencimento ao lugar, mais humanizado;
- Ampliar a oferta de espaços públicos na Região Sul;
- Promover a unificação das diversas legislações que incidem sobre o uso e ocupação do solo em Palmas;
- Considerar o grande potencial de aproveitamento logístico de apoio ao agronegócio, na área próxima a AGROTINS;
- Promover soluções para as ocupações irregulares no Córrego Taquari;
- Implementar no planejamento e gestão municipal o conceito de Infraestrutura Verde;
- Redefinir o atual perímetro urbano na Região Sul, visando inserção de polo logístico e desincentivo à ocupação irregular;
- Considerar a possibilidade de inserir zona agrícola dentro de uma macrozona urbana;
- Instituir área de interesse logístico e de pesquisa, garantindo a tendência local, estabelecendo parâmetros restritivos;
- Promover atrativos/incentivos para a instalação na região de equipamentos de Saúde e Educação na Região Sul, com alta densidade e carente desses serviços;
- Prever áreas para instalação de equipamentos de grande porte em novos parcelamentos urbanos, preferencialmente ao longo do eixo de transporte.

REUNIÃO NO DIA 02/08/2017 – REGIÃO NORTE

Potencialidades

- Região Norte tem grande potencial de exploração mineral (cascalho);
- UC do Água Fria tem a potencialidade de firmar parceria com a Embrapa para conservação da área;
- Potencializar empresas ao longo da rodovia da região norte;

Soluções

- Considerar o grande potencial de exploração mineral (cascalho);
- Conter o microparcelamento e promover soluções para os conflitos fundiários a ele associados, na Região Norte;
- Promover parceria com a Embrapa, visando a conservação da área da atual UC do Água Fria;
- Garantir acesso público ao Lago na área dos condomínios fechados;
- Viabilizar a localização de grandes estabelecimentos comerciais ao longo da rodovia da Região Norte;
- Incentivar a implantação do Parque Aquícola na faz dos corpos hídricos da Região Norte;
- Providenciar com urgência as diretrizes básicas para o sistema viário na Região Norte;
- Definir percentuais de ocupação específicos na região Norte/Aplicar faseamentos de ocupação através dos índices de parcelamentos (AV, AI, HIS);

REUNIÃO 03/08/2017 – TAQUARUCU E BURITIRANA

Potencialidades

- Definição de agricultura para abastecimento interno por pequenos produtores;
- Região rural apresenta alguns programas de crédito rural fomentados pelo INCRA destinados aos assentamentos rurais;
- Tamanho médio das propriedades em torno de 2 ha;
- Assentamento "PA Sítio" vizinho a grandes propriedades rurais geram desigualdades de produção devido ao pouco apoio ao pequeno produtor;
- Assentamento "PA Entre Rios", alguns produtores têm apresentado bons resultados de produtividade;
- Produção agroecológica (divisa com Porto Nacional, Assentamento Mariana).
- Potencialidade de incentivo da produção orgânica certificada;
- Áreas com grande potencial de produção agroecológica: Vão do Lajeado;
- Área rural existe grande potencialidade de aproveitamento turístico através dos recursos naturais e as pinturas rupestres existentes;
- Produtores do ASSENTAMENTO "PA Sítio" está desenvolvendo e aperfeiçoando a produção de mandioca;
- Sítios arqueológicos com grande relevância histórica;
- Produção agrícola de pequeno porte (principalmente agro-ecológica) como potencial para preservação ambiental;

- A grande bacia do Taquarussu, para produção orgânica, visando ainda o fortalecimento da prática.

Soluções

- Apoiar os pequenos produtores agrícolas, na produção e distribuição;
- Incentivar as atividades agropecuárias de avicultura e piscicultura. Por ex. Através da reativação e reestruturação do frigorífico municipal;
- Promover a regularização fundiária dos assentamentos também para viabilizar acesso ao crédito;
- Promover capacitação continuada para plantio e avaliação de colheita. Considerar conflito entre as grandes propriedades rurais e os pequenos agricultores dos assentamentos. Ex. PA-Sítio. Experiência em curso de aperfeiçoamento da produção de mandioca;
- Apoiar a produção agroecológica no Assentamento Mariana (divisa com Porto Nacional);
- Incentivar a produção orgânica certificada;
- Incentivar áreas com grande potencial de produção agroecológica, como o Vão do Lajeado;
- Promover uma melhor estruturação do sistema viário rural, como forma de potencializar a produção agrícola;
- Implementar projetos e programas que promovam o aproveitamento turístico dos recursos naturais da área rural e das pinturas rupestres existentes;
- Desenvolver cadastro dos perfis produtivos da área rural/agrícola de Palmas e outros aspectos relativo a área rural, para compor cadastro-base para informar o Sistema de Monitoramento e Acompanhamento da lei do Plano Diretor; Para o levantamento de quem está produzindo, estabelecer parceria com Agrotins, Embrapa;
- Promover a conservação e o aproveitamento turístico dos sítios arqueológicos, com controle do impacto da visitação. Por outro lado, pode ser uma marca na identidade de Palmas. No rastro dessa potencialidade, mais uma justificativa para a proteção dos mananciais e para a valorização da agricultura de pequeno porte;
- Apoio à produção agrícola de pequeno porte (principalmente agroecológica) como aliada para as políticas municipais de preservação ambiental;
- Promover um desenho mais racional no traçado das estradas rurais;
- Incentivar a produção orgânica por parte dos produtores agrícolas atuando de maneira predatória nas nascentes do Córrego Mutum, na grande bacia do Taquarussu;
- Promover ações no sentido de rompimento do círculo vicioso (não virtuoso) - pequena propriedade aduvida, desmatada, usada para pasto, à espera da aproximação da malha urbana. Lotes lembrados para serem incorporados e comercializados com condomínios horizontais ou chácaras;
- Interceder junto ao Estado para evitar desmatamento de áreas de interesse ambiental pela atividade da monocultura da soja, em Burilirana e Taquarussu Grande;
- Interceder junto às outras instâncias governamentais no sentido de condicionar as reservas legais em áreas de interesse do Município;
- Avaliar o interesse municipal na Agroindústria, em que o beneficiamento da produção dos Municípios do corredor da soja seja feita na área urbana de Palmas e ser como tratar isso no ordenamento territorial;
- Melhorar a articulação entre Município e Estado, com relação à duas áreas estratégicas - gestão de recursos hídricos e cobertura vegetal;
- Estabelecer gestão compartilhada entre Município e Estado, para evitar prejuízos no abastecimento de água, emprego de mão-de-obra, etc. Prover acesso a levantamentos das áreas de produção de soja no Município;
- Desenvolver ações no sentido de que o abastecimento de hortifrutigranjeiros para o Município seja feito por produtores locais, possivelmente através de associações, cooperativas, etc.;
- Tomar providências para minimizar os efeitos da estiagem em São Silvestre;
- Evitar na área rural do Município a redução do módulo rural, já que é vetor potencial de urbanização;
- Apoiar os produtores agrícola de EntreRios, onde os 107 lotes existentes são bem produtivos, com políticas que evitem o arrendamento de suas terras pela monocultura da soja;
- Incentivar a agricultura de pequeno porte na Região Leste, formando um "cinturão verde";
- Experiência de cooperativa de produtores de mel congregando outros municípios. Começou mas desagregou-se por falta de políticas públicas;
- Sistema de Acompanhamento e Controle = com base em cadastro / forma de organização dos órgãos da Prefeitura. Idem para comissões, conselhos, fundos. Necessário tb para compatibilização PD com o PPA, orçamentos anuais, etc. Ações integradas entre as secretarias. Criação de uma comissão de acompanhamento do PD;
- Apoiar as manifestações culturais na área rural, e inseri-las no calendário de eventos oficiais de Palmas: festas religiosas (inclusive do padroeiro), comidas típicas, artesanato (inclusive o inspirado nas pinturas rupestres);
- Promover o ecoturismo, inclusive com perspectiva do Portal para a Jalapão, visita às cachoeiras de Taquarussu e outros atrativos/roteiros que levem à permanência em Palmas por mais tempo;
- Considerar o zoneamento do Plano de Manejo da APA estadual para a definição de Regiões de Planejamento na área rural;
- Alinhar as estratégias de incentivo à agricultura de baixo impacto, de proteção ao patrimônio arqueológico e a proteção de mananciais a definição de uma Macrozona Especialmente Protegida na área em questão;
- Criar uma Comissão de Regularização Fundiária, no âmbito do executivo, acompanhando o processo inteiro - do parcelamento ao projeto - e viabilizando uma análise integrada;
- Dimensionar porte dos eventos realizados em Taquarussu, respeitando as características e identidade do núcleo urbano e de modo compatível com a preservação do patrimônio ambiental;
- Criar legislação de uso do solo e desenvolver plano específico de requalificação para Taquarussu, abrangendo recuperação imóveis e áreas públicas, regularização urbanística e fundiária (muito parcelamento irregular de chácaras). Promover/ incentivar a implantação de uma estrutura e oferta de serviços turísticos, que garantisse uma ocupação de hotéis e pousadas para além do destino Jalapão;
- Implementar políticas públicas voltadas para os moradores locais nos aspectos habitacional, turístico, geração emprego e renda local, serviços públicos como Saúde e Educação;
- Implantar rota viária alternativa para escoamento da produção de soja e transporte de outras cargas, fora do núcleo urbano de Taquarussu.

CAPÍTULO III

POTENCIALIDADES E SOLUÇÕES POR REGIÕES

Fonte: Reuniões Regionais

As reuniões regionais realizadas de 05 a 19/08/2017 tiveram por finalidade complementar o Diagnóstico do Município, uma vez que a Audiência Pública de 22/07/2017 enfocou prioritariamente os Problemas e Conflitos. Através dessas reuniões regionais, foi empreendido um reforço no processo participativo, em que as comunidades puderam externar também suas opiniões e ideias sobre as potencialidades existentes e as soluções imaginadas.

REUNIÃO 05/08/2017 – REGIÃO CENTRO

Potencialidades

- Palmas atrai pessoas de diversos estados em busca de serviços de hospitais particulares e universidades. Grupos de empresários interessados em investir no potencial seguindo modelos modernos de integração faculdade de medicina-hospital;
- Áreas desocupadas com potencial para fomento ao adensamento, através da revisão dos índices de ocupação de uso e ocupação do solo;
- As regiões que ainda se encontram sem ocupação podem ser utilizadas para fazer uma integração social, aumentando as zonas de interesse social para algo

em torno de 15 a 20% no ato de seu parcelamento, gerando a facilitação de que famílias de baixa renda possam morar dentro do Plano Básico da cidade;

- Existem diversas nascentes no município de Palmas, inclusive no perímetro urbano, que devem ser preservadas e podem ser vistas como potencial ambiental, criando mecanismos de incentivo para que donos de áreas que tem essas nascentes possam preservar estas áreas;
- Existência de áreas dentro da cidade para implantação de ZEIS;
- Áreas centrais passíveis de indicação pela Prefeitura aos proprietários para empreendimentos dentro das perspectivas das ZEIS;
- APM na 604 norte com potencialidade para receber melhoria através da venda dessas áreas para os comerciantes locais;
- Construção de uma ponte que liga o parque Cesamar ao IML para melhorar o trânsito, aproveitando a Avenida NS-04 já existente como potencial para essa interligação;
- Possibilidade de concentração espacial de equipamentos públicos, por exemplo através de prédios que agreguem a prestação de diversos serviços em um mesmo local;
- Destinação de espaço para equipamentos de assistência social, nos parcelamentos, aproveitando o potencial de áreas ainda não ocupadas, que podem ser destinadas para esse fim;
- Aproveitar o cadastro único como informação para a seleção das famílias que irão receber as unidades habitacionais dos programas de habitação do Município;
- Implantação do sistema de coleta seletiva, em sintonia com a imagem de "cidade verde, sustentável e eficiente" de Palmas;
- Aproveitar a alta produção de resíduos de construção civil de Palmas e criar um "bazar da construção civil", onde a Prefeitura receberia restos de construção, que seriam destinados à venda por preços populares para famílias baixa renda;
- Utilizar o clima quente e a alta necessidade de arborização como potencial para a implantação de legislação que fomenta de forma coletiva o processo de arborização para o Município, podendo assim, melhorar a situação climática e a qualidade de vida, observando a implantação de espécies como jameirão e oli, que permitem a ventilação e tem folhagem durante o período da seca;
- Oportunidade de minimizar o déficit habitacional existente de Palmas e a segregação espacial imposta pelo modelo espacial da cidade, através de definição de ZEIS - proposta de banco de lotes, definição de quadras inteiras para ZEIS e cotas para lotes sociais;
- Existência de associações de catadores de materiais recicláveis, que podem ser fortalecidas através de políticas públicas, a exemplo da implantação da coleta seletiva, com resultado na geração de emprego e renda;
- Aplicação do Plano de Arborização já existente como subsídio para adoção de políticas públicas relativas à arborização da cidade.

Soluções

- Incentivar a implantação de equipamentos privados de Saúde e Educação;
- Prever áreas para implantação de universidades, seguindo modelos modernos de integração das faculdades de medicina com hospitais;
- Criar condições para a redução do custo-Palmas. Por exemplo, com aumento das taxas de ocupação;
- Exigir recuo para a criação de vagas dentro dos próprios lotes, no caso de abertura desses fundos lineares às avenidas;
- Prever destinação de percentual entre 15 e 20% dos lotes, no parcelamento para ZEIS;
- Promover estudo para o aproveitamento dos vazios/faixas de pedestre entre as quadras 1.106 e 1.206 Sul, que hoje gera riscos à segurança dos moradores;
- Apurar o controle sobre a ocupação e construções irregulares nas áreas verdes;
- Prever incentivos para a preservação das áreas verdes públicas;
- Promover ações de educação ambiental, inclusive as focadas da urgência da arborização intensiva da cidade;
- Promover soluções de mobilidade urbana nos bairros;
- Elaborar legislação de parcelamento do solo para viabilizar mudança de uso para áreas já antropizadas, como a Triúba e a APA do Entorno do Lago;
- Providenciar calçadas com acessibilidade para cadeirantes;
- Regularizar as ocupações nas Áreas de Influência das TOs e criação de zona de amortecimento com 2 km de largura;
- Resgatar os critérios de 2005 para as ZEIS e ampliar sua quantidade;
- Estabelecer uma política municipal que induza a redução do preço da terra urbana;
- Concluir as obras da marginal junto à rodoviária municipal;
- Criar um banco de lotes para HIS, definir quadras inteiras para ZEIS e prever, na aprovação de loteamentos, cotas para lotes sociais;
- Estabelecer a continuação da NS-04 através do Parque Cesamar;
- Estabelecer destinação áreas vazias próximas ao Estádio;
- Melhorar os serviços públicos em Taquari;
- Destinar espaços para equipamentos de assistência social na aprovação dos parcelamentos e loteamentos;
- Usar o cadastro único como critério básico para seleção de público-alvo para o atendimento pelas políticas e ações de Assistência Social;
- Promover ações de apoio aos catadores de recicláveis, através da coleta seletiva e implantação do bazar da construção civil (reaproveitamento);
- Estudar a possibilidade de utilização compartilhada dos equipamentos públicos por diferentes setores governamentais;
- Implementar com urgência o plano de arborização, com envolvimento das comunidades e utilizando critérios técnicos na escolha das espécies de árvores para arborização urbana;
- Compatibilizar toda a legislação urbanística à prioridade de adequação às mudanças climáticas.

REUNIÃO 07/08/2017 – REGIÃO AGROTINS

Potencialidades

- Vocação agrícola da região e o espaço existente da Agrotins para a implantação de escola de tempo integral voltada ao ensino agrícola, que iria atender cerca de mil pessoas. Atualmente, esse espaço é utilizado apenas uma vez por ano durante a feira;
- Disponibilidade de área superior a 5 mil ha que, uma vez regularizada, poderia atender tanto o setor pesqueiro quanto de piscicultura, gerando emprego e renda e melhorando a qualidade de vida das famílias, além de melhorar a distribuição de água na região para plantio e uso doméstico;
- Investimento nas feiras para melhor organização e fortalecimento dos feirantes;
- Necessidade de transformar a região em um cinturão verde de Palmas;
- Desenvolver o potencial da região, fixando os moradores e evitando que dependam dos empregos existentes no centro urbano da cidade;
- Criação de plano de crédito, fomento direto para os produtores rurais desenvolverem suas atividades;
- Perímetro irrigados simples e barato, que canalize água do lago para todas as chácaras;
- Construção de ponte ligando a Vila AGROTINS direto ao Taquari, para facilitar o escoamento da produção e o acesso da comunidade aos serviços públicos;
- Melhoria na frota de ônibus coletivo e na qualidade de energia elétrica;
- Finalização da ponte que liga Palmas a Taquari e melhoria do sistema de transporte coletivo;
- Instalação de postos de saúde e atividades de lazer para as famílias;
- Implantação de um sistema de irrigação para os chacareiros;
- Importância do centro tecnológico da AGROTINS (área com 360 ha);
- Parque Aquícola;
- Áreas próximas doanel viário, para construção de casas pelo programa Minha Casa Minha Vida, hoje no perímetro rural, deveriam estar no perímetro urbano;
- Estudo para que oanel viário saia do trevo da AGROTINS, passando junto ao Aterro Sanitário;
- Implantação de um núcleo de produção agrícola, com assistência técnica rural;
- Viabilizar acesso ao Lago, para uso recreativo pela comunidade;

- Força tarefa entre Estado e Município em prol da regularização fundiária;
- Plano safra sendo lançado para financiar agricultura familiar;
- Possível diminuição no valor cobrado pela distribuição de energia elétrica;
- Potencial de instalação de plataforma logística, com isenção tributária, para escoar a produção por meio do Lago e do aeroporto;
- Um distrito agroindustrial na região, para que não perca as características rurais, com melhoria da assistência técnica e da irrigação;
- Preservação dos recursos hídricos;
- Preservação dos mananciais e elaboração de estudos que impeçam desmatamentos de forma desordenada, como forma de prevenção contra as mudanças climáticas;
- Critério de dez famílias por hectare, elevação do eixo anel viário, passando pelo trevo da AGROTINS em direção a saída de Taquaruçu, passando pelo aterro sanitário;
- Vocação predominante agrícola na zona rural, aquicultura e pesca, agricultura familiar, agricultura irrigada com perímetro irrigado ou condomínio irrigado, vocação de áreas para logística, serviços ambientais para proteção de mananciais.

Soluções

- Reduzir o módulo rural para 2ha;
- Construir uma escola de tempo integral na área rural sul;
- Consolidar um centro da AGROTINS como polo educacional para as crianças da região (Escola Agrícola);
- Potencializar a agricultura local com projeto de irrigação;
- Promover a regularização fundiária, para viabilizar acesso ao crédito aos pequenos agricultores, ao setor pesqueiro e à aquicultura;
- Prover água para o atendimento aos pequenos produtores rurais;
- Disponibilizar serviço de transporte para os moradores da Vila AGROTINS no trajeto circular até o Taquari;
- Providenciar creche;
- Implantar posto de saúde na região e respectivo agente de saúde para a prestação do serviço;
- Prover iluminação pública;
- Estabelecer rotina de manutenção das vias rurais;
- Prover segurança pública e policiamento;
- Apoiar os feirantes e os pequenos produtores rurais, com disponibilização de recursos, através de linhas de crédito e incentivos fiscais;
- Encaminhar definição do zoneamento do cinturão verde de Palmas e criar perímetro irrigado para viabilizá-lo;
- Providenciar a construção de ponte ligando a Vila AGROTINS ao Taquari;
- Melhorar o fornecimento de energia elétrica na Vila AGROTINS;
- Inserir a área no programa Minha Casa Minha Vida;
- Prover abastecimento de água para as produções rurais;
- Melhorar eletrificação rural para irrigação;
- Apoiar as atividades de pesca artesanal na região – colônia de pescadores;
- Implantar equipamentos públicos para o lazer da população;
- Fortalecer e ampliar a assistência técnica rural através da SEDER, utilizando as instalações da AGROTINS;
- Combater a especulação de terra;
- Promover a expansão urbana, para viabilizar a regularização e oferta de lotes a preços populares na região do São João;
- Criar condições de acesso dos moradores ao Lago;
- Implementar a continuação da Teofônio Segurado na região da AGROTINS.

REUNIÃO 09/08/2017 – REGIÃO TAQUARUÇU E BURITIRANA

Potencialidades

- Existência de várias fontes de água que precisam ser preservadas;
- Grande demanda para a região é a necessidade de água potável para produção;
- Vocação agrícola da região precisa de uma melhor assistência técnica aos produtores e meios de financiamento para produção da agricultura familiar;
- Existem muitos jovens, necessitam de área de lazer e cursos profissionalizantes;
- Existência de um Balneário bastante frequentado pelos moradores da região de Buritirana, que está necessitando de infraestrutura e cuidado com a água, pois já foram identificadas reações alérgicas, por parte dos banhistas;
- Existe uma área da EMBRAPA parada, que poderia ser usada para cursos técnicos ou escola agrícola;
- Já existe poço instalado com 160 metros de profundidade com água suficiente, mas falta um sistema que leve essa água até as residências;
- Existe um posto de saúde já construído na região, que precisa de reforma e de profissionais de especialidades médicas, pois há muitos idosos que não têm condições de ir até Taquaruçu ou centro de Palmas;
- Existência de mão de obra em Buritirana pediu que fossem contratados profissionais do distrito na realização de obras na região para incentivar a renda;
- Há um equipamento para furar poço artesiano que está parado na superintendência do Ministério da Agricultura e Pecuária em Palmas, e que poderia ser utilizado para furar os poços na zona rural de Buritirana;
- Demanda do ensino médio;
- Existência de um projeto para a construção de um centro comercial, mas que precisa sair do papel;
- Existe uma escola de ensino fundamental na região, podendo haver parceria com a EMBRAPA para a implantação de uma escola de campo;
- Existência de produção de mel na localidade, precisando de incentivo, através do selo para produzir e comercializar mel, reativação da casa de mel no assentamento e menos burocracia. Possibilidade de ser acrescentado à merenda escolar;
- Mão de obra local, podendo ser aproveitada com a instalação de um polo industrial;
- Há uma área no perímetro urbano de Buritirana, destinada para construção de escola de ensino médio;
- Existência de grupos que mantêm tradições locais relativas aos festejos no distrito de Buritirana;
- Sustentação financeira dos cursos técnicos já existentes para os produtores locais;
- Índice pluviométrico superior ao consumo, precisando a água ser armazenada da forma correta, para manter os lençóis freáticos e controle da furação de poços artesanais;
- Existência de produtores locais que poderiam estar fornecendo alimentos para a merenda da escola da região, mas não conseguem por questões jurídicas ligadas à falta de regularização fundiária;
- Produção suficiente para a reativação da "feirinha de Buritirana".

Soluções

- Melhorar o abastecimento de água no Assentamento PA Sítio e promover mais atendimento por carros-pipa;
- Prover espaços públicos para lazer da população de Buritirana;
- Revitalizar o Balneário;
- Construir uma creche infantil;
- Prover cursos técnicos voltados para os jovens;
- Promover a regularização fundiária dos PAs;
- Melhorar a assistência técnica rural aos assentamentos e aos produtores de um modo geral;

- Melhorar as condições das estradas rurais;
- Prover uma patrulha rural para atender ao distrito e planejamento das ações de segurança pública, inclusive posto policial;
- Aproveitar a produção local com a implantação de área que sirva para comercializar os produtos;
- Melhorar os serviços públicos estaduais e municipais;
- Melhorar o fornecimento de energia elétrica;
- Recuperar as instalações da Embrapa, que estão ociosas e promover seu aproveitamento como escola técnica;
- Implantar um anel viário, pavimentado/asfaltado, para que o transporte de carga não passe pela área urbana de Buritirana;
- Promover a abertura de mais poços artesanais, desde que não implique no rebaixamento do lençol freático;
- Promover projeto de sinalização para a área rural e urbana;
- Reativar o posto de saúde de Buritirana;
- Implantar transporte público de qualidade, atendendo a conexão do distrito com os assentamentos e a distrito-sede;
- Prover acesso ao crédito para os pequenos produtores rurais;
- Disponibilizar local para comercializar a produção (rodoshooping);
- Criar condições para a manutenção do posto de gasolina em Buritirana;
- Manter as estradas existentes na região;
- Disponibilizar para a população o equipamento para furar poço artesiano existente no MAPA;
- Viabilizar, junto ao Estado, a instalação de um colégio estadual (ensino médio) em Buritirana, com cursos de formação técnica agrícola;
- Melhorar o atendimento do postinho (farmacêutico) e providenciar a disponibilização de medicamentos;
- Articular, junto ao INCRA, melhoria na assistência técnica e linhas de crédito para projetos agrícolas;
- Prover equipamentos de lazer para os jovens e população em geral;
- Prover alargamento da pista de acesso aos assentamentos e instalação de pontos de ônibus no interior dos mesmos;
- Providenciar galpão para estocamento da produção dos pequenos produtores rurais da região;
- Promover a construção de um ginásio poliesportivo/quadra para uso da comunidade;
- Reativar a feirinha de Buritirana;
- Reativar a Casa do Mel no assentamento PA-Três Rios;
- Criar um pólo industrial na região, para geração de emprego, priorizando a contratação dos moradores;
- Implantar cursos específicos para atender as demandas da população, voltado para a formação técnico agrícola;
- Prover abastecimento de água para a Serra do Taquaruçu;
- Instalar um posto de saúde na Serra do Taquaruçu;
- Prover alimentação e transporte para os alunos dos assentamentos;
- Prover recursos para as festas tradicionais de Buritirana.

REUNIÃO NO DIA 12/08/2017 – REGIÃO NORTE E LESTE

Potencialidades

- Horta comunitária existente na LO-12, precisando entrar em funcionamento;
- Academia a céu aberto existente na praça, precisando de revitalização;
- Existência do Córrego Água Fria;
- Área verde da região da ARNO 41, com potencial de transformação em parque ambiental.

Soluções

- Promover a regularização fundiária da 405 Norte;
- Prover a iluminação pública e a coleta de lixo no Loteamento Sonho Meu, que já paga as respectivas taxas e não recebe o serviço;
- Reincluir o Loteamento Sonho Meu na área do Plano Básico;
- Prover o Setor Bela Vista de uma melhor infraestrutura;
- Prover o Setor Lago Norte de uma melhor infraestrutura;
- Reincluir o Setor Lago Norte na área do Plano Básico;
- Reincluir o Setor Jaú na área do Plano Básico;
- Prover os Setores Bela Vista e Sol Nascente de maior infraestrutura (creche e postos de saúde), com mais segurança nas áreas de lazer existentes;
- Promover a regularização fundiária dos Setores Bela Vista e Sol Nascente;
- Promover a regularização fundiária da Quadra 405 Norte;
- Colocar em funcionamento a horta comunitária da LO-12;
- Reforçar a segurança na LO-12, com um ponto de apoio de policiamento;
- Revitalizar a academia a céu aberto e a praça da LO-12;
- Reincluir a LO-12 na área do Plano Básico;
- Desincutir o parcelamento de áreas no Setor Sonho Meu, hoje em área rural, onde pagam IPTU alto, sem receber serviços público em contrapartida;
- Criar um parque para a preservação da bacia hidrográfica da Região Norte;
- Providenciar abastecimento de água e atendimento de Saúde para o Setor Sonho Meu;
- Promover a regularização fundiária da região TO-020;
- Permitir lotes de 360m2 na TO-020;
- Prover o abastecimento de água e a pavimentação das chácaras no local;
- Promover melhor aproveitamento das áreas verdes nos fundos da área comercial da Região Norte, através de venda da área para os comerciantes;
- Ampliar o perímetro de preservação do Córrego Água Fria;
- Prover iluminação pública, coleta de lixo na NS-03, 403 Norte (ARNO 41) e segurança em sua área verde, além da implantação de um parque ambiental;
- Promover a regularização fundiária dos setores Sonho Meu e Jáú;
- Promover a expansão da Teofônio Segurado e as respectivas indenizações;
- Promover a regularização da 408 Norte (ARNE 54) e sua pavimentação;
- Implementar uma zona de contenção com 10 faixas por ha, margeando a Av. Teofônio Segurado no Setor Santo Amaro;
- Reativar CAPEs da 403 norte (ARNOS 41) para a comunidade da 406 Norte (ARNE 53);
- Prover de abastecimento d'água os setores da Região.

REUNIÃO 19/08/2017 – REGIÃO SUL

Potencialidades

- Existência de vários afluentes na região;
- Área aeroportuária tem uma diretriz nacional estratégica da Região Norte e há interesse público de que a área se integre à cadeia produtiva do Brasil;
- Região do Córrego Machado tem potencial para se transformar em um parque.

Soluções

- Promover a regularização fundiária, assim como a infraestrutura viária e serviços públicos, inclusive segurança, do Setor União Sul, do Setor Irmã Dulce, do Setor 1 Universitário;
- Instalar um posto de saúde no Setor Irmã Dulce;
- Providenciar arborização da APM no Irmã Dulce;

- Promover a regularização fundiária do Taquari (apenas o T-22 está regularizado);
- Construir ponte no Setor Bertaville (ligação entre o Bertaville e a Teofônio Segurado);
- Instalar equipamento público de atendimento ao idoso e à gestante em Taquari;
- Prover iluminação pública e pavimentação de Taquari;
- Colocar um semáforo junto ao Colégio;
- Resolver problema do cheiro da ETE do Bertaville;
- Promover regularização fundiária do Bertaville;
- Implementar medidas de proteção aos mananciais da região, por exemplo aproveitando o exemplo do Parque dos Povos Indígenas, recentemente inaugurado;
- Viabilizar a mobilidade urbana no Setor União Sul;
- Implantar projetos de geração de emprego e renda no Setor União Sul;
- Incentivar a instalação de shoppings centers e serviços de qualidade no Jardim Bela Vista ou nas proximidades;

- Incentivar empresas do Jardim Bela Vista a empregar mão de obra local;
- Providenciar a implantação de infraestrutura urbana no Jardim Bela Vista;
- Tomar medidas de proteção à flora e fauna da área de influência do aeroporto;
- Providenciar a regularização fundiária do Setor Vila Piauí e o seu saneamento básico. Reduzir o valor da taxa de esgoto de 80% para 15% da taxa de água;
- Regularizar as áreas habitacionais em loteamentos junto à TO, Setor Universitário;
- Prover praças, ginásio de esportes e áreas verdes públicas no AURENY 3;
- Implantar serviço de segurança pública na região Sul;
- Construir anel viário saindo da AGROTINS e contornando a área urbana;
- Melhorar o trânsito em Taquaralto;
- Implantar/revitalizar cinturão verde, para o desenvolvimento econômico da região das TOs;
- Providenciar a devolução dos lotes que a Prefeitura doou às igrejas, ainda sem uso, para outras igrejas mais necessitadas.

CONTATOS

www.palmas.to.gov.br/diariooficial
diariooficialpalmas@gmail.com

PREFEITURA DE PALMAS

CASA CIVIL DO MUNICÍPIO

AV. JK - 104 NORTE - LOTE 28-A
 ED. VIA NOBRE EMPRESARIAL - 7º ANDAR
 CEP 77006-014/PALMAS - TO
 (63) 2111-2507



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE PALMAS